

477/91

TE  
ROC/EDU

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

A EDUCAÇÃO FEMININA  
ENTRE O PARTICULAR E O PÚBLICO  
O ENSINO SECUNDÁRIO LICEAL NOS ANOS 30

Dissertação do Mestrado em Sociologia Aprofundada e Realidade Portuguesa

Maria Cristina Tavares Teles da Rocha

Lisboa, Dezembro, 1989  
Lisboa, Junho, 1991

Te/139

UNIVERSIDADE DO PORTO  
Faculdade de Psicologia  
e de Ciências da Educação  
N.º de Entrada 4649  
Data 9/1 12/10

## ÍNDICE

Introdução	1
Informação Metodológica	8
1º - Educação e Sociedade	11
I - O Mal Estar no Ensino Secundário	18
II - O Ensino Liceal Oficial.	27
III - O Papel do Ensino Particular	34
2º - A Educação Feminina - O Lugar do Liceu	44
3º - Entre o Liceu e o Colégio. O Ensino Oficial e o Ensino Particular Feminino no Distrito do Porto	71
4º - O Ensino Particular: Os Colégios	135
5º - O Ensino Secundário Liceal Feminino	160
Conclusão	187
Bibliografia	192
Anexos	
Sommaire e Abstract	

## ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Gráfico nº 1: Evolução do número de matrículas no Ensino Secundário Liceal segundo o tipo de ensino	14 - A
Gráfico nº 2: Ensino Secundário Liceal Feminino. Alunas matriculadas no Ensino Secundário Liceal se- gundo o tipo de ensino	17 - A
Gráfico nº 2.2.: Ensino Secundário Liceal Masculino. Alunos matriculados no Ensino Secundário Liceal segundo o tipo de ensino	17 - B
Gráfico nº 3: Liceu Carolina Michaëlis. Alunas matri- culadas no 1º e 7º anos.	106 - A



## ÍNDICE DAS GRAVURAS

Gravura nº 1: Anúncio do Colégio de N <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> de Lurdes	136
Gravura nº 2: Anúncio do Colégio de Ermezinde	152
Gravura nº 3: Anúncio do Colégio Castilho	152
Gravura nº 4: Anúncio do Colégio de Ermezinde	153
Gravura nº 5: O Liceu Feminino. Dois aspectos de uma exposição escolar	177 - A

## ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro nº 1: Taxas médias de variação anual das matrículas (em %) no Ensino Secundário segundo o tipo de ensino	15
Quadro nº 2: Taxas médias de variação anual das matrículas (em %) no Ensino Secundário Liceal (sexo masculino) segundo o tipo de ensino	16
Quadro 2.1.: Taxas médias de variação anual das matrículas (em %) no Ensino Secundário Liceal (sexo feminino) segundo o tipo de ensino	16
Quadro nº 3: Distribuição das alunas inscritas no 1º ano nos anos em estudo segundo o tipo de ensino	72
Quadro nº 4: Distribuição das inscrições no 1º ano pelos anos em estudo segundo o tipo de ensino Valores absolutos e valores percentuais	73
Quadro nº 5: Distribuição do número de Colégios segundo a localização geográfica e o total de alunas inscritas no 1º ano por Colégios nos anos em estudo	75

Quadro nº 5.1.: Evolução do número de Colégios nos anos em estudo e sua localização geográfica	76
Quadro nº 6: Naturalidade da população discente. Valores globais	77
Quadro nº 6.1.: Naturalidade da população discente. Valores globais discriminados pelas várias proveni- ências segundo o tipo de ensino	78
Quadro nº 6.2.: Naturalidade da população discente por concelhos do distrito do Porto segundo o tipo de ensino	79
Quadro nº 6.3.: Distribuição da população discente na- tural da cidade do Porto segundo o tipo de ensino	80
Quadro nº 6.4.: População discente natural da cidade do Porto, por freguesia, segundo o tipo de ensino	83
Quadro nº 7: Residência da população discente. Valores globais	84
Quadro nº 7.1.: Distribuição da população discente residen- te na cidade do Porto segundo o tipo de ensino	84

Quadro nº 7.2.: População discente residente na cidade do Porto por freguesia segundo o tipo de en- sino	85
Quadro nº 8: Categorias sócio-profissionais dos pais das alunas . Valores globais para a população em estudo	87
Quadro nº 8.1.: Distribuição das categorias sócio-profissio- nais dos pais das alunas segundo o tipo de ensino	89
Quadro nº 8.2.: Composição sócio-profissional segundo o tipo de ensino	94
Quadro nº 8.3.: Distribuição das categorias sócio-profissio- nais dos pais das alunas pelos anos em estudo	97
Quadro nº 8.4.: Composição sócio-profissional dos anos em estudo. Valores percentuais	98
Quadro nº 8.5.: Distribuição das categorias sócio-profissio- nais dos pais das alunas segundo o tipo de ensino pelos anos em estudo. Valores percentuais	99 - A
Quadro nº 9: Empregados. Distribuição segundo o tipo de ensino	103

Quadro nº 10: Profissões predominantemente Intelectuais. Distribuição segundo o tipo de ensino	104
Quadro nº 11: Escolaridade obtida. Valores globais	106
Quadro nº 12: Escolaridade obtida segundo o tipo de ensino	107
Quadro nº 13: Ensino Oficial: Distribuição do ciclo de escolaridade pelas categorias sócio-profissionais dos pais das alunas nos anos em estudo. Valores percentuais	111 - A
Quadro nº 13.1.: Ensino Liceal: Composição sócio-profissional por ciclo de escolaridade	113
Quadro nº 13.2.: Ensino Liceal: Distribuição das categorias sócio-profissionais dos pais das alunas por ciclo de escolaridade	114
Quadro nº 14: Ensino Particular em Colégio: Distribuição do ciclo de Escolaridade pelas categorias sócio-profissionais dos pais das alunas nos anos em estudo. Valores percentuais	114 - A
Quadro nº 14.1.: Ensino Particular em Colégio: Composição sócio-profissional por ciclo de escolaridade	116
Quadro nº 14.2.: Ensino Particular em Colégio: Distribuição das categorias sócio-profissionais dos pais das alunas pelos ciclos de escolaridade	117
Quadro nº 15: Reprovação por ano lectivo	119
Quadro nº 15.1.: Distribuição das reprovações por ano escolar	120

Quadro nº 16: Processo Escolar. Alterações por transferência, por anulação e nova inscrição	121
Quadro nº 16.1.: Processo Escolar. Incidência das alterações por ano de escolaridade liceal	122
Quadro nº 16.2.: Distribuição das alterações ao processo escolar por ano de escolaridade	123
Quadro nº 17: Ensino liceal. Destinos das transferências	124
Quadro nº 17.1.: Transferências. Distribuição por tipo de ensino e por ano de escolaridade	124
Quadro nº 17.2.: Transferências. Destino por ano de escolaridade	126
Quadro nº 17.3.: Transferências do Ensino Oficial para o Ensino Particular em Colégio por categoria sócio-profissional e por ano de escolaridade	127
Quadro nº 18: Número de irmãos declarados nos boletins de matrícula	128
Quadro nº 18.1.: Distribuição do número de irmãos pelas categorias sócio-profissionais dos pais das alunas	129
Quadro nº 19: Idade de matrícula. Composição etária segundo o tipo de ensino	130

## INTRODUÇÃO

A questão inicial motivadora deste estudo foi-nos suscitada pela leitura de uma obra de Simone de Beauvoir<sup>(1)</sup>, para quem a educação escolar foi apresentada, em termos de legado familiar, como substituta do dote. Educação e escolaridade, se quisermos, educação escolar não são assim coincidentes, havendo uma anterioridade genética da primeira sobre a segunda, traduzindo-se a educação feminina num "*habitus*" reconhecido e valorizado num mundo relativo e fechado, cuja etapa ascendente se materializaria no casamento, funcionando o diploma escolar como um capital que se adquire e que ganha valor no mundo exterior à casa.

O dote, ao remeter-nos para o mercado matrimonial, pressupõe uma determinada mulher e um determinado modelo educativo. O diploma, sucedâneo do dote, ao potenciar o projectar da mulher para fora, na sua aquisição e na sua utilização, apresenta portanto um valor instrumental exterior à casa e ao casamento.

A educação e a educação escolar são assim expressões particulares de uma estratégia global que cada grupo social põe em acção no processo de construção das identidades sexuais dos seus membros. Assim sendo, as estratégias educativas não podem ser dissociadas das estratégias económicas, simbólicas e matrimoniais que cada grupo social contém no masculino e no feminino. Estas interessam-nos particularmente neste estudo, na sua especificidade e na virtualidade que contém de ajudar a desvendar as demais.

Em duas outras obras de carácter histórico sobre a mulher<sup>(2)</sup>, encontramos referências a esta relação complexa entre as mulheres e o Saber, neste caso, uma relação de exclusão. Evidentemente, esta relação de exclusão não afecta todas as mulheres, mas aquelas que pela sua condição social estariam na disposição dele usufruir. Na linha das conclusões de Regine

Pernoud, Mariló Virgil afirma que a captação da especificidade do feminino para cada época se pode fazer pela detecção da relação que as mulheres mantêm com o saber: os processos através dos quais são privadas do saber dominante, os saberes que lhes são atribuídos, a educação considerada necessária e a forma como deve ser ministrada<sup>(3)</sup>.

Assim, condição feminina e educação parecem ser duas abordagens ricas de significado sociológico, reveladoras duplamente da complexidade social: por um lado, a educação, quando compreendida por relação à diversidade sexual, ganha toda uma outra dimensão como fenómeno social, como agente de produção e reprodução social; assim, compreender a forma como o ser feminino se estrutura socialmente, como ganha ou perde visibilidade, como apropria e em que condições este bem, sobretudo na sua forma escolar e em função disso se estrutura, é também altamente revelador das dinâmicas sociais.

Em termos históricos, o processo educativo feminino parece ter sido pautado pela passagem da educação privada, doméstica ou realizada na intimidade dos conventos ou colégios, para a educação pública, progressivamente escolar, embora com as "nuances" educativas que o ensino particular, nas diferentes formas de que se reveste, permite. Mais do que a forma, é progressivamente o peso do saber escolar que se impõe e que importa compreender.

O processo é o da secularização da mulher que se processa em três campos: no campo do saber, pela sua progressiva participação no saber academicamente instituído; no campo institucional, pela passagem progressiva da família e da Igreja para o Estado e através deste para a escola; e no campo do desempenho social, através do exercício de profissões exteriores ao mundo doméstico.

A educação feminina é assim o nosso objecto de estudo. A questão de base é a da apreensão de uma condição e de como ela se manifesta a nível da esfera educativa, como se configura no acesso ao saber. O ciclo de estudos em



análise é o ensino secundário liceal que, pela sua própria natureza, se apresenta como um ciclo privilegiado para a formulação e captação de estratégias educativas por parte dos agentes sociais: Estado, Igreja e classes sociais.

É do seu carácter "desinteressado", da sua aparente inutilidade social, para além da formação do carácter através de um saber improdutivo, que lhe vem toda a utilidade social, a afirmação de uma barreira e de um nível<sup>(4)</sup>, a produção de uma distância social.

É a "ausência de toda a preocupação profissional imediata", <sup>(5)</sup> sobretudo a criação de um corpo moral e cultural que parece defini-lo; no entanto é simultaneamente preparatório da frequência universitária pela aptidão de espírito que promove. Ora, a frequência do ensino secundário e o seu diploma criam condições de ascensão social ou de manutenção de posição para determinados grupos sociais, pelo acesso que permitem às carreiras administrativas ou após frequência universitária, às profissões liberais e outras. Se para uns constitui, pela sua "inutilidade", uma cultura de luxo, para outros significa a detenção de um património com valor no mercado de trabalho.

Para o caso feminino, este valor promocional do diploma liceal ganha uma importância específica: por um lado existe a possibilidade histórica de ser obtido; por outro lado com ele opera-se uma transfiguração, pela passagem que permite de uma identidade sexual estrita para uma identidade escolar mais liberalizadora. À mulher, munida do diploma liceal não só estão abertas determinadas carreiras profissionais não manuais, como também por esse facto a sua identidade social aproxima-se de uma identidade profissional, podendo dizer-se que de alguma maneira, o diploma escolar permite anular formalmente a desigualdade sexual.

Para qualquer dos casos, o ensino secundário sobrepõe-se como forma escolar a uma etapa de grande intensidade educativa, preparatória da vida social plena, e em função da qual sócio-historicamente se erigiram

modelos educativos e pedagógicos complexos, como o colégio do séc. XVI e o liceu do séc. XIX.

Este, ao ser criado e ao expandir-se, não ocupa em Portugal todo o campo educativo, subsistem formas privadas e privativas de educar, como o ensino doméstico, individual e em colégio, que não sendo unicamente dirigidas para as raparigas, ganham uma particular expressão, quando compreendidas em relação ao feminino.

Sob a capa aparentemente homogeneizante do Ensino Secundário, escondem-se, em função da via pública ou privada, uma pluralidade de estratégias educativas e escolares, cuja compreensão para o caso feminino, mas não somente, nos remetem para as classes sociais e a sua expressão ao nível dos investimentos educativos e que tentamos captar através da recolha e tratamento de informação, não só da população liceal como do ensino particular nas suas modalidades em colégio, doméstica e individual.

A coexistência do público e do privado, no mundo educativo, é ainda um lugar privilegiado de observação das dinâmicas e articulação do Estado e da Igreja e da capacidade relativa que apresentam de imprimirem a sua marca e direcção educativas à sociedade.

A década em análise, a década de 30, é rica de solicitações intelectuais particularmente neste campo. Como fase de mudança não é unívoca nas suas manifestações. Ao mesmo tempo que se reforça o poder do Estado e que este imprime a sua ortodoxia à sociedade e à educação, dotando o ensino público não só de finalidades nacionalistas e patrióticas e, sobretudo o liceal de um carácter elitista, o Liceu é "invadido" por uma procura crescente "desclassificada social e culturalmente"<sup>(6)</sup> e marcadamente feminina. Simultaneamente, dá-se uma "explosão" no crescimento do ensino particular, propiciado pelo novo regime, mas subordinado ao modelo estatal.

Do ponto de vista das estruturas mentais, assiste-se à produção e veiculação de toda uma literatura pedagógica, científica, etc em que é advogada a necessidade da educação feminina, tendo em conta uma trama complexa de razões. No limite, casamento e mercado de trabalho já não são equacionados pela exclusão de um dos termos, a condição feminina desenha-se agora num horizonte de incertezas hipotéticas. Neste quadro, estratégias puramente escolares ganham uma progressiva autonomia face às educativas, cuja demarcação não se evidencia unicamente em função do tipo de estabelecimento frequentado, embora constitua, para o observador, uma ponta do véu a levantar.

A problemática da educação feminina é inseparável da das instituições que a enquadram, tornando desta forma mais complexa a apreensão de uma condição pela análise de via educativa escolar, visto que esta, circunscreve não uma, mas várias condições, resultantes de estratégias particulares e educativas, com referências e contornos histórico-sociais diversificados. Por hipótese, o liceu feminino, forma educativa secular e credencial, constitui meio de mobilidade social ascendente ou de manutenção de uma posição para determinadas fracções de classes sobretudo urbanas, por outro lado, a frequência do colégio e do ensino particular na generalidade, constituindo um meio histórico de educação das raparigas das classes superiores e não pressupondo geneticamente certificação escolar alguma, vai coexistir com o ensino oficial e em alguns casos funcionar como a sua alternativa escolar.

Tornam-se assim visíveis as virtualidades de adopção de um ponto de vista feminino da análise dos fenómenos, revelando-se a educação feminina um espaço social privilegiado onde se investem lutas para a diferenciação de "identidades", manifestação singular das lutas sociais mais gerais e consubstanciais à sociedade portuguesa no período em análise, em

que se assiste à redefinição de um novo modelo de sociedade e dos lugares e pesos relativos das suas estruturas centrais: O Estado, a Igreja e a Família.

Assim sendo, a década em estudo, como período de transição, na sua especificidade sócio-educativa e nas virtualidades que apresenta para a apreensão de uma realidade em mutação, tendo como expressão no ensino secundário o crescimento do sector feminino oficial e a explosão do ensino particular será objecto de tratamento no 1º Capítulo. No 2º Capítulo, e no percurso de uma compreensão da realidade social mais geral, terá lugar uma abordagem exploratória do discurso sobre a educação e o destino social da mulher, particularmente sobre o papel que ao ensino secundário era atribuído nesta missão.

No 3º Capítulo terá lugar a apresentação da pesquisa empírica realizada no liceu Carolina Michaëlis (Porto) e as questões que a sua interpretação levanta, no quadro do movimento educativo detectado.

Com o 4º e 5º Capítulos far-se-sá uma viagem histórica ao ensino secundário liceal feminino e ao ensino particular. Tentamos surpreender continuidades e rupturas na situação apreendida, captando temporalidades e projectos educativos veiculadas pelas diferentes práticas educativas, no quadro dos grupos sociais e das instituições que as suportam.

Na conclusão do trabalho, abre-se então o espaço para o refazer da complexidade do fenómeno em estudo, de que se captaram algumas manifestações.

Para além do lugar à síntese, são as questões em aberto que ganham todo o significado.

### Notas de Leitura

- (1) Simone de Beauvoir, *Memórias de uma menina bem comportada* , Círculo de Leitores, 1975.
- (2) Regine Pernoud, *A Mulher no Tempo das Catedrais* , Lisboa, Gradiva, 1984. Mariló Virgil, *La Vida de las Mujeres en los siglos XVI y XVII*, Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, 1986.
- (3) Mariló Virgil, *La Vida de las Mujeres en los Siglos XVI y XVII*. Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, 1986 pp 39
- (4) Edmund Goblot, *La Barrière et le Niveau* , Col. Le Sociologue. Paris, PUF.
- (5) Émile Durkheim, *L'évolution Pédagogique en France* , Paris, Presses Universitaires de France, 1969, pp. 364.
- (6) Este é o sentimento expresso pelos professores do ensino secundário nos Congressos que realizam de 1927 a 1930. O mesmo espírito se nota na legislação relativa ao ensino liceal. Esta questão será objecto do primeiro capítulo.

## INFORMAÇÃO METODOLÓGICA

Para o tratamento da questão apresentada, os dados recolhidos dizem respeito à população feminina que na década de 30 se matriculou no 1º ano do ensino secundário liceal oficial, ou sob qualquer das modalidades do ensino particular: em colégio, doméstico e individual.

Para o efeito socorremo-nos do arquivo do Liceu Carolina Michaëlis, primeiro liceu feminino da cidade do Porto, e nele orientamos a nossa pesquisa através de dois tipos de registos oficiais: o processo de matrícula e o chamado "livro de termos", onde era lançada a frequência escolar da cada aluna após a sua matrícula, podendo desta forma fazer-se para cada aluna a sua biografia escolar do início ao seu termo, registando abandonos, desistências, reprovações, transferências, etc.

A matrícula era realizada através de um boletim oficial onde, para além da identificação de cada aluna, estavam contidos todos os elementos que nos permitiram a caracterização da população discente: naturalidade, residência, idade, dimensão do agregado familiar, profissão do encarregado de educação, etc, a que acresciam certificados de vacinação e o diploma do ensino primário. Estes documentos são também comuns às alunas do ensino particular, apresentando-se neste caso o boletim de matrícula com algumas particularidades: é assinalado o nome do colégio e do seu responsável pedagógico sendo omissa a indicação do número de irmãos. Como o boletim de matrícula especifica, a freguesia, quanto à naturalidade da aluna e à residência do pai ou encarregado de educação, foi possível detectar a população nascida e residente na cidade do Porto para qualquer dos tipos de ensino, distinguindo-a das demais proveniências.

Em termos de residência, optamos por seleccionar a respeitante ao pai ou mãe, dada a diversidade de situações apresentadas: tutor, encarregado de educação, residência do colégio ou do professor para o ensino individual, etc. Parece-nos que, para além de combater o efeito desta dispersão, a

residência paterna permite uma maior aproximação aos contornos sócio-geográficos da população discente.

O tratamento da profissão do pai, dado contarmos com "auto designações profissionais" sem qualquer outra especificação, tornou-se bastante complexo em face, não só da variedade das designações constantes no boletim de matrícula, como também das interpretações possíveis em termos da situação na profissão que encerram, e dos riscos resultantes da sua interpretação à luz da realidade actual. Socorremo-nos então do Censo de 1940 para a constituição de categorias que permitissem a análise.

A categorização dos grupos sócio-profissionais resultou da síntese dos catorze grupos sócio - profissionais que o Censo apresenta. Assim, inicialmente a partir das designações da profissão contidas no boletim de matrícula, fizemos a sua categorização a partir da lista das profissões e dos grupos em que se integram no referido Censo; em seguida, e por razões de funcionalidade e para não dispersar a análise, agrupámo-los em 8 grupos, respeitando nalguns casos os grupos e a sua composição tal como vem expressa no Censo, e noutros grupos, operando fusões e cisões, tal como nos dá conta o Anexo nº 1.

Em todo o caso não ficou ultrapassado o carácter problemático que o tratamento das designações sócio-profissionais apresenta. Procuramos, na categorização a que chegamos, conciliar, sempre que possível, a categorização da designação profissional com a situação na profissão, distinguindo trabalhadores por conta de outrem e patrões.

O Liceu dispunha ainda, para a sua área pedagógica, dos processos de todas as alunas que, através de qualquer uma das formas indicadas do ensino particular, frequentavam o ensino secundário liceal, o mesmo se verificando para a prossecução da escolaridade. À semelhança das alunas do Liceu, estas dispunham de um livro onde eram lançadas as classificações anuais e os resultados dos exames.

Para o estudo da década de 30, seleccionamos quatro anos lectivos 1930/31, 1933-34, 1936-37 e 1939-40, de molde a obter uma visão de conjunto e a detectar as possíveis variações ocorridas.

Como para ao período em análise o liceu não dispõe de ficheiro, fizemos o controle da população do liceu através dos livros de turmas, ou seja, livros onde desde o período republicano é feito o registo sistemático das turmas e sua composição, para o vários anos escolares e por ano lectivo; dessa forma foi possível identificar a população matriculada no 1º ano e localizar o processo. Este controle não foi possível para o ensino particular por não existir instrumento similar.

Para o ensino particular, e porque a sua visibilidade através do Liceu é menor, lançamos mão, dentro do possível, a entrevistas a antigas directoras e alunas dos colégios de que encontramos matrículas no Liceu e que os tivessem frequentado ou dirigido nos anos 30. O critério seguido foi o da disponibilidade manifestada por parte das entrevistadas. Foi-nos possível entrevistar, para os colégios laicos, a nora do fundador e ex-professora do Colégio de Araújo Lima, bem como uma ex-aluna. Uma ex-aluna do Colégio Moderno, uma ex-aluna do Externato Avenida Brasil e ex-professoras e directoras do Colégio de Nª Srª da Conceição de Espinho. Dos Colégios religiosos foi-nos possível entrevistar a ex-directora do Colégio do Sardão e uma ex-aluna do Colégio Liverpool. O ensino particular permanece quase impenetrável ao olhar do investigador.



## 1 - EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Os estudos, que no campo da sociologia da educação recentemente se têm debruçado sobre as relações ente o sistema educativo e o período compreendido entre o golpe militar de 28 de Maio de 1926 e o 25 de Abril de 1974, têm salientado o carácter tradicional (1) da sua relação; ou para usar outra expressão, tratar-se-ia da uma reacção contra a modernidade, (2) consubstanciando-se genericamente a política educativa, e de uma forma particular nos anos 30, num processo de ajustamento da educação escolar à estrutura social, (3) de modo a contrariar aspirações sociais formuladas através do sistema educativo.

A intervenção educativa do Estado Novo ter-se-ia estruturado a partir da desarticulação sistemática do projecto republicano na sua componente desenvolvimentalista pela ligação da educação à economia, aos movimentos sociais, em suma ao progresso de que o professor primário seria o apóstolo.(4)

A intervenção estatal na educação nos anos subsequentes a 1926 é conhecida: minar sistemático da capacidade de intervenção do professorado através da supressão das suas organizações de classe, diminuição dos salários, encerramento das escolas do Magistério Primário, redução em quantidade e qualidade da escolaridade obrigatória, institucionalização dos postos e das regentes escolares, etc (5), de forma a configurar um ensino obrigatório perseguindo objectivos de doutrinação ideológica no sentido da conformidade do destino herdado com o destino possível. É neste quadro que ganha legitimidade a discussão do analfabetismo e das suas virtualidades morais em detrimento da perigosidade social da instrução (6). Deseja-se a simplicidade das matérias, dos programas, dos professores, dos alunos, fonte da harmonia social decorrente da conformidade e não das aspirações à mudança.

Assim sendo, o sistema educativo português apresenta nesta fase, de uma forma muito embrionária, tendências no sentido do que é considerado ser o primeiro estágio da evolução característica do sistema de ensino nos países industrializados ocidentais, com um ensino primário universal e terminal para a maioria e uma minoria ingressando no ensino secundário e no ensino superior.(7)

Ao Liceu parece reservar-se um papel específico na produção das elites, demarcando-se duas vias no ensino secundário, o técnico e o liceal. Este vai ser amplamente regulamentado a partir de 1926, não só estirpando-o do "enciclopedismo excessivo" da "indigestão intelectual" que pesava sobre o "recipiendário escolar" (8), na linha da simplicidade aduzida anteriormente, como vai ser objecto de uma intervenção que tenta atenuar a sua apetência alargada, sendo dotado de um carácter mais educativo, mais selectivo o seu acesso e mais onerosa e disciplinada a sua frequência.

Deseja-se uma sociedade tradicional, dócil e ordeira, não intelectualizada mas amante da pátria e enquadrada por elites recrutadas nas classes superiores no plano intelectual e económico. A este modelo social corresponde o sistema educativo com um secundário de duas vias e um ensino primário pobre e tendencialmente universal. Ao carácter dissuasor da educação e dos seus efeitos na alteração da estrutura social, associa-se o crescimento do sector privado de ensino, justificado pela reatribuição da missão educativa à família (9) e pelo reconhecimento da Igreja Católica como pilar social e ideológico da nova ordem social.

"...Poder-se-á descrever com fidelidade o Portugal dos anos trinta como uma sociedade paternalista e polarizada em termos de classe; com uma poderosa burguesia terratenente, um pequeno mas acrescente grupo de grandes industriais, uma "classe média" tradicional fraca, uma massa imensa de camponeses e trabalhadores rurais ignorantes e miseráveis e um número considerável de operários urbanos. Tratava-se,

de maneira geral, de uma sociedade isolada e particularmente pobre, em que a fome e a doença produziam um dos maiores índices de mortalidade da Europa"(10)

Desta forma sintetiza Maria Filomena Mónica o Portugal dos anos 30, com os seus 80 por cento de habitantes vivendo no campo, com raras vilas, más estradas, e escassas vias férreas (11). Lisboa e Porto eram as únicas cidades dignas de registo, com 12 por cento da população do país apresentavam mais de 50.000 habitantes; os restantes 88 por cento encontravam-se disseminados por pequenas povoações cuja população oscilava entre os 2 e os 3 mil habitantes (12). O sector secundário empregava aproximadamente 20 por cento da força de trabalho e as grandes unidades fabris concentravam-se nos distritos de Lisboa, Porto, Covilhã e Setúbal (13).

A este quadro geral, que a ortodoxia estatal reforça com a sua visão ruralista conservadora, associa-se nos anos trinta "uma certa animação económica" (14) que permite a Fernando Rosas afirma não poder continuar a falar-se "pura e simplesmente em estagnação ruralista... ignorando o indiscutível processo de desenvolvimento, concentração e modernização do sector de base da indústria e de outros tecnologicamente mais avançados...em curso na segunda metade da década"(15).

À questão formulada a nível nacional do interesse ou desinteresse dos pais em mandar os filhos à escola, a resposta faz-se pela negativa.

"O Portugal de 1930, continuava a ser uma sociedade tradicional, onde não só a educação popular não recebia qualquer estímulo oficial, como as próprias aspirações do povo à educação eram extremamente reduzidas... Para um elevado número de portugueses os benefícios resultantes da educação eram mais do que duvidosos" (16).

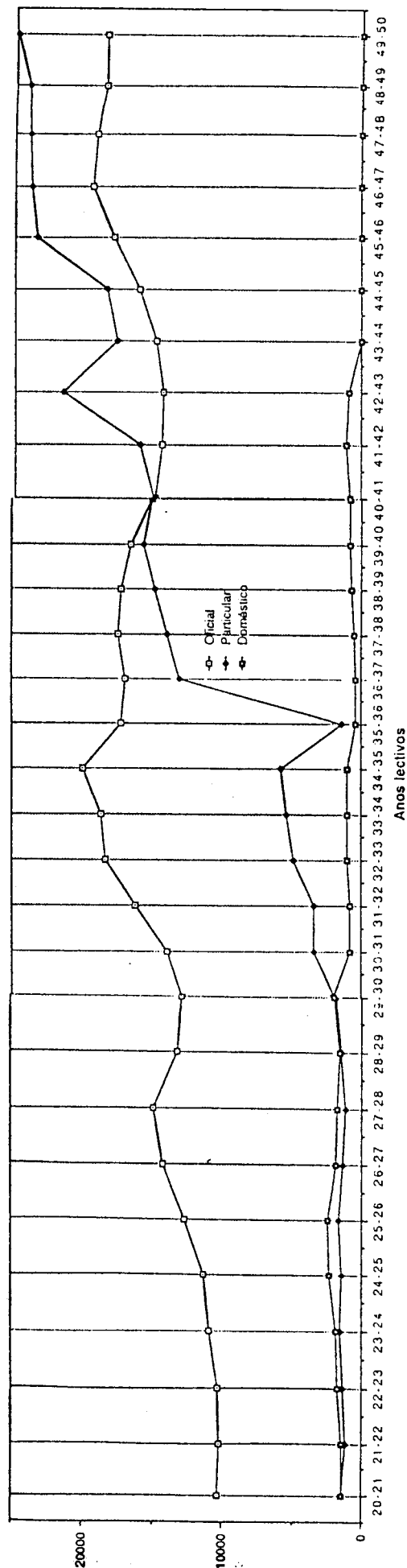
Com os seus 61,8% de analfabetos, (17) vai ser nos centros urbanos mais populosos e que apresentam um maior grau de desenvolvimento

económico, que se vão registar índices de frequência escolar mais elevados, Lisboa, Porto, Faro, Matosinhos, Coimbra, Braga, Gaia e Setúbal, os "oito maiores aglomerados populacionais do país", onde a taxa de escolaridade oscilava entre os 35% e 57% e se justificava por uma população altamente concentrada e não agrícola" (18). No global, só 37,7% das crianças em idade escolar frequentavam a escola primária (19). Simultaneamente para o ensino secundário liceal, parece verificar-se uma afluência mais do que desejada, em quantidade e em qualidade, considerada nociva pelos efeitos que contém, de desregulação da ordem social.

O quadro traçado, por Maria Filomena Mónica, não deixa antever as movimentações que nesta área, e sobretudo nos meios urbanos se faziam sentir pelas camadas mais conscientes dos efeitos da educação, para quem o sistema educativo, sobretudo a fase do grau secundário do ensino, se revelava desejável. Efectivamente o ensino secundário liceal registou em termos globais (Quadro nº 1) um crescimento médio anual de 4,3% entre 1920 e 1940, sendo de salientar que na década de 30 foi mais acentuado. Este crescimento, francamente suportado pelo ensino particular, com um relevo particular na década de 30, ocorre a par de um movimento inverso para o ensino oficial, que apresenta um crescimento na primeira década e um refrear de intenções na segunda.

Dado o critério usado no cálculo da taxa de crescimento<sup>(20)</sup> ter sido a década, os valores obtidos para o ensino doméstico vão ser acentuadamente negativos no período 1920-1930, dado que o ano 1930-31 é o primeiro ano do processo de recessão deste ensino, onde a frequência diminui em quase um terço. A análise da evolução deste ensino torna-se assim mais perceptível a partir do Gráfico nº 1, onde é visível não só este fenómeno, como o da sua importância enquanto tipo de ensino não público, numa fase difícil para o ensino particular, sobretudo em colégio.

Gráfico nº 1: Evolução do número de matrículas no Ensino Secundário Liceal segundo o tipo de ensino



Fonte: Anuários Estatísticos, Lisboa, INE.

nota: As estatísticas oficiais não registam matrículas do Ensino Doméstico a partir do ano lectivo de 1942-1943.

A partir do ano lectivo de 1937-1938 e até 1941-1942, as estatísticas oficiais distinguem o Ensino Particular dentro e fora de Estabelecimento, para efeitos deste trabalho não respeitamos essa distinção e os valores registados resultam da sua aglutinação.

**Quadro nº 1: Taxas médias de variação anual das matrículas (em %) no Ensino Secundário segundo o tipo de ensino**

Ensino Décadas	Ensino Oficial	Ensino Particular	Ensino Doméstico	Total
1920/1930	3	8,8	-6,1	3,1
1930/1940	0,74	16,2	0,2	5,5
1920/1940	1,9	12,5	-3	4,3

Fonte: Anuários Estatísticos, Lisboa, INE

O aumento da importância do ensino em colégio e a perda de importância do ensino doméstico a partir dos anos 30, se se torna compreensível pelo possibilitar do ensino particular em estabelecimento, vai ter na regulamentação respeitante ao Ensino Doméstico uma explicação esclarecedora, dado que a partir de 1934, (21) pelo Dec. Lei nº 23.447 de 5 de Janeiro, no artº 2º § 2º, este, fica privado de ministrar o ensino liceal sob a forma de regime de classe (o que facultava acesso ao exame de ciclo em virtude do qual se obtinha carta de curso liceal), (22) podendo unicamente fazê-lo em regime de disciplinas isoladas, cuja verificação era feita em exames singulares. O Ensino em regime de classe era possível no ensino, em ensino particular, em estabelecimentos autorizados, logo em colégios, externatos, etc Desta forma se retira capacidade escolar ao ensino Doméstico e se promove do ensino particular em colégio, sobretudo na sua capacidade escolar.

**Quadro nº 2: Taxas médias de variação anual das matrículas (em %) no Ensino Secundário Liceal (sexo masculino) segundo o tipo de ensino**

Ensino Décadas	Ensino Oficial	Ensino Particular	Ensino Doméstico	TOTAL
1920/1930	3,2	6,9	-6,8	3
1930/1940	-1,2	13	-4	2,8
1920/1940	0,98	9,9	-5,5	2,9

Fonte: Anuários Estatísticos, Lisboa, INE.

**Quadro 2.1: Taxas médias de variação anual das matrículas (em %) no Ensino Secundário Liceal (sexo feminino) segundo o tipo de ensino**

Ensino Décadas	Ensino Oficial	Ensino Particular	Ensino Doméstico	TOTAL
1920/1930	2,5	15,5	-4,3	3,6
1930/1940	5,4	21,5	6,4	11,1
1920/1940	3,9	18,5	0,9	7,3

Fonte: Anuários Estatísticos, Lisboa, INE.

Retomando a análise do ensino secundário liceal, em função da diferenciação por sexos (Quadros nº 2 e 2.1), verificamos para o feminino que, este vai apresentar um crescimento muito mais acentuado ao longo dos anos em estudo, excepto no ensino oficial e para a primeira década, em que apresenta uma taxa de crescimento um pouco inferior à do sexo masculino. Quanto a este, apresenta um pequeno crescimento no ensino oficial e em crescimento mais acentuado no ensino particular.

Quanto ao ensino Doméstico, a tendência de retracção verificada não se faz sentir com tanta acuidade para o sexo feminino, por hipótese mais sensível à dicotomia público/privado do que o masculino.

Em síntese, na década de 30 para o ensino secundário verifica-se um crescimento, com uma incidência digna de registo para as raparigas, que partem de valores muito reduzidos quer no ensino oficial quer no particular, (respectivamente 3.321 raparigas contra 10.598 rapazes e 998 raparigas contra 2.180 rapazes). É de sublinhar que o Ensino Particular apresenta um crescimento também ele muito significativo partindo de valores muito inferiores aos do ensino oficial em 1930. (3.339 matrículas no ensino particular contra 13.919 matrículas no ensino oficial). Os Gráficos nº 2 e 2.1 permitem uma visibilidade maior da evolução destes fenómenos, e do carácter mais tardio da importância do ensino particular em colégio para o sexo masculino.

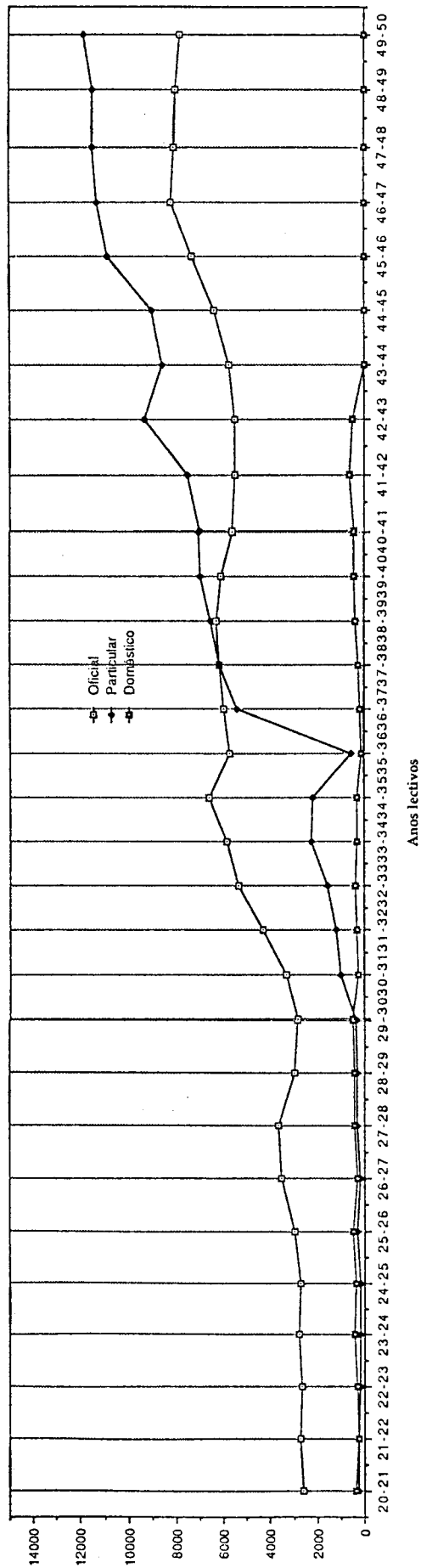
Quais as repercussões na estrutura social deste crescimento do ensino secundário e de que forma afectou a condição da mulher portuguesa?

Pela análise da população matriculada na década de 30 captada através do Liceu Carolina Michäelis, iremos ver que a população feminina que frequentava o ensino secundário liceal, oficial e particular se recrutava basicamente em categorias sócio-profissionais com expressão urbana e fundamentalmente a nível da pequena e média burguesia: Comerciantes, Oficiais das Forças Armadas, o que designamos hoje por Profissões Liberais, Funcionários Superiores do Estado e Empregados.

Do conjunto, serão as filhas dos detentores das "Profissões Liberais" as que levarão com mais persistência e mais longe os seus estudos, ficando-se a maioria das raparigas pelo 1º ciclo liceal, quando não se trata de pura e simples desistência escolar como vamos observar após matrícula no 1º ano sobretudo para a população liceal.



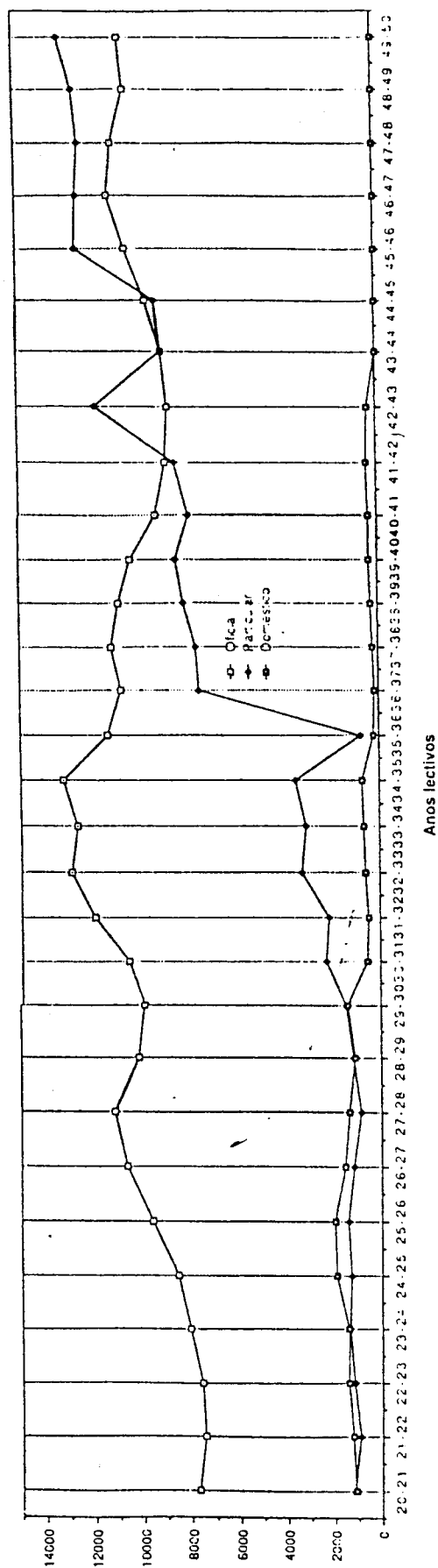
Gráfico nº 2. Ensino Secundário Liceal Feminino. Alunas matriculadas segundo o tipo de ensino



Fonte: Anuários Estatísticos, Lisboa, INE.

nota: As estatísticas oficiais não registam alunos do Ensino Doméstico a partir do ano de 1942-1943. A partir do ano lectivo de 1937-1938 e até 1941-1942, as estatísticas oficiais distinguem o Ensino Particular dentro e fora de Estabelecimento, para efeitos deste trabalho não respeitamos essa distinção e os valores registados resultam da sua aglutinação.

Gráfico nº 2.2 Ensino Secundário Liceal Masculino. Alunos matriculados segundo o tipo de ensino



Fonte: Anuários Estatísticos. Lisboa, INE.

nota: As estatísticas oficiais não registam alunos do Ensino Doméstico a partir do ano lectivo de 1942-1943. A partir do ano lectivo de 1937-1938 e até 1941-1942, as estatísticas oficiais distinguem o Ensino Particular dentro e fora de Estabelecimento, para efeitos deste trabalho não respeitamos essa distinção e os valores registados resultam da sua aglutinação.

Cândida Florinda Ferreira (23) dá-nos um retrato bastante nítido da situação da mulher portuguesa nos anos 30, que da mulher rural, camponesa ou proprietária, quer da mulher urbana, operária ou burguesa. Em todas elas o analfabetismo e a ignorância e todo o seu cortejo de falsos valores a par das dependências a que obriga são a tônica dominante. Umas, porque a luta pela sobrevivência é degradante de mais, outras porque a ociosidade as corrompe e mata. As poucas que emparceiram com os homens no trabalho, sobretudo nos escritórios e particularmente no ensino, o efeito de uma luta desigual é sentido, desrespeito profissional, menores salários e o opróbrio da sua condição de mulheres trabalhadoras.

Em todo o caso, há aqui um movimento que se percepção, uma afluência das raparigas ao ensino secundário liceal oficial e particular. E se este, ao ser propiciado, canalizou, por hipótese, sobretudo para as raparigas uma procura mais educativa do que escolar, o facto da sua conformação ao modelo liceal, pelo Estado, leva a uma transformação interna das suas práticas. Se educa, também escolariza. Paralelamente o liceu feminino, se escolariza, também se pretende educador da mulher. É assim, nestes complexos e ambíguos anos 30, que se captam as linhas directrizes do futuro que somos nós.

## I - O MAL ESTAR NO ENSINO SECUNDARIO LICEAL

Nos 4 congressos que realizaram de 1927 a 1930, os professores dos liceus não cessaram de reclamar para o ensino secundário liceal a dignidade que lhe cabia como agência vocacionada para a formação das elites dirigentes de que Estado e a sociedade careciam então, tendo em conta não só a grave crise moral que a sociedade portuguesa atravessava como também a sociedade moderna que se desejava.

A prossecução desta finalidade supõe um ensino liceal de carácter clássico humanístico, formativo, liberto da necessidade de toda e qualquer utilidade imediata, cuja meta natural é a frequência universitária, corolário natural do escol moral e intelectual da nação.

Nesse sentido, "toda a reforma da instrução [a pôr em prática] deve tender para a dificultação do ensino de forma que a frequência dos liceus venha a diminuir em vez de aumentar". (24) Outro processo a utilizar será a selecção criteriosa dos alunos sob o aspecto intelectual, físico e moral. "A instrução secundária não deve ser acessível a todos: deve ser somente para os que manifestarem aptidão e competência".(25) Desta forma veria o liceu gratificados os seus esforços e a sua vocação educativa.

Subjaz nestas apreciações a constatação da desadequação existente entre o meio social e o ensino liceal. A população estudantil é apresentada pelos congressistas, como numerosa, desclassificada social e culturalmente, não participando dos ideais formativos do liceu, vendo os pais nele apenas a agencia certificadora que levará os seus filhos a melhores empregos ou facilmente à universidade.

O liceu vê-se assim defraudado na sua missão educativa, impondo-se só e a custo, num meio hostil que o não reconhece como agência educativa dos seus filhos, inibindo outros da sua frequência, aqueles que pela sua superior condição sócio-económica e educativa valorizam o liceu que neles se realiza.

"Precisamos levar a família a colaborar nesta obra de educação, não abandonando os filhos em más pensões, onde a par da alimentação deficiente, encontram todas as capacidades para uma gradual inutilização e para o imediato insucesso no final do ano lectivo".(26)

Sintomática é a ausência dos pais nos contactos com os directores de classe, "... tantas vezes pedida"... "Salvo raríssimas

excepções, os pais e encarregados de educação só apareciam no liceu na semana que precedia as reuniões de apuramento, não obstante o apelo feito na sessão solene que iniciou os trabalhos do ano lectivo findo e o largo conhecimento que foi dado dos dias e horas destinadas pelas directoras de classe, não só para lhes fornecerem esclarecimentos sobre o procedimento e aproveitamento das suas educandas, mas ainda para inquirirem da maneira de ser destas, de forma a poder orientar-se convenientemente a acção educativa do liceu"(27).

O primeiro ciclo liceal é onde se manifesta com mais evidência a desadequação do meio à instituição, o primeiro e segundo anos, aqueles em que, por serem anos de passagem, a acção familiar se faz sentir com maior intensidade para a atribuição das notas.

... "Das 160 alunas matriculadas apenas 17 estavam entregues a famílias zelosas que com louvável intuito de colherem informações, procuraram a directora da classe... a maioria [dos pais e encarregados de educação] procura a directora de classe ... a implorar-lhe a esmola da média que permita transitar [as suas filhas] à classe imediata"... Se não for satisfatória, o encarregado de educação, ..."rebate essa opinião, atribuindo o fracasso a perseguições, filhas de uma antipatia que só existe no seu espírito obcecado"(28).

É neste 1º ciclo que a socialização familiar se faz sentir com maior intensidade, e em que a "violência simbólica"liceal age com mais determinação, integrando e afastando do seu meio as camadas que apresentam sócio-culturalmente uma menor capacidade de enculturação. O elevado número de inscrições coloca o liceu perante uma população heterogénea e que este tem dificuldade em homogeneizar, quer através da formação de turmas quer através da acção educativa.

Maria Guardiola, no relatório que estamos a citar, queixa-se do número elevado de alunas, obrigando a..." turmas constituídas por alunos de variadíssimas proveniências e portanto com desenvolvimento mental e cultural diferentes"(29)

Este "assalto" ao liceu torna-o uma instituição educativa pouco recomendada, sobretudo enquanto estabelecimento educativo feminino. As classes "mais válidas da nação" não o reconhecem como seu. O medo da contaminação moral e social das educandas, devido à frequência por parte de raparigas oriundas de estratos sociais populares, é inibidor de uma certa clientela. As condições da sua frequência, em externato, agravam o carácter público que apresenta, a sua frequência é não só desclassificatória como moralmente nociva, e os boatos atentatórios ao seu bom nome sucediam-se na opinião pública (30).

Esta situação entre outras, preside ao reforço disciplinar de que é dotado o Liceu nesta década e que não supomos exclusivo dos liceus femininos embora com particularidades a que o género obriga. Disciplina dos corpos e das almas que sob a vigilância constante da reitora, das professoras e do pessoal auxiliar o normalizava e dotava de seriedade educativa.

Natália Nunes, nas suas memórias do liceu dos anos 30, refere como o sentido da obediência ao regulamento era inculcado e como este se estendia do arrumo da pasta à propriedade do aspecto físico, higiene corporal e asseio do vestuário, postura física e contenção de movimentos através das práticas de formatura, inibição de percursos dentro e fora do liceu, condutas dentro e fora das aulas etc. etc.

Desta forma parece o liceu dotar-se de um clima moral, adoptando um rigorismo e uma disciplinação, promotora da homogeneização que o ensino particular em princípio garantia. O liceu apresenta-se assim como instituição educativa sendo ao serviço deste projecto que ganha sentido o

saber escolar, particularmente no primeiro ciclo. É o carácter formativo das disciplinas que integram o seu curriculum que será objecto de discussão nos III e IV Congressos do ensino secundário.

O primeiro ciclo, pela tripla função que desempenha, <sup>(31)</sup> revela-se assim como o lugar estratégico para a promoção desta socialização liceal. A primeira função, utilitária, consiste no assegurar do recrutamento das alunas. As condições em que esta matrícula no primeiro ano pode ser realizada constam sistematicamente dos textos legais: idade mínima de acesso, grau de escolaridade do ensino primário, condições físicas, vacinação etc. etc. a par do exame de admissão.

Estas condições, que o Estado impõe à frequência das suas instituições, são progressivamente extensivas nesta década aos particulares que promovem o ensino secundário liceal. E se para estes o problema da homogeneização social se não põe da mesma forma, (muitos colégios iniciavam escolarmente as suas alunas a partir do ensino primário), para o liceu, aquelas condições constituem a primeira etapa do processo de selecção a que a frequência obriga, visto exigir toda uma série de diligências burocráticas, a prestação de provas e o dispêndio económico da matrícula e das propinas. A contribuição económica não é um facto de selecção menor, veja-se o caso do ensino particular em colégio. O liceu, via mais económica do acesso à educação e ao diploma académico, continha uma política social, algo meritocrática, de compensação económica por meio de bolsas e de isenção de propinas, que progressivamente foi restringindo, vindo desta forma cada vez mais a aproximar os seus utilizadores potenciais dos utilizadores "naturais" deste ciclo de estudos.

A segunda função é de natureza pedagógica e socializadora. Este ciclo constitui o "primeiro banho" no saber académico e na vivência liceal global; nesse sentido é preparatório do saber e das disposições a que a frequência dos restantes ciclos obriga. O sistema de passagem anual, mediado pelas notas trimestrais, funciona como um indicador do grau de incorporação ou

resistência recíproca.

A estimulação dos hábitos de leitura, através da criação de pequenas bibliotecas, (por turmas), será objecto da Portaria nº 5.589 de 10 de Setembro de 1928. Por outro lado o Decreto nº 18.827, de 6 de Setembro de 1930, não só institui e legitima a fiscalização por parte do Estado, como realça a importância dos livros de ponto, do caderno dos alunos, do director de classe e da classificação docente, em ordem ao reforço do carácter educativo da instituição liceal, pela socialização específica dos alunos em hábitos académicos: ordem, asseio e organização. E ainda no sentido da mais perfeita simbiose entre o liceu e a família, defende-se a formação de associações de pais e alunos, não sem a advertência das cautelas necessárias "para que não se transformem em elementos perturbadores da vida escolar"(32).

A terceira e última função que desempenha é a da selecção social, vindo a revelar-se o período mais crítico de toda a frequência liceal, aquele em que a desistência, a reprovação, a repetição de anos e as transferências se fazem sentir em maior número, como teremos ocasião de verificar para a população do liceu Carolina Michaelis.

Simultaneamente, a posse do primeiro ciclo é objecto de grande expectativa pelos estratos mais baixos da sociedade portuguesa representada no liceu, visto constituir habilitação para a frequência dos cursos do magistério ou para a docência no ensino particular. Como vimos, ao longo da sua frequência, é nos momentos de classificação escolar que a intencionalidade das famílias se faz mais sentir.

Passada a barreira da admissão, tem assim o liceu o primeiro ciclo para fazer a selecção social e intelectual da sua população. Do cumprimento desta função resulta a imagem de respeitabilidade que tem para oferecer, disputando, no terreno feminino, o lugar que o ensino particular, o seu contraponto sócio-educativo, com vantagem oferecia.

A esta "rivalidade" estatutária, não será de todo estranho o efeito de "humilhação" que a realização dos exames do ensino particular no liceu



apresentava.

No Liceu, para além dos exames e das provas escolares intermédias, outros elementos dissuasores agem no sentido da selecção social: a discriminação a que no quotidiano de, uma maneira subtil ou declarada, eram votadas as raparigas das diferentes origens sociais.

"As professoras não prejudicavam [as] alunas mais modestas nas classificações... Onde a discriminação se fazia sentir era na concessão de privilégios e deferências, não era na negação de direitos básicos.

Aliás, eram as próprias filhas das classes mais elevadas que se sentiam senão superiores, pelo menos diferentes das mais modestas.

Muitas coisas as distinguiam: desde a maneira de vestir ao penteado, dos modos ao tom da voz e ao vocabulário, do dinheiro que exibiam, à apresentação das famílias e às "prendas" de educação usufruídas para além do ensino liceal; dispunham de professores suplementares para lições individuais de línguas em sua casa, muitas vezes da respectiva nacionalidade, aprendiam piano ou violino, "ballet", andavam a cavalo, jogavam ténis. Algumas eram acompanhadas ao liceu pelos pais, no seu próprio automóvel - e nesse tempo só os ricos se permitiam tal luxo - ou pelas criadas, ou pelos "impedidos". Quando despiam as batas mostravam vestidos bonitos, bons e bem feitos [e], camisolas de malhas artísticas,...

Também se tornavam merecedoras de especiais atenções as que se distinguiam pela sua actividade religiosa e pertenciam a movimentos associativos e proselitistas religiosos (católicos).

Em que consistiam afinal essas deferências para com as filhas da gente importante, do farmacêutico rico até ao ministro, do reitor de Liceu ao notável clínico, do industrial ao juiz ou ao oficial de patente, ou às portadoras de apelidos mais ou menos aristocráticos e estrangeiros?

Além de palavras já reveladoras de consideração e carinho, por parte da Reitora e demais pessoal dirigente ou vigilante do Liceu, às vezes até afagos entrevistos no Gabinete da Senhora Reitora; ou da permissão exclusiva de acesso à Biblioteca, fechada para as outras; ou do campo de jogos, defeso também para as "anónimas" - as filhas da gente grada eram as escolhidas para os números especiais das festas e para certas actividades circum-escolares: cursos de puericultura e de culinária, de confecção de flores; organizações de obras de caridade levadas a efeito pelo liceu, como a oferta anual de berços e enxovais de recém-nascido a umas tantas famílias pobres.

Certamente nem só o prestígio social interferia na escolha das que o detinham, para essas actividades selectas: o dinheiro de que as famílias podiam dispor também contaria.

Suponham o caso da festa anual escolar do liceu ( e umas duas ou três, excelentes, se realizaram durante esta minha escolaridade). As de mais posses entregavam vultuosos donativos, as suas mães ofereciam flores, tecidos, várias coisas úteis; e as filhas, que estudavam piano e violino, ou "balett", evidentemente eram as escolhidas para dançar as "Czardas" ou tocar Chopin, para cantar em francês escolhia-se uma menina que, aprendendo línguas em casa desde pequenina, com *mademoiselles* e com *misses* , tinha melhor pronúncia e, além disso, podia apresentar-se elegantemente vestida, calçada e penteada.

As filhas de gente anónima, as pobretas das peuguitas grosseiras e dos sapatos "para bater", entrariam nos papéis de figurantes, só para fazer número, ajudariam nos bastidores a coser, colar, varrer, ajudariam à festa, em suma.

Verdade que, se demonstrassem habilidade especial para representar ou recitar, também lhes seria distribuído um papel: a boa aluna, com ares de futura professora, a menina excepcionalmente

disciplinada e, sobretudo, "sensata", ainda que de modesta origem iria também declamar algum apólogo moral, apresentando-se então com o seu penteado alisado a água simples, os óculos, a cor citrina ou deslavada, a composta bata branca, os abotinados escuros"... (33)

Este quadro traçado por Natália Nunes não pode em nosso entender ser aceite sem alguma reserva. A socialização familiar que as filhas da gente "importante" apresentavam, a sua origem social, etc em tudo mais se assemelham à que apresenta uma maior vocação para a frequência de estabelecimentos de ensino particular, do que a que elege o liceu como sua via escolar e educativa, como teremos oportunidade de ver, aquando da análise da população escolar de um e outro tipo de ensino captada através do Liceu Carolina Michaëlis. Em todo o caso não há uma total homogeneidade em cada um dos tipos de ensino, sendo certo que, são interacções ponderadas socialmente que dão corpo à relação educativa para quaisquer das instituições escolares.

## II O ENSINO LICEAL OFICIAL

Nos textos legais que regulamentam o ensino secundário liceal, encontramos a mesma preocupação avançada pelos professores nos seus congressos.

A reforma deste grau de ensino precedeu a do ensino primário e a primeira incursão legislativa diz respeito ao Estatuto da Instrução Secundária de 2 de Outubro de 1926, em que se faz a alteração da reforma republicana de 1921.

Em 1928, o Dec. nº 15.365 de 12 de Abril, traduz já a política de contenção financeira e educativa que vai caracterizar a acção estatal nos anos seguintes. No artº 3º, lê-se que no Porto, em Lisboa e em Coimbra passa a ser limitada a matrícula nos liceus, em função das condições materiais e pedagógicas dos edifícios. É referido que um diploma legal posterior fixará as condições de admissão "à matrícula na 1ª classe, de forma a promover a selecção dos alunos que revelam melhores condições de aproveitamento". O Dec. nº 15.971 do mesmo ano, (21 de Setembro) fixa a lotação de cada estabelecimento e a área geográfica da sua acção pedagógica. A contenção económica e social persiste às medidas adoptadas:

- ..." Uma percentagem importante da população do ensino secundário oficial é constituída por alunos da 1ª classe (3:296 no último ano lectivo). A frequência desta classe tem aumentado anualmente segundo uma média de 360 alunos, mas o exame da estatística dos resultados de frequência (em 1927-1928 perderam o ano na mesma classe 1.014 alunos) revela que, promovida em novas condições, a selecção prévia dos alunos com aptidões para seguir o ensino secundário, aquele índice de aumento deve diminuir consideravelmente, com

vantagens para o ensino e para o tesouro".

Entretanto decretam-se medidas dissuasoras da frequência escolar alargada, em ordem a um recrutamento mais seleccionado da sua população:

- o Dec. 16.016 de 10 de Outubro de 1928 agrava o preço das propinas após cada reprovação que pelo Dec. 15.941 de 11 de Setembro de 1928 sofrem já um aumento de onze vezes mais. Nos considerandos justificativos desta medida, sobressaem, com nitidez, os relativos à natureza de classe deste ensino. É a negação das suas potencialidades promocionais e meritocráticas alargadas que se defende, quer do ponto de vista social quer do ponto de vista económico; nesse sentido, os seus custos devem ser repartidos entre o Estado e os seus utilizadores naturais, visto que vantagens sociais e pessoais decorrem da sua frequência. No decreto que estamos a referir afirma-se a determinado momento:

"O ensino secundário oficial é uma função de utilidade pública pelas vantagens que a Nação cobra da sua manutenção, valorizando por meio dele as aptidões dos seus futuros dirigentes; mas da sua existência e funcionamento recolhem incontestáveis vantagens de ordem pessoal os indivíduos que o procuram e por meio deles logram receber uma preparação que socialmente os valoriza. Com encarecê-lo, não tem o Governo em vista dificultar o seu acesso ou limitar aos ricos o seu aproveitamento, mas fazer compartilhar, como é justo, do encargo orçamental que ele determina, os indivíduos que financeiramente estejam em condições de o fazer e que do seu funcionamento extraiam vantagens directas. Não se julgue porém excessiva a cota parte que pelas novas taxas lhes é exigida: a totalidade da receita que deverão produzir as propinas fixadas pelo presente diploma fica ainda longe de representar a repartição de encargos em partes iguais, que seria equitativa,

entre o Estado, que mantém o ensino liceal para garantias de cultura das classes dirigentes e aquelas que pessoalmente desfrutam a situação social a que ele permite ascender".

O ensino liceal afirma-se como um ensino de classe, destina-se àqueles que o têm inscrito na sua condição sócio-económica e cultural. Contudo, enquanto via selectiva das elites, e numa óptica conservadora, apresenta, no mesmo diploma, uns laivos de intenção meritocrática restrita, para aqueles cujo génio suplanta a origem social. É assim aumentada a percentagem para cada liceu da população totalmente isenta do pagamento de propinas (10%) bem como dos parcialmente isentos (5%). As bolsas de estudo destinam-se aos estudantes "bem qualificados no curso final" e "reconhecidamente pobres". São ainda objecto de diferenciação positiva os filhos dos professores do ensino secundário, para quem a protecção concedida funciona como complemento do salário docente.

Mas "a selecção e a devida preparação das chamadas classes dirigentes", em Portugal, depara-se ainda com um problema de tipo sócio-geográfico. O recrutamento dos alunos do ensino secundário é acentuadamente urbano:

"Mais de 70% dos alunos que frequentaram os liceus no último ano lectivo eram provenientes dos concelhos em que eles funcionavam e apenas 16% convergiam de concelhos limítrofes, limitando-se a uns deminutos 10% os originários das povoações distantes"(34)

Por outro lado é diminuta a percentagem daqueles que, em idade de frequência do ensino secundário, aí se inscrevem, "chegando a haver zonas, em que a população liceal, comparada com a que podem utilizar aquele ensino, não passa da cifra mesquinha de 0,49%" (35)

Destes desequilíbrios decorre que, contrariamente à ideologia veiculada pelo Estado, os centros urbanos apresentam uma preponderância maior na afectação das elites potenciais. Assim a

criação dos Liceus Municipais (Decreto Lei nº 15.973 de 21 Setembro de 1925) permite

" a salutar renovação das classes dirigentes... entre indivíduos com melhores condições físicas de resistência na luta pela vida e portadores de hábitos mais sãos e consequentemente apresentando maiores probabilidades de melhor estrutura moral". Daí que o Governo autorize a criação destes para a leccionação do 1º ciclo, nos concelhos de população superior a 30.000 habitantes, "quando as respectivas câmaras assim o requeiram ao Governo, responsabilizando-se por todos os encargos, tanto de pessoal como de material, provenientes da sua instalação, manutenção e funcionamento" (36).

O custo da sua frequência era agravado por uma propina extraordinária de 1.500.00. Tão alto custo, para tão pouco benefício, deve ter sido inibidor da sua instalação, propiciando assim um campo de implementação ao ensino particular. Em todo o caso em 1932 foram criados cinco liceus: Santo Tirso, Alcobaça, Figueira da Foz, Mirandela, Portimão(37).

Estas medidas enquadram-se numa série de outras relativas à extinção de alguns liceus, supressão de cursos complementares noutros, bem como à definição das condições mínimas para o funcionamento destes últimos (10 alunos). Neste quadro é retomada a classificação dos liceus em nacionais centrais e nacionais; são previstas bolsas de estudo para os alunos pobres, privados do curso complementar visto que "a manutenção daqueles cursos apenas facilita comodidades e evita despesas a um limitado número de famílias, algumas das quais são abastadas e por vezes remediadas [não sendo] defensável fazer pesar nos encargos de todos o preço do bem estar de um pequeno número"(38)

A cada classe social a sua educação, e o processo de conformação da estrutura do ensino à estrutura social permanece. Se a aprendizagem da leitura e da escrita era receada, se a progressão do ensino primário induzia a

aspirações ascensionais nocivas à integração social desejada, a afluência ao ensino secundário liceal com maior nitidez fazia antever o desregulamento social que a sua apropriação pelos não classificados continha, vindo os seus efeitos a agravar-se em seguida no ensino superior.

"A aptidão dirigente é o produto de uma longa socialização que só dá plenamente os seus frutos se se exercer ao longo das gerações". (39) Ora, a par da contenção verificada a nível do ensino primário, o encarecimento, a dificuldade do acesso e do sucesso nos primeiros anos escolares, no liceu, contribuiriam para rematar o efeito dissuasor da produção de aspirações ascensionais através do aparelho escolar, que se fazia sentir na sociedade portuguesa.

Até ao fim da década de 30, a atribuição de isenção total ou parcial das propinas, vai ser novamente regulamentada no sentido de uma maior "produtividade". Numa tradição altamente conservadora, a promoção de uma via "meritocrática", só na base da mais estreita racionalidade, tem sentido. Assim, para os pobres, só efectivamente os verdadeiramente dotados suplantam a sua condição original. O Dec. nº 20.065 de 13 de Julho de 1931, no seu preâmbulo articula objectivos que quase se excluem mutuamente: "a defesa dos mais pobres no concurso à assistência e o aproveitamento social dos melhores valores das escolas". Os 12 valores são o mínimo exigido para isenção no curso geral e os 15 valores para a concessão de bolsas no curso complementar. A ordem social permanece inalterada, é a ordem natural (a inteligência) que se premeia. Este diploma reduz a casuística sócio-económica, para a isenção total ou parcial, cessa o carácter automático dos benefícios ao longo da escolaridade e a protecção aos filhos dos professores liceais, como se refere a este propósito a nota nº 11 do 3º capítulo.

Entretanto, parece não cessar a pressão demográfica sobre o liceu, nomeadamente, por parte das raparigas. Pelo Dec.-Lei nº 20:387 de 8 de Outubro de 1931, determina-se o aumento das turmas em vários liceus, face



aos pedidos de matrícula. São assim autorizados a aumentar o número de turmas do 1º ano, entre outros, no Porto, o liceu Carolina Michaelis, 5 turmas; em Coimbra o liceu Infanta D. Maria, 4 turmas, e em Lisboa, o liceu Maria Amélia Vaz de Carvalho, 3 turmas e o liceu Filipa de Lencastre - 5 turmas.

Este aumento do número de matriculados também é referido com apreensão pelos diplomas legais, face ao ensino superior, (40) correndo o risco este de se desclassificar como via de classe. Assim os exames de admissão, quer ao liceu quer às universidades, vão ser chamados a desempenhar um papel nivelador, fazendo corresponder o grau aos seus utilizadores "naturais".

"A concorrência de alunos à frequência do ensino secundário, que tem notavelmente aumentado de ano para ano, faria certamente supor um grande progresso na nossa cultura, se lhe não correspondesse diminuição acentuada do nível de estudos.

Infelizmente, testemunham os números que sinalam o rendimento útil do nosso ensino secundário, que, a despeito da progressiva violência das selecções que no seu seio se operam, o nível de estudos baixa sucessivamente porque baixa precisamente na medida em que se acentua o aumento da respectiva frequência.

Enquanto efectivamente se permitir que no ensino secundário ingressem alunos que não sejam convenientemente seleccionados e que por isso reagem pelas mais descontraídas maneiras à acção professoral, tornando inteiramente impossível o ensino colectivo e para agravar ainda mais este profundo mal, enquanto se continuar a consentir que as virtualidades docentes dos liceus, em pessoal, material e instalações, sejam fortemente, diminuídas pela quase ilimitada

ultrapassagem das lotações escolares, nunca será possível fazer da nossa escola secundária um instrumento educativo que compense o Estado dos gastos que lhe acarreta"...(41)

O exame de admissão é assim um instrumento de aferição de nível ao mesmo tempo social, escolar e educativo, visto que é de acção educativa que se trata, ao serviço da qual se dispõem as disciplinas. Este tem por objectivo:

"verificar se os candidatos à sua frequência, além de possuírem certos conhecimentos fundamentais, estão aptos para reagir congruentemente à acção educativa que por intermédio desse ensino se pretende realizar"(42).

Dada a contenção de lugares, a nota vai ser o critério de matrícula no liceu, pressupondo ainda a 4ª classe do ensino primário como grau mínimo de acesso.(43)

Como iremos ver pela análise da população matriculada no liceu Carolina Michäelis, não só o volume de matrículas de 1930 a 1939 se apresenta em diminuição, como a capacidade de sobrevivência diminui fortemente a partir de 1936, talvez decorrente da "progressiva violência das selecções" que no seu interior se produziam e do carácter cada vez mais oneroso da sua frequência.

Esta política de restrição e de qualificação sócio-educativa no acesso e sucesso escolares parece ir de encontro à dignificação deste nível de ensino exigida pela classe docente nos seus congressos, sendo os seus efeitos particularmente positivos para o ensino liceal feminino, que, como vimos, tinha uma dupla batalha a travar, a da respeitabilidade educativa e a da respeitabilidade moral.

Como iremos ver, no final da década de 30, a população que

frequenta o ensino liceal através do liceu Carolina Michaelis distancia-se menos social e academicamente da que frequenta o ensino através dos colégios, contrariamente ao que se verificava no início da década.

### III - O PAPEL DO ENSINO PARTICULAR

É no quadro desta contenção da oferta estatal e do agravar das condições de acesso e de sucesso escolares no liceu, a partir do qual este se dota de um carácter mais selectivo e elitista que ganha, todo relevo a promoção do ensino particular. Este não só vai de 1926 em diante ser objecto de uma definição jurídica mais precisa, como vai ser incentivado na sua missão educativa. Por outro lado, enquanto agência escolar, vai o Estado progressivamente conformá-lo ao modelo liceal estatal.

Em 1928, o Decreto que cria os Liceus Municipais refere que o ensino particular é, "infelizmente entre nós diminuto".(44) Ainda no mesmo ano, num outro diploma legal cujo objecto era o saneamento económico e social dos liceus, é referido que a redução do acesso ao ensino oficial se deve fazer também pela estimulação do ensino particular, expressão educativa mais consentânea com aqueles que não só podem prolongar mais tempo a sua escolaridade, como a procuram, podendo portanto pagá-la.

"Importa promover o desenvolvimento e melhoria dum ensino [cuja frequência é entre nós inferior à do ensino oficial] para que ele constitua uma garantia para aqueles que, vivendo em condições de desafogo pecuniário, podem aproveitá-lo, deixando de sobrecarregar o Tesouro com as despesas da sua educação".(45)

Na mesma linha de contenção e racionalização da oferta estatal e da melhor adequação do ensino secundário liceal à sua população, se identifica, no diploma, citado a propósito do retomar dos exames de admissão ao Liceu, o carácter supletivo da acção estatal, elegendo o ensino particular como sendo aquele, que por sua própria natureza, constitui uma oferta mais adequada à realidade social.

"Nem as condições do Tesouro, nem as conveniências

de ordem pública permitem que o Estado pretenda monopolizar o ensino secundário, multiplicando o número dos liceus até ao ponto de os levar a todos os núcleos populacionais onde naturalmente se congregam grupos escolares capazes de justificar a existência de uma escola de grau secundário.

O ensino particular vai atendendo com êxito a essas necessidades de natureza educativa e convém por todos os títulos proporcionar-lhe garantias de vida desafogada e profícua".(46)

A promoção do ensino particular ocorre de par com a clarificação institucional política e educativa do regime, tendo o seu ponto alto em 1933, ano da publicação da Constituição, e em que são definidos os lugares relativos do Estado, da Família e da Igreja na educação, e ainda em 1940, ano da assinatura da Concordata, a partir da qual se torna livre a criação de escolas por parte da Igreja.

Iniciava-se assim um ciclo de coexistência nem sempre pacífica, entre o Estado e a Igreja, desta forma, se desarticulava também o projecto laicista e da escola pública que a República acalentava. A educação, não tem mais como horizonte o progresso pela ilustração geral e pela difusão do saber positivo. Agora a instrução cede lugar à educação em grau e intenção, e é no sentido da inculcação ideológica, que remete cada um para o seu lugar na estrutura social, apresentada em termos imutáveis, que a desarticulação do projecto republicano se faz.

A promoção do ensino particular para a frequência do ensino secundário liceal era assim altamente integradora, na medida em que não só a sua oferta assegurava o carácter supletivo da acção estatal, com também, pelas condições limitadas com que se apresentava, mais dispendiosas, não permitia um investimento anómico na educação. Este, pela sua própria

natureza era inibidor de uma procura alargada. Por outro lado, enquanto ensino não público, emergente, não do Estado mas da Igreja e de outros particulares, expressava a realidade social em toda a sua desigualdade, anulando assim o efeito, também no plano político-ideológico, potencialmente unificador de um sistema de ensino Estatal, único, de serviço público, em última análise, expressão de um direito inscrito na natureza dos cidadãos e que a experiência política recente, liberal e republicana continha. A promoção do sector privado do ensino contribui para o bom funcionamento do sistema, na medida em que reafirma a desigualdade social e em que permite um desinvestimento do Estado cujo efeito ideológico principal é a anulação da escolaridade como via promocional.

Contudo a sua liberdade de acção apresenta os limites decorrentes da lógica que subjaz à sua existência. É para desempenhar uma função social, a educação, e neste caso também a escolarização secundária, que o seu reaparecimento é permitido, e é no quadro de uma estratégia estatal, desinvestidora de oferta mas não de intencionalidade, que a sua acção é acarinhada. Desta forma, é o Estado que garante a liberdade e que define as suas fronteiras. Assim sendo, a partir de 1926, as disposições legislativas regulamentam-no sempre e à semelhança do Liceu, dado que age em vez deste(47).

"É livre e isento de qualquer fiscalização por parte do Estado o exercício de todo o ensino, excepto o que for ministrado a alunos em comum ou tiver por objectivo incentivar conhecimentos ou desenvolver aptidões com destino a aquisição de diplomas ou outros instrumentos oficiais comprovativos de habilitações". Nestes termos, fica o ensino particular "sujeito à fiscalização por parte do Estado"... (48)

Na realidade, quando perante o ensino particular, estamos progressivamente na presença de formas privadas de realização do ensino

instituído pelo poder público: formas que ideologicamente assentam no princípio da primazia da família na educação dos filhos, pela eleição, entre outros, dos seus representantes educativos. A existência do ensino particular, confessional e laico, a par do sector público, permite assim escolhas várias que sociologicamente nos remetem para processos de diferenciação social, com uma expressão particular no campo educativo.

Na sociedade de Salazar, não parece ser a procura de uma formação religiosa aquela que orienta diversamente as escolhas entre o ensino público e o ensino particular, visto ser a religião católica a religião do Estado e o ensino público apresentar no seu curriculum uma disciplina denominada "Educação Moral e Cívica" no 1º e 2º ciclo liceais sendo a educação moral a educação cristã (49). A questão não é mais laicismo versus cristianismo, mas uma complexidade de factores que interagem.

Se para uns, a frequência do ensino particular, sobretudo sob a forma de colégio, resulta de uma escolha histórica e que o passado político recente inibiu, vindo a consubstanciar-se nas formas mais privadas do ensino doméstico ou particular individual, para outros, constitui forma de acesso ao ensino secundário, em condições securizantes, em função do desinvestimento estatal, sobretudo para as raparigas obrigadas a frequentar liceus mistos, se residissem fora das cidades do Porto, Lisboa ou Coimbra. Para outros ainda, e chamamos a atenção para a diversidade da oferta neste campo, constituirá a alternativa em caso de fracasso escolar no liceu.

Perante o ensino particular e quando da sua obra resulta escolarização é o modelo estatal que se impõe. Quer nas condições de admissão, idade legal, grau escolaridade primária, exame de admissão etc., quer nas condições de frequência, programas, livros escolares adoptados, etc os exames de ciclo são obrigatoriamente feitos no liceu, é este que certifica.

Desta forma a sua matrícula era obrigatoriamente feita no liceu, dispondo este dos processos escolares desta população.

"A única desigualdade verdadeira que existe entre

alunos internos e externos, nos exames - e essa há-de reconhecer-se que é muito grande, consiste em serem uns examinados pelos seus professores e outros por examinadores que não os conhecem e que eles não conhecem."(50)

Ao ser criada, a Mocidade Portuguesa vai ser de frequência obrigatória também nos colégios, dispondo estes, tal como os liceus do sábado de manhã para a realização das actividades.

Nesta conformidade, vai ser o ensino doméstico, o que melhor expressa o preceito constitucional da liberdade da família em matéria de educação dado que, sendo a família o agente educativo por excelência, não sofre qualquer tipo de inspecção e vigilância por parte do Estado, se não na altura dos exames, contudo, como vimos, foi-lhe retirada eficácia escolar.

É a excessiva tutela do Estado, pela obrigação, da leccionação dos programas estatais, admissão dos seus livros etc. a par da sua não comparticipação económica, nesse serviço de utilidade pública, que os congressistas expressam em 1965, aquando da realização do 1º Congresso do Ensino Particular.(51)

Teoricamente, o ensino público e o ensino privado remetem-nos para duas concepções de colectividade e de serviço prestado. No primeiro caso, a colectividade é assinalada ao Estado e o serviço prestado é público, logo indiferenciado inscrito nas condições gerais de cidadania. Por seu lado, o ensino particular justifica a sua razão de ser pela existência de formas privadas e privativas, dirigindo-se para grupos e clientelas específicas que se definem por contraposição ao modelo público. Podemos dizer que o Estado Novo baralhou esta funcionalidade, servindo-se do ensino particular, a par de outras medidas de contenção escolar, nomeadamente no ensino primário, como instrumento ao serviço da sua política de ajustar a educação à estrutura social, como resposta negativa a uma procura crescente do ensino secundário liceal. A actualização desta intenção virá a corporizar a reforma do ensino técnico em 1948. (52)



### Notas de leitura

- (1) Veja-se Sérgio Grácio, *Política Educativa como Tecnologia Social*, Lisboa, Livros Horizonte, Biblioteca do Educador Profissional, 1986, pp. 21 e seg.
- (2) Veja-se Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença, Gis, 1978.
- (3) Veja-se Sérgio Grácio, ops. cit. pp. 32 e segs.
- (4) Veja-se S. Stoer e Helena Araújo, "A Contribuição da Educação para a formação do Estado Novo: Continuidades e rupturas". 1926-1933 in *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1987.
- (5) Veja-se entre outros, Sérgio Grácio, M<sup>a</sup> Filomena Mónica, S. Stoer e Helena Araújo, ops. cit.
- (6) Veja-se M<sup>a</sup> Filomena Mónica, op. cit. pp. 109 e segs.
- (7) Sérgio Grácio, op. cit. pp. 31.
- (8) Veja-se Decreto nº 12.425 de 2 de Outubro de 1926.
- (9) Veja-se a Constituição da República Portuguesa de 1933, nos capítulos relativos à Família.
- (10) M<sup>a</sup> Filomena Mónica, op. cit. pp. 81.
- (11) ibidem, pp. 69.
- (12) ibidem, pp. 69
- (13) ibidem, pp. 80.
- (14) Rogério Roque Amaro, "A economia nos primórdios do Estado Novo - estagnação ou crescimento? in *O Estado Novo das Origens ao Fim da*

- Autarcia (1926-1959)* , vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1987, pp. 246.
- (15) Fernando Rosas, "O Estado Novo nos anos trinta, 1928-1938", Lisboa, Ed. Estampa, Imprensa Universitária 1986, pp. 280-281.
- (16) M<sup>a</sup> Filomena Mónica, op. cit. pp. 259.
- (17) António Nóvoa, *Les Temps des Professeurs*, vol. II, Lisboa, INIC, 1987, pp. 569.
- (18) M<sup>a</sup> Filomena Mónica, op. cit., p. 243.
- (19) António Nóvoa, op. cit., pp. 575.
- (20) A fórmula utilizada para o cálculo da taxa de crescimento, foi a seguinte:  

$$\pi = \left( \sqrt[m]{\frac{X_m}{X_t}} - 1 \right) 100$$
 Veja-se Rodwick Floud, *Métodos quantitativos para historiadores* , Madrid, Alianza Universal, 1979, pp. 110.
- (21) O Dec. nº 22-842 de 18 de Julho de 1933 no artº 21 § 2 permitia o regime de classe no Ensino Doméstico.
- (22) artº 41 do decreto 27.084 de 14 de Outubro de 1926.
- (23) Cândida Florinda Ferreira, *A Mulher Portuguesa Contemporânea* , Lisboa, Ed. da A., 1935.
- (24) *I Congresso Pedagógico do Ensino Secundário Oficial* , Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, pp. 13.
- (25) *I Congresso Pedagógico do Ensino Secundário Oficial* , Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, pp. 13.
- (26) *II Congresso Pedagógico do Ensino Secundário Oficial* , Lisboa, Federação das Associações de Professores dos Liceus Portugueses, 1929, pp. 18.
- (27) *Anuário do Liceu de Maria Amália* , ano de 1929-1930 (Relatório da Reitora Maria Guardiola), Lisboa, Imprensa Nacional, 1931, pp. 4.
- (28) *ibidem*, Relatório das Directoras de Turma dos 1º e 2º anos, pp. 77, 78.
- (29) *Anuário do Liceu de Maria Amália* , ano 1929-1930 (Relatório da Reitora

Maria Guardiola), Lisboa, Imprensa Nacional, 1931.

(30) Natália Nunes, *Memórias da Escola Antiga*, Lisboa, Didáctica Editora, 1981, pp. 75, 76.

(31) Françoise Mayeur, *L'enseignement Secondaire des Jeunes Filles Sous la Troisième République* Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977, pp. 230.

(32) Dec. nº 22.581 de 26 de Maio de 1933.

(33) Natália Nunes, op. cit., pp. 99-100.

(34) Dec. Lei 15.973 de 21 de Setembro de 1928 (Preâmbulo).

(345) Dec. Lei 15.973 artº 1 de 21 de Setembro de 1928 (Preâmbulo).

(36) Dec. Lei 15.973 de 21 de Setembro de 1928 (Preâmbulo).

(37) Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime Salazar - Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, pp. 745.

(38) Dec. 15.939 de 11 de Setembro de 1928. Preâmbulo.

(39) Marcelo Caetano a propósito da escola única. Citado por Sérgio Grácio, op. cit. pp. 33.

(40) Decreto lei nº 25.461 de 5 de Junho de 1935 (Preâmbulo).

(41) ibidem

(42) ibidem

(43) ibidem

(44) Decreto Lei nº 15.971 de 21 de Setembro de 1928 (Preâmbulo).

(45) ibidem

(46) Decreto lei nº 25 de 5 de Junho de 1935 (Preâmbulo)

(47) Simultaneamente, dá-lhe credibilidade académica. Por exemplo em 1926, no Dec. nº 12.425 artº 116, era expresso que os alunos do Ensino Particular se não podiam habilitar a exame de admissão à Universidade, o que pelo Dec. 20.613 de 5 de Dezembro de 1931, no artº 6º é concedido. Este diploma contém todas as disposições a que deve obedecer o Ensino Particular, em sintonia com o Liceu, veja-se por exemplo os artigos 24º, 31º e 33º relativos aos procesos de matrícula, etc.

(49) Veja-se respectivamente Dec. Lei nº 27:084 de 1936, artºs 6º e 7º e o Dec. nº 28.262 de 1937, artº 2º.

(50) *ibidem*.

(51) I Congresso do Ensino Particular, Lisboa, 1965 (s.e.)

(52) Sérgio Grácio, *op. cit.* pp. 13.

## 2 - A EDUCAÇÃO FEMININA. O LUGAR DO LICEU

*As mulheres fazem os costumes*

"A Sociologia utiliza o biológico e o psicológico como um dado. E esforça-se por estabelecer como o mundo social o utiliza, o transforma, o transfigura"(1) É a utilização social do dado biológico, a sua transformação e configuração através da educação que tentaremos aprender nas páginas que se seguem.

É da objectivação do biológico que se trata, postura teórica não meramente conceptual, mas política e ideologicamente localizada, bem como postura social, configuradora de tipos, de agentes em função de modelos sociais.

Creemos que a condição do ser feminino, se constante e estruturante da totalidade social,(2) se transforma historicamente, apresentando contornos diversificados segundo as épocas históricas, as classes sociais e as suas trajectórias, sendo os períodos de transformação social, em que as estruturas sociais cedem na sua rigidez, os que melhor permitem o eclodir de movimentos e de posições dos agentes sociais envolvidos ou com capacidade de captar as mudanças.

Integradora por excelência, a questão da especificidade do feminino, porque sempre definida consciente ou inconsciente no horizonte do outro género, o masculino, com quem refaz a totalidade mais essencial a partir da qual se produzem e reproduzem os seres humanos e sociais, foi a partir de certa altura, no ocidente, formulada expressamente em termos educativos.

Não bastava nascer mulher era preciso accionar os dispositivos sociais que a tornam numa determina mulher, quer dizer socialmente configurada.

É neste processo social de produção de um ser a partir do dado biológico que se capta um projecto societal que vem a ter existência real em cada individualidade resultante.

Através do processo educativo, transformam-se os dados da natureza em dados de cultura, revelando-se a prática educativa um processo antropológico por excelência.

Produção e reprodução social eis as duas exigências que os sistemas sociais colocam aos sistemas educativos e que a análise sócio-histórica permite desvendar. Se a participação das práticas educativas na reprodução social se impõe com alguma evidência, a sua componente "produtiva" não é menos decisiva, contribuindo para a criação de categorias sociais novas e participando na transformação de estruturas<sup>(3)</sup>.

Pensamos ser neste quadro que a questão da educação feminina e nesta da sua componente escolar precisa ser colocada, detectando quando e em que condições se põs socialmente como necessidade.

Nas páginas que se seguem, tentaremos enunciar de uma forma muito exploratória, algumas posições neste campo a partir de obras publicadas nos anos 20 e 30, de forma a poder captar a conflitualidade existente, numa fase da sociedade portuguesa tendencialmente subordinada a uma ortodoxia estatal cujo ideal feminino se consubstancia no lar ao mesmo tempo que se faz um apelo a alguma participação organizada da mulher na vida pública <sup>(4)</sup>.

Socorremo-nos, para a selecção de alguns autores de um catálogo resultante de uma "Exposição Bibliográfica sobre a Mulher" promovida pela Comissão da Condição Feminina<sup>(5)</sup> e privilegiamos a temática da educação

da mulher, para que se tornasse mais compreensível o lugar da educação formal da mulher nesse projecto.

A educação é o mote. Eduque-se a mulher! Esta afirmação que mais não significa do que a atribuição de um papel determinado faz-se sentir em Portugal de uma forma sistemática desde o fim do século XIX, sendo particularmente defendida no feminino aquando da abertura social republicana, vindo mesma a ser o elemento fundamental do feminismo português(6).

"O estatuto de ignorância das mulheres é a base reconhecida e confessa de todos os males. Pior que a ausência de direito cívicos ou políticos, pior que a dependência económica, é a ignorância total da mulher, a total inércia intelectual e a total dependência que daí resulta. A par do analfabetismo literal das classes inferiores e, por vezes, não apenas destas... o analfabetismo cultural e intelectual das classes superiores, resultando de uma educação errada e deformadora que, desde a infância é ministrada à mulher"(7).

A educação da mulher permite libertá-la do jugo do passado e dotá-la de consciência na sociedade presente proporcionando-lhe:

- o desenvolvimento como pessoa no plano humano, intelectual e afectivo
- o desempenho superior da sua função de esposa e mãe
- igualdade de oportunidade com os homens no acesso ao trabalho e à participação na vida social

Mais uma vez é das mulheres urbanas, da pequena e média burguesia que se trata, cuja posição social se não confunde com a da própria

sobrevivência física e a dos seus, como é o caso da mulher trabalhadora, rural ou urbana, camponesa ou operária, de existência miserável, moral e material de que nos dá conta Cândida Florinda Ferreira na sua análise da mulher portuguesa nos anos 30(8).

São estas mulheres, que não só apresentam uma capacidade instrumental de se situar na sua condição jurídica, económica, política e afectiva, através da palavra escrita e falada, como estão inseridas numa rede de relações onde a intervenção política e social é familiar, que se pronunciam e que reivindicam a educação(9).

Se o período republicano, pelo positivismo que o animou, permitiu a colocação da questão feminina, o problema que subjaz é o da passagem de uma sociedade tradicional, assente numa estrutura social e familiar cristalizada, para uma outra mais complexa animada pelo "despertar político das classes médias.

"Na verdade, devido à crise interna resultante da transmutação interna do nosso capitalismo em sentido industrialista e da sua crescente inserção nas relações capitalistas mundiais, por um lado, à fraqueza social e política das classes trabalhadoras, resultantes do fraco desenvolvimento das forças produtivas, por outro, os interesses das classes médias vieram a corporizar-se num projecto republicano que, demarcando-se do grande capital e do clero seu aliado, bem como das propostas colectivistas, se foi impondo hegemonicamente na formação social portuguesa".(10)

Na mesma linha Richard Evans afirma que é ao nível das transformações da estrutura de classes nas sociedades ocidentais, ao aparecimento das classes médias e à mudança de posição das mulheres das classes médias que se compreende o eclodir de movimentos feministas por



todo o final do século XIX<sup>(11)</sup>, dando conta, à semelhança da insegurança operária, da insegurança feminina. A este pano de fundo acresce no período Republicano a alteração do código civil no respeitante ao casamento, criando assim as condições jurídicas para a desagregação da célula familiar que simultaneamente prendia a mulher e lhe dava uma definição.

... leis civis inovadoras, bulindo com a própria organização da família, deram nesta à mulher uma situação que já se não compadece com a velha educação feminina de prendas e bujigangas, pois que a facilidade do divórcio e a influência dele no regime financeiro do casamento, obrigarão a preparar as raparigas para responsabilidades, prevenções e defesas, que a Lei até agora tomava a seu cuidado e de ora avante ficarão principalmente confiadas ao juízo das próprias interessadas".<sup>(12)</sup>

A mulher já não sairá de casa só "a baptizar, a casar e a enterrar"<sup>(13)</sup> mas também para trabalhar, precedida, nalguns casos, da saída diária para o Liceu, instituição escolar de frequência externa, que deste modo opera uma socialização antecipada do habitus a que o trabalho nas sociedades industriais obriga: à separação da residência e do local de trabalho associa-se a separação da casa e da escola, obrigando um e outro a um deslocamento contínuo.

A antiga educação, nos seus conteúdos e práticas, entende-se num mundo fechado em que o lugar da mulher era seguro. Agora a relativização do casamento como porto de abrigo e a consequente procura de uma capacitação individual da existência, fazem acrescer à reivindicação da instrução, a do acesso ao mercado de trabalho, à vida académica e às profissões liberais.

"Entre os vários problemas que a transformação social do nosso tempo originou, este, da educação feminina, em ordem à nova esfera de actividades da mulher, não é de certo dos menos importantes, nem dos menos oportunos.

Por um lado, a pulverização das heranças, diminuindo cada vez mais o património familiar e obrigando os diversos membros da família a bastarem-se a si próprios, por outro a influência doutrinária e legislativa atinente ao nivelamento das classes e dos sexos; afinal a profunda remodelação da mentalidade e do viver sociais da nossa época - criaram à mulher necessidades, suscitaram-lhe aspirações, rasgaram-lhe horizontes que, ainda há bem pouco, os preconceitos sociais lhe interdiziam em absoluto. Hoje, livre desses mesmos preconceitos, a mulher abandona o lar, lança-se na oficina, no escritório, na repartição pública, faz-se comerciante, jornalista, médico, advogado!...

A educação da mulher era toda doméstica, com mais ou menos cultura intelectual e artística em casos raros, mas fundamentalmente caseira, porque à casa, ao lar, às lides da vida de família se destinava a mulher.

Por isso mesmo a rapariga da classe média, só tinha frente a si, dois únicos caminhos: o matrimónio ou o convento. A velha frase - ou casar ou meter freira - constitui a tal propósito a síntese perfeita de um verdadeiro compêndio de educação. Para a mulher portuguesa sobretudo, foram estes realmente, durante séculos, os dois

campos abertos à sua actividade. na falta deles, ou melhor, quando nenhum deles se resolvia a trilhar, um único recurso lhe restava então - melhor diríamos: se lhe impunha então . com a violência inexorável dos anos e o travor cruel das desilusões: a mulher fazia-se tia, ficava para tia; e ser tia, na velha instituição familiar, era desempenhar ainda uma função social, individualista, inconfundível, com a sua actividade e lugar próprios.

Na classe burguesa, a mulher não se limita aos atractivos da vida de família. É rara hoje a menina da burguesia média, seja da aldeia ou cidade, que não tire qualquer curso, que o não tente pelo menos...

O receio dum celibato forçado, a falta de legítima que lhe garanta o futuro, a atracção do emprego público, o desejo muitas vezes de se fugir à mediania e modéstia dos pais, lançam as raparigas de hoje na conquista do diploma que lhes abra a porta do professorado, que lhes dê entrada na repartição pública, que lhes permita o exercício de qualquer profissão liberal...

São as filhas dos lavradores e dos pequenos proprietários das nossas aldeias, do industrial e comerciante da cidade, do funcionário público, do médico, do advogado, do professor, a lançarem-se assim nos diversos cursos da instrução pública, designadamente nos liceus cuja frequência se eleva num crescente embaraçoso, obrigando, sobretudo nas primeiras classes, ao desdobramento incalculável das turmas"(14) .

É nestes termos que os autores dos anos 30 apresentam a questão; é este desconforto, esta sensação de que tudo muda à sua volta que dão conta os seus escritos.

Mas não só a rapariga da classe média se projecta fora do lar, também a operária e a elegante, aristocrata ou burguesa. A insegurança social, a necessidade económica ou a relaxação dos costumes fazem periclitar a mulher, a sociedade e a família.

Mas é para a rapariga da classe média que se reserva a solução educativa, em alguns casos, neutralizadora da própria solução educativa encontrada; ou seja, se é indiscutível que o casamento, social, económica e juridicamente, pela possibilidade do divórcio, não é mais a solução universal para a mulher burguesa, donde decorre, para algumas, a necessidade da educação escolar e do trabalho, verifica-se que esta mesma solução extensiva a todas as mulheres, cria outros tantos problemas resultantes da sua saída do lar, como sejam, a crise familiar e social, a instabilidade do casamento, o problema da educação dos filhos, a concorrência no mercado de trabalho com o homem, etc. provocando não só baixa de salários como, por arrastamento até o desemprego masculino. É a 1ª Guerra Mundial e os seus efeitos sociais, agravados com a crise económica dos anos 30, que pairam na mente dos autores:

"Antes da guerra, ninguém se recusava a ver na mulher a irmã e companheira do homem, a sua igual; mas também ninguém a supunha talhada para as profissões que demandam um grande esforço muscular, nem para ocupações que apenas pressupõem um exercício regular e aturado, mas que até então tinham sido quase exclusivamente desempenhadas por indivíduos do sexo

forte. Justificava-se esta maneira de ver invocando a constituição física da mulher, as fatalidades orgânicas a que a submeteu a natureza, ao papel tão especial e tão cheio de sacrifícios que lhe cabe na função genésica, a sua acção preponderante na educação infantil, e ainda a que, por uma forçada divisão de trabalho, lhe pertence no lar doméstico.

Mas veio a guerra, e as ideias modificaram-se completamente...

Forçoso foi então recorrer ao trabalho feminino... não houve ocupação masculina de que elas não se encarregassem...

Resultou destes factos o considerarem alguns publicistas como uma das consequências mais notáveis da grande guerra, das que maior influência exerceram e hão-de continuar a exercer na nossa e nas futuras gerações, o que se ficou chamando o "reconhecimento do valor social da mulher...

Deste descobrimento do valor social da mulher derivou o facto, que todos conhecem, de ela vir deslocando o sexo forte de muitas ocupações a que, até à grande guerra, os homens se entregavam quase exclusivamente. Os lugares de caixas, dactilógrafos, telefonistas, empregados de escritório e de balcão, são hoje, em grandíssima parte, desempenhados por senhoras, e tudo indica que a desproporção se há-de ir agravando constantemente, em proveito delas. As nossas companheiras vão invadindo igualmente as chamadas profissões liberais, e, lá fora, cresce de dia para dia o número

das que exercem cargos de representação, para que se exige inteligência e saber".(15)

A questão não será no entanto o trabalho fora do lar, unânimamente sentido como um mal necessário quando legítimo, ou seja, quando economicamente justificado: para a sobrevivência do agregado familiar, para uma vida com dignidade fora do casamento, no celibato, ou quem sabe na viuvez. Situações há em que é o próprio génio da mulher, que ao revelar-se, se deve expandir, por exemplo, na vida académica. Mas aí é a excepção e não a regra quem comanda, logo não há que temer, as suas consequências sociais são benéficas para toda a humanidade. Mas outras mulheres há, para quem o trabalho fora do lar é reprovável, aquelas a quem guia não a necessidade mas o abandono do sacrifício doméstico e da vida familiar, para as que repudiam a sua natureza e a sua condição e que partilham do feminismo mais naturalista e pagão que a todos confunde num único género, o masculino.

Há que então repôr as coisas no seu lugar, em regra, a casa para a mulher e o mundo para o homem. Contudo, a vida doméstica tem que elevar-se no conceito feminino e no conceito social geral. A vida familiar é agora apresentada à mulher como uma carreira. Necessita preparação prévia, exige trabalho e inteligência e é valorizada socialmente. Ser mãe e esposa é uma titularidade com foros de diploma académico, para tal consta a sua preparação dos programas liceias e de cursos afins.

A par da felicidade que o desempenho da sua missão lhe traz, a inteligência e a cultura são os melhores aliados de que a mulher dispõe agora para cativar o marido, sobretudo anos cinzentos da vida, (e a beleza é um bem tão efêmero), em que como companheira, melhor será apreciada pelo homem. Desta forma se irmanam os seus espíritos. Este é o feminismo desejado.

Pela mesma razão, a educação intelectual da mulher é imprescindível quando é mãe. Sendo a primeira educadora é quem mais cedo imprime na mente infantil não só conhecimentos como os valores sociais. Agente socializador primordial, a mãe é o melhor aliado de que pode dispôr a sociedade para se renovar. Sendo educada educa, não o sendo, é agente da superstição, da ignorância, do erro. O lar é agora a sua cátedra.

Eduquem-se as mulheres, eduquem-se para o lar, a necessidade ou talento se encarregarão de as profissionalizar de uma forma integradora.

Portanto, e a contragosto, a questão do profissionalismo feminino impõe-se social e economicamente. Impõe-na o feminismo na voz das suas defensoras e desejam-no porventura as mulheres que se matriculam nos liceus, nas universidades, nos conservatórios, etc E é nestas três frentes que se vai estruturar a solução e que vai consistir na feminização da mulher, do trabalho, e até dos estudos secundários liceais.

A mulher deve realizar trabalho profissional nas condições que o tornem funcionais a si própria, ser feminino, à sociedade e à família, nas condições, em suma, que anulem os seus efeitos anómicos. Não há que negar o feminismo e o profissionalismo, há que aproveitar as potencialidades de integração social que contém. Estamos perante uma divisão sexual do trabalho mais desenvolvida, colocada agora à escala social e resultante das transformações sociais. Temporariamente anómica e desintegradora é potencialmente solidarizante da ordem colectiva.

A solução profissional encontrada é unânime: o professorado, sobretudo o infantil, a enfermagem, a farmácia, o trabalho de laboratório, a medicina especializada, a acção social caritativa e filantrópica. A solução educativa correspondente será a educação da mulher para ser mulher,

criando instituições especiais de educação feminina, atribuindo-lhe carreiras próprias e preparando-a sobretudo para ser esposa e mãe.

Pela via educativa, pela sujeição das raparigas a processos de educação formal específicos, contrariam-se assim os efeitos desestabilizadores que a procura crescente do ensino secundário, reconhecida por todos os diplomas legais, ditada por estratégias, digamos assim, assexuadas, fazia temer. E a funcionalidade opera-se nos três campos referidos: no campo feminino, herdeiro do pensamento feminista, reconhecida agora a anterioridade do ser face às funções que é chamado a desempenhar, nada se perde e tudo se conquista de novo. Reafirma-se a mulher em toda a plenitude da sua "nova" natureza. Sendo uma profissional ou sendo mãe e esposa, não deixa mulher de o ser. Não sofre os efeitos da masculinização que a desfiguram nem vive na indignidade do obscurantismo.

Inteligência e beleza aliam-se neste projecto, desta forma se exorcisa o arreigado preconceito da sua incompatibilidade, permanecendo a mulher o ser desejável, a quem os laços do casamento, em última instância, dão sentido pleno.

Como mãe e como esposa, ganha toda uma outra dignidade e importância. A mulher educada, permite a passagem de uma condição feminina doméstica, por referência à sua localização espacial, para uma condição feminina doméstica, definida por relação ao desempenho esclarecido de uma função.

Desta forma não deixa a mulher de o ser, porque age de acordo com a sua natureza, a natureza de que a natureza a dotou e que os homens de ciência não cessam de revelar de uma forma científica. Diferenças anatómicas, fisiológicas e psicológicas se impõem, e a justeza das posições



feministas, mais uma vez cede à evidência natural. Não pode haver igualdade quando é exactamente da diferença que se trata.

Almerindo Lessa, reputado médico, numa obra dedicada à educação da mulher apresenta como sub título: "o conflito do seu perfil biológico e do seu destino humano com a coeducação"(16). Socorrendo-se dos dados da antropologia física e médica, não cessa de apresentar as bases científicas que justificam a desigualdade da mulher, o que o leva a pugnar pela coeducação no período da infância, ou seja, naquele em que a diferenciação funcional dos sexos não se põe.

"A Mulher e o Homem são dois seres diferentes. Têm fisiologias de carácter próprio e, sendo assim, não podem ter direitos e deveres absolutamente iguais. Há um mínimo de cidadania que lhes é comum, por que são seres humanos, mas há um máximo em que são diferentes porque não são uniformes.

Se têm diferente biologia, como poderão ter igual civismo? Não somos nós aquilo que permite o nosso cérebro e o nosso braço?

Serão iguais os direitos e os deveres dum homem inteligente e dum estúpido, dum homem culto e dum inculto, dum homem doente e dum são, dum indivíduo que sobretudo pensa e dum indivíduo que sobretudo come?

Se não - e o moderno Direito assim o considera - como colocar em pé de igualdade dois seres de diferente função animal e de oposto temperamento glandular, e psicológico?

Há um mínimo de conhecimentos que todo o ser humano precisa de ter, que o Homem e a Mulher devem e têm que possuir. São dados elementares do Património Universal - sùmula adquirida durante milhares de anos, e haurida da experiência histórica, com os quais hão-de fazer os jogos elementares do raciocínio, e do comportamento.

Numa boa sociedade, num contracto perfeito, a Mulher e o Homem, co-participando de todas as actividades terão de ser, no entanto, acima de tudo, um Homem, e o outro, Mulher. Ou pode a cidade contrariar a Natureza?

Diga-se o que se disser, ao cabo, o ambiente da Mulher é a casa e o do Homem é a rua. Um cria, conserva o outro; e transmite. É pela Mulher que o útil da civilização, o pragmático e o distinto, se prolongam e enraizam"(17) .

Estamos novamente no reino da natureza. A existência da mulher como ser da espécie e diferenciado é um dado primordial que as sociedades e a cultura, num momento de crise e de mudança, confundem num mesmo processo. Mas ser da espécie e ser social são um só, e é esta a lição dos cientistas.

José da Silva Correia, partindo dos mesmos pressupostos, estende a sua análise à linguagem, detectando quer a tradução linguística das diferenças psico-fisiológicas dos sexos, quer a forma como a linguagem enquanto sistema de significados reproduz essa diferença.

"Distanciando-se, pois, fisiologicamente e psicologicamente um do outro, os dois sexos hão-de divergir

naturalmente também na linguagem que falam ou escrevem".(18).

Vão ser as características psicológicas da mulher, ditadas pela sua constituição natural e o seu lugar na civilização, ou seja, o estágio mais primitivo da sua condição, a fase metafísica em que se encontra, que vão ditar nela, particularidades que a tornam mais próxima do animismo, do contacto com os seres vivos animais e vegetais e até das crianças, dado nelas o uso da oralidade ser fundamental.

"O ser a mulher tagareleira de arte, faz que ela tenha, para contar contos às crianças, qualidades que faltam ao homem... vemos que a mulher é nesta actividade estética, como em muitas outras, superior ao homem. Mais infantil e dramática do que ele, vive consequentemente muito melhor as ficções..."(19)

A afirmação de que é maior o seu pendor para a docência e para as primeiras idades é o corolário deste pensamento.

Assim, é menos racional a linguagem feminina, apresentando uma maior profusão na utilização dos auxiliares de linguagem, sonoros, gestuais, expressivos, arcaísmos, utilização de diminutivos, etc

"Também em profissões intelectuais, que por enquanto cultiva pouco ou nada, a mulher poderá igualar ou superar o homem: em ciências de paciente observação como a bacteriologia, ou em enciclopedismos do berrante e do efémero, como é o da redacção de um jornal de nossos dias, a mulher deverá marcar bem o seu lugar e obter decididos triunfos. Até mesmo a política



que aliás se faz muito com habilidades, e o adágio diz que a "raposa tem sete manhas e a mulher tem manha de sete raposas".(20)

Desta forma interdeterminam-se a natureza, a educação e a profissão. Reconhece-se à mulher dos anos 30 que não viva unicamente encerrada na sua função natural, a maternidade, e reconhece-se-lhe também existência social fora dos laços do casamento. Já não é um biologismo estreito que a encerra, mas uma complexidade biopsicofisiológica. A mulher é agora um ser mais revelado: como agente social, na sua capacidade de intervenção a nível económico, político e ideológico, resultado dos movimentos feministas, das solicitações da 1ª Guerra e da influência cultural americana; e na sua natureza, cujos contributos vêm agora da antropologia, da medicina, da psicanálise, etc.

É nesta teia de determinações que a questão da educação e da profissão se poem. Quer um quer outro projecto, prolongam em ocupações sociais: - a sua função de reprodução e de manutenção dos seres sociais, o professorado, a enfermagem, a medicina, não são mais do que a expressão profissionalizada e desagregada, do que é historicamente a função materna alargada: criar, curar, educador, alimentar, proteger, apaziguar, etc - e a sua invisibilidade pública, através das profissões científicas como sejam, a farmácia, a biologia, a química, na sua expressão laboratorial, em que a mulher se esconde, se invisibiliza de novo por detrás de uma bata branca, óculos a maioria das vezes e se encerra num laboratório, lugar de ensaio por definição, apartado da vida social e em que o trabalho profissional apela a qualidades tidas por femininas: paciência, dedicação, sacrifício, etc.

No campo religioso encontramos a mesma preocupação de redefinir o lugar relativo deste ser. O futuro Cardeal Cerejeira, na revista "Estudos", do CADC de Coimbra, publica uma série de artigos acerca da influência do Cristianismo na reabilitação da mulher e afirma:

"Para bem se compreender a situação da mulher no Direito Canónico, importa não perder de vista estas duas ideias que constituem base cristã da família: a subordinação na hierarquia e a igualdade no dever. Se a subordinação na hierarquia atribui ao homem as prerrogativas de chefe, fundando solidamente a sociedade familiar, a igualdade no dever atribui à mulher uma dignidade igual à dele. A primeira funda-se no interesse da família; a segunda na identidade da natureza. A subordinação da mulher não é incompatível com o reconhecimento da sua dignidade. O Direito Canónico afirma energicamente aquela, sem contudo ter deixado de proclamar plenamente esta - e isto era uma considerável revolução".(21)

A mulher igual ao homem consubstancia-se social e religiosamente na virgindade, no casamento e na maternidade. Na família, verdadeira escola social, ela é o centro agregador. Como mãe, a sua missão é divina, visto ser através da educação responsável pela salvação dos filhos.

Toda a tradição cristã face à mulher, se exerce no sentido de a dignificar no plano divino e no plano terreno. Destacando-a como pessoa, essencialmente igual ao homem, é na relação indissolúvel e monogâmica do casamento que se afirma, dado ser aí que se consubstancia a sua acção. Este é constrangedor para ambos, como meio e nos seus fins; mas para a mulher implica uma submissão que a sua diferença justifica: a especialização de funções onde sobressai a maternidade, é ponto assente do Direito

Canónico, que na tradição dos santos padres confina a cada sexo o seu domínio mais adequado. Mais uma vez a diversidade é também integradora.

Para Costa Pimpão o problema feminino carece de reflexão e entendimento à luz dos preceitos da Igreja Católica. Reconhecida que é a acção histórica da Igreja face a libertação da mulher dos costumes Romanos e Germânicos, e reconhecido que é o papel das mulheres na Igreja no início da civilização cristã, há que, para os nossos dias, no dizer do autor, não escamotear o que de legítimo tem a reivindicação feminina. A sua argumentação é de natureza teológica e historico-social: há semelhança de Deus, são os seres iguais, diríamos que a alma não tem sexo. Face aos homens, tem sido o descurar da educação feminina o responsável do estado em que se encontra:

"Quando a mulher não leva da casa paterna uma preparação de escrava, leva uma preparação... de boneca!(22)"

E a questão decorre da própria condição feminina nas sociedades modernas, mais uma vez, a da pequena burguesia urbana, cujas raparigas têm de enfrentar, o celibato forçado, um casamento pobre ou a viuvez. No dizer do autor,

"todas estas categorias, e algumas mais formam o grupo de candidatas às profissões liberais".(23)

Como é impossível precisar à priori quais as mulheres que necessitam um dia de trabalhar, e como a mulher ociosa não faz juz das suas atribuições divinas e humanas, deve educar-se a mulher, para ser mulher, porque só desta forma se respeita o feminismo legítimo e se promove a paz e harmonia social.

E o paralelismo com a idade média ganha todo o seu sentido, retomando-se a missão trans-histórica da mulher. Face a nova "barbárie" ela é chamada novamente a desempenhar uma função civilizadora.

Com o Dr. Serra e Silva é mais uma vez a natureza feminina que é chamada a actuar neste campo, mais uma vez é como ser da natureza que a mulher é invocada. O objecto é agora a sua sensibilidade que deve ser verdadeiramente educada no cultivo das artes plásticas e musicais, já que,

"a absorvência do homem pelos negócios, pelas lutas da política, pela especialização profissional... não deixou nem o tempo nem o gosto para a cultura destas coisas improdutivas, mas que importam de sobremaneira à elevação da sociedade, à civilização e à dignidade humana"(24).

E novamente é da educação feminina que se trata, da formação da sua sensibilidade através da arte, e não da sensibilidade neurótica:

"A mulher raciocina com os nervos e não com a cabeça, o que é o mesmo que dizer que não raciocina; entrega-se às impulsões do seu temperamento..."(25)

Eduque-se o seu carácter trabalhando sistemática, e racionalmente a sua sensibilidade, não o piano e a pintura como "dever de estado" mas de uma forma consciente de molde a contrariar a sua natureza impulsiva.

É da sua própria natureza as imperfeições que a mulher apresenta, por isso precisa ser educada mas é na sua natureza que reside o fundamento da sua educação que a eleva. É aí que se ancora o verdadeiro feminismo, aquele que dignifica e potencia a mulher, um ser que nem no acto da criação recebeu o mesmo tratamento divino. Pela natureza é condenada, pela natureza é elevada. Neste círculo se encerra toda uma argumentação em torno da condição feminina e que se orienta contra a experiência recente da

primeira guerra, do feminismo radical e dum certo isomorfismo da moda e dos costumes herdeiro dos anos 20 e da influência americana, a que alguns autores chamam o terceiro sexo - a mulher actual.

"Durante a guerra, a mulher, na casa, na oficina, no comércio, nos campos, apercebeu-se colectivamente de capacidades novas. Foi às saias e talhou-as pelo joelho. Foi aos cabelos e cortou-os pela nuca. E nesse momento viu ao espelho que a distância física que a separava do homem era mais pequena do que supunha. Acendeu um cigarro, arranjou um monóculo, comprou uma bengala, ...[vestiu um pijama]... Entre muitas coisas que destruiu, a guerra produziu uma criação nova e instalou-a em toda a parte, junto de nós: a mulher actual"(26)

Esta mulher que alguns dizem "à garsonne" não é mais a mulher presa do homem e das convenções sociais. De alguma forma é positiva a sua emancipação porque é libertadora da carga neurótica, do sentimento exagerado e da paixão doentia das mulheres do passado, mas é por demais desagregadora. Público e privado confundem-se, a divisão sexual do trabalho não se processa, a convivencialidade dos sexos altera-se, parecendo os anos 30 uma espécie de terra de ninguém.

A influência cultural americana não é menos nefasta. A era da estandardização das coisas e das pessoas traz consigo o enorme cortejo de mulheres escolarizadas em massa, ocupando postos de trabalho que o cinema se encarrega de divulgar, a par da mulher sensual e loira. A mulher americana é física e culturalmente diferente da europeia, escolarizada em regime de coeducação, a sua imagem paira como uma ameaça sobre a mente pesada da tradição conservadora europeia.



Não deve a cidade confundir o que a natureza dividiu. Da confusão resultará o caos. A indiferenciação elementar que a mulher dos anos 20 e 30 apresenta na moda, na maquilhagem, nos costumes é dissolvente da mais elementar estrutura social - a família, porque anula a diferenciação natural e solidaria de que a natureza dotou os seres e que a sociedade e a cultura activam cada vez que se opera a sua socialização e educação.

O feminismo, entendido como a colocação pública da questão feminina, seja ela política, económica, social ou educativa é um dado aceite por todos os autores, mais, é uma questão que transcende as fronteiras nacionais e a que se assiste também por todo o mundo civilizado, inspiração aliás, para muitos dos autores estudados.

Nada sabemos, do grau de correspondência, que considerações deste tipo sobre a mulher dos anos 20 e 30, apresentavam para a mulher portuguesa de então. Quer-nos parecer que só nas cidades de Lisboa e Porto se encontrariam alguns destes "exemplares". Pensamos que os autores citados expressam uma transformação a nível de hábitos, costumes e ideias, que se bem que não fossem representativos da realidade portuguesa eram-no do sentido que apresentava a civilização ocidental e que, supomos, o Estado Novo, para o caso português, vem a inflectir.

A necessidade da escolarização das raparigas, coloca-se por todo o lado a par do desenvolvimento industrial. A educação secundária instala-se progressivamente desde o fim do século XIX, e se é resposta à progressiva profissionalização a que estão sujeitas certas actividades, responde também a necessidade de distinção das classes superiores, ciosas da superioridade cultural que a extensão do ensino primário põe em causa<sup>(27)</sup>. Por todo o lado também o crescente profissionalismo da mulher da classe media e as consequências do abandono do lar se fazem sentir, ao mesmo tempo que a

mulher operária progressivamente se desqualifica na sua função de mãe e esposa.

Por outro lado, a família urbana e industrial vai-se reduzindo na sua extensão e vão ganhando peso na sua estruturação os laços afectivos que ligam os diferentes membros. A história da família no ocidente parece pautar-se por um movimento de progressiva autonomização dos factores que a exo-determinam, em ordem a uma endodeterminação pautada pela privatização e laicização dos comportamentos(28). Nesta conformidade, a mulher, mãe, e esposa ganha um papel preponderante, como pedra angular da estrutura familiar, neste quadro assim descrito, a sua educação intencional para a função, adquire todo um sentido histórico. "Preocupar-se com a maneira de educar as mulheres, é tomar consciência do papel essencial assumido pelas mulheres no seio da família, da "família moderna" malthusiana, afectiva, inclinada sobre crianças, ligada à "escolarização"(29).

A este movimento geral também visível na sociedade portuguesa, os anos 30 em Portugal, associam factores de natureza política e ideológica que reclamam para a família um lugar central na estruturação da nova sociedade e que definem nela o lugar relativo dos seus membros, pai, mãe e filhos. Assim na ideologia do Estado Novo a família vai ter um lugar de desta que, célula base da nação, vai ser em tudo apresentada como uma verdadeira escola de educação moral e cívica. Nela, a mãe é o laço que une, não só os diferentes membros como é, silenciosamente quem providenciava toda a vida do lar. Glorificada a sua missão, ao mesmo tempo terrena e divina, é como "figura sacrificial" que é apresentada(30).

Para a ideologia do Estado Novo, a mulher confunde a sua existência com a da família de forma que é o seu lugar nesta, que lhe dá todo o estatuto que possui de esposa e de mãe, que deve desempenhar na sequência das leis

naturais, cuja expressão maior é o sacrifício da maternidade, verdadeira escola de sofrimento e de engrandecimento. A dedicação, a obediência e o sacrifício são as traves mestras do desempenho desta figura na divisão sexual do trabalho<sup>(31)</sup>. É "como chefes de família", que ganham o direito ao voto, quando viúvas, separadas, divorciadas e celibatárias maiores, desde que tivessem família a cargo e as casadas cujo marido estivesse ausente"<sup>(32)</sup>. A constituição de 1933, também reconhecia as mulheres maiores, com um diploma universitário ou especial secundário, o direito ao voto<sup>(33)</sup>. O diploma equipara-as ao homem dado permitir o desempenho de funções sociais assexuadas. Em todo o caso, a detenção de um capital escolar elevado, profissionalizante, ou a família, parecem conferir os únicos estatutos reconhecidos na óptica do Estado Novo às mulheres. Sobretudo às "intelectuais de preferência solteiras"<sup>(34)</sup>, são-lhes atribuídas "funções políticas precisas e de confiança no aparelho ideológico do regime... às deputadas eleitas pela União Nacional em 1934 são-lhes entregues a direcção da Obra das Mães e da Mocidade Portuguesa Feminina"<sup>(35)</sup>. O lugar estratégico do liceu enquanto agência vocacionada para a educação secundária da juventude em ordem à formação da elite dirigente, não cessa de ser assinalado, por contraposição, não dita, ao ensino secundário técnico comercial e industrial. Dessa forma, à sua vocação formativa, promotora de uma consciência nacional regenerada, vai associar-se a preocupação da regeneração da raça, que os recrutamentos e a estatísticas de saúde revelam enfraquecida e mórbida.<sup>(36)</sup>

É neste quadro, e tendo em conta o lugar da mulher na divisão sexual do trabalho, que o apelo à educação secundária feminina será realizado, enquanto potencia moralizadora, pela enfatização da sua missão no lar, na sociedade e na civilização cristã e enquanto agente

"civilizacional", combatendo a ignorância a superstição e o erro nas práticas domésticas, incluindo a reprodução do seres. É aqui que ganham sentido os exercícios de ginástica na sua educação, o uso do fato de banho, as actividades ao ar livre, etc, promotoras de uma condição saudável na mulher, ao mesmo tempo que a puericultura e a generalidade das ciências domésticas.

Estas organizações, OMEN e MPF são coincidentes no seu aparecimento, com a reforma global e profunda do ensino geral, e secundário em particular, e será a elas que vai ser entregue a tarefa de feminizar os liceus femininos. De inscrição obrigatória, quer no ensino oficial, mesmo no particular, a Mocidade Portuguesa Feminina vai ter a seu cargo no Liceu, toda a componente educativa; ideológica, nacionalista, de economia doméstica e actividades físicas, coadjuvada pela Obra das Mães para a Educação Nacional.

"É verdade que em conjunto, a OMEN e a MPF procuram restaurar a família dita antiga, portuguesa e cristã, destruindo as bases do laicismo na educação, favorecendo o retorno da mulher ao lar, exaltando as qualidades ditas femininas e tornando as jovens "sãs, elegantes, activas, cristãs e sacrificadas". Enfim, "ao lado dos rapazes, esperança do Império, as raparigas seriam as sentinelas de Portugal"(37).

Será através das instituições educativas no ensino secundário liceal oficial e particular, que se fará a reorientação da juventude feminina e masculina. Desta forma se retoma o programa positivista do final do século XIX., subordinado agora à defesa da raça e da sociedade cristã. Quer para os Republicanos quer para os "Salazaristas", o problema da educação feminina é o problema da unidade do tecido social.

## Notas de Leitura

- (1) Pierre Bourdieu, *Questions de Sociologie*, Paris, Ed. Minuit, 1980, pp. 30.
- (2) Veja-se Georges Balandier, *Anthropo-logiques*, Paris, Presses Universitaires de France, 1974.
- (3) Esta perspectiva teórica tem sido desenvolvida por A. Petitat, veja-se nomeadamente "Entre Histoire et Sociologie, une perspective construtiviste appliquée à l'émergence des collèges et de la bourgeoisie", *Revue Française de Pédagogie*, nº 78, 1987, pp. 21-29.
- (4) M<sup>a</sup> Belo e outros "O Estado Novo e as Mulheres", In *O Estado Novo das Origens ao fim da Autarcia, 1926-1959*, Colóquio - Lisboa, Fragmentos, 1987, vol. II, pp. 263-179.
- (5) Maria Regina Tavares da Silva (org<sup>a</sup>), *Exposição Bibliográfica sobre a Mulher*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina, 1982.
- (6) Maria Regina Tavares da Silva, *O Feminismo em Portugal na Voz de Mulheres Escritoras*, Cadernos Condição Feminina, 1982, pp. 24.
- (7) ibidem, p. 29.
- (8) Cândida Florinda Ferreira, *A Mulher Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Ed. da A., 1935.
- (9) Veja-se Fernando Marques da Costa, *A Maçonaria Feminina*, Lisboa, Vozes, 1981.
- (10) Fernando Catroga, "Importância do Positivismo na consolidação da Ideologia Republicana em Portugal", *Biblos*, LIII, Coimbra, 1937, pp. 289-290.

- (11) Richard J. Evans, *Las Feministas Los Movimientos de Emancipación de la Mujer en Europa, América e Australásia, 1840-1920* , Madrid, Siglo Veintiuno de España Editora, 1980.pp 29-30
- (12) Agostinho de Campos, *Educar na Família na Escola na vida* . Lisboa, Livraria Aillaud & Bertrand, 1919, pp. 64.
- (13) Segundo o pensamento das Senhoras Marquesa de Nisa e de Arronches, citado por Luís de Pina, *Plano para a Educação de uma Menina Portuguesa no Século XVIII* , Porto, Separata de Calle, Revista da Faculdade de Letras do Porto, 1968, pp. 20.
- (14) Alexandre Lucena e Vale, "Aspectos actuais da condição social da Mulher", *Estudos* , ano XII, nº 123, 124, Coimbra, 1934, pp. 151, 202-203, 209.
- (15) Pedro José da Cunha, *A Educação da Mulher, Lisboa* , Sociedade de Estudos Pedagógicos, Série A-1, 1934, pp. 13-16.
- (16) Almerindo Lessa, *A Educação da Mulher. O conflito do seu perfil biológico e do seu destino humano com a coeducação* , Lisboa, Nunes de Carvalho, 1934.
- (17) ibidem, pp. 24-25.
- (18) José da Silva Correia, *A Linguagem da Mulher* , Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1935.
- (19) ibidem, pp. 136.
- (20) ibidem, pp. 137.
- (21) Dr. Gonçalves Cerejeira, "Da influência do Cristianismo na reabilitação da Mulher", *Estudos* nº 7, ano I, Coimbra, 1922, pp. 193.
- (22) Costa Pimpão, "O Feminismo e a Igreja Católica", *Estudos* , nº 59, Coimbra, 1926, pp. 555.

- (23) ibidem, nº 55, pp. 508-509.
- (24) Dr. João Serras e Silva, "Educação da mulher, a Formação da Sensibilidade", *Estudos*, Ano V, Coimbra, 1926, pp. 119.
- (25) ibidem, p.
- (26) Augusto de Castro, *Sexo 33 ou a Revolução da Mulher, Idílios e Ironias*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933, pp. 160.
- (27) Veja-se Henri Boiraud, "A evolução da Educação Feminina". *História Mundial da Educação*, org. Jean Vial e Gaston Mialaret, Porto, Res Editora, Biblioteca da Educação, III vol., pp. 291-303, s.d.
- (28) Ana Nunes de Almeida, *Comportamentos Demográficos e Estratégias Familiares*. Lisboa, ICS. Estudos e Documentos, nº 10, 1984, pp. 7-16.
- (29) Philip Ariès, "La Famille Hier et Aujourd'hui", citado por Françoise Mayeur, *L'enseignement secondaire des jeunes filles sous la troisième République*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences politiques, 1977, pp. 14.
- (30) M<sup>a</sup> Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Ed. Presença - Gis, 1979, pp. 275-177.
- (31) Veja-se Luís A. Vicente Baptista, "Valores e Imagens da Família em Portugal nos anos 30 - Quadro Normativo", In *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*. Actas do Colóquio, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1985, I vol., pp. 191-219.
- (32) M<sup>a</sup> Belo e outros, ops. cit. p. 264.
- (33) ibidem, pp. 264.

(34) *ibidem*, p. 267.

(35) *ibidem*, p. 267.

(36) A lepra, a tracoma, a sífilis, e as demais doenças infecto-contagiosas, populavam no Portugal dos anos 30, a par de elevadas taxas de mortalidade infantil. A este ambiente regenerador não é estranha a criação em Portugal, em 1934, da profissão do Serviço Social. Este é um campo da história social nacional que está por desenvolver.

(37) M<sup>a</sup> Belo e outros, *op. cit.*, pp. 269.



### 3- -ENTRE O LICEU E OS COLÉGIOS. O ENSINO OFICIAL E O ENSINO PARTICULAR FEMININO NO DISTRITO DO PORTO

Ao longo da década de 30, o Liceu feminino Carolina Michaëlis, situado na cidade do Porto, foi palco da cena educativa, que como vimos, se representava a nível nacional. Trata-se de uma peça cujo movimento interno tentaremos captar a partir do desempenho dos diferentes actores. A cena diz respeito ao aumento significativo de matrículas por parte dos elementos do sexo feminino no ensino secundário oficial, ocorrendo agora a entrada fulgurante em cena de um outro personagem, o ensino particular em colégio, que no desempenho da sua "performance" vai obscurecer dois outros protagonistas, o ensino doméstico e o ensino particular individual.

Como dissemos, é esta dinâmica que tentaremos captar nas suas múltiplas significações, que, ora nos remetem para um universo feminino, a nível de valores e práticas educativas específicas, ora se problematizam e parecem expressão de um movimento mais geral, expressão da sociedade portuguesa no seu todo, que no campo educativo se reflecte.

Estamos assim no ano lectivo de 1930-31 e no Liceu Carolina Michaëlis, matricularam-se no 1º ano 173 alunas, no ensino particular sob a forma de colégio, 133, no ensino doméstico, 56 e no ensino particular individual, 48. Este panorama não se vai manter. Na década em estudo, e tendo em conta a população matriculada, no 1º ano nos quatro anos lectivos em estudo (Quadro nº 3) verificamos que 53,4% das raparigas se matricularam em colégios, 36,2% no Liceu, 6,4% no ensino doméstico e 4% no ensino individual.

Os valores apresentados para a população do Ensino Oficial Feminino não esgotam a população do Liceu, visto este apresentar uma secção, em virtude do volume de matrículas, a partir de 1936, e com alguma

irregularidade até ao final da década, de 1936-37/1938-39/1939-40), o que altera necessariamente o peso relativo do ensino oficial. Como não dispomos de informações mais completas sobre esta população, para efeitos do nosso estudo, a população do ensino oficial feminino é a que se matriculou e frequentou o liceu Carolina Michäelis.

**Quadro nº 3: Distribuição das alunas inscritas no 1º ano, nos anos em estudo segundo o tipo de ensino**

Ens. Oficial	Ens. em Colégios	Ens. Doméstico	Ens. Part. Indiv.	Total
616	910	109	67	1702
36,2%	53,4%	6,4%	4%	100%

Globalmente denota-se para o ensino secundário particular (1) e para o ensino secundário, uma predominância do ensino sob a forma de colégio.

Superior em 1930, a população liceal vai ainda aumentar 37,5% em 1933 para decrescer até final da década. Por seu lado, a população colegial vai quase triplicar em 1933, para decrescendo, estabilizar ao longo dos anos seguintes, aumentando no entanto a sua preponderância de 32% em 1930 para 68% em 1939. O ensino doméstico e o ensino particular individual, sendo ainda significativos em 1930 perdem a sua importância ao longo do decorrer da década.

Da leitura do Quadro nº 4, observamos que embora no ano de 1933 se registe um grande afluxo ao ensino, o ensino particular sob a forma de Colégio vai apresentar preponderância sobre todos os outros. Nos anos subsequentes, em que se regista uma quebra geral, esta é sobretudo sentida nos outros tipos de ensino, o ensino em Colégio vai ainda aumentar a sua

importância em detrimento dos restantes, que no seu conjunto se tornam inferiores a ele.

Quadro nº 4: Distribuição das inscrições no 1º ano pelos anos em estudo pelo segundo o tipo de ensino  
Valores absolutos e valores percentuais

	1930	1933	1936	1939
Ensino Oficial	173 42,2%	238 36,5%	124 37%	81 26,6%
Ensino Particular em Colégio	133 32,4%	371 56,8%	198 59,1%	208 68,4%
Ensino Doméstico	56 13,7%	40 6,1%	4 1,2%	9 3%
Ensino Particular Individual	48 11,7%	4 0,6%	9 2,7%	6 2%
Total	410 100%	653 100%	335 100%	304 100%

Em síntese, 1933 parece ser um ano de clivagem, ponto alto da clarificação institucional e do regime, é também revelador das transformações sociais em curso e que têm na educação e na educação feminina um reflexo particular. É um ano muito significativo quanto aos valores da procura do ensino secundário, oficial e colegial, conseqüentemente é também o ano em que se revela a natureza arcaica e progressivamente subsidiária das outras formas de praticar particularmente o ensino - a forma doméstica e a individual(2) que a partir de então quase desaparecem.

A população em estudo, apresenta do ponto de vista geográfico contornos algo imprecisos. Se bem que as fronteiras sejam quanto ao local de frequência escolar, a zona de influência pedagógica do liceu feminino, todavia esta não diz respeito a uma divisão administrativa rigorosa, distribuindo-se por concelhos do distrito do Porto, Aveiro e Guimarães. Pelo Decreto nº 15.971 de 21 Set. de 1928 são delimitadas para cada liceu (artº 2º) as zonas de influência pedagógica. Para cada Liceu Nacional Central são criadas duas, sendo uma respeitante ao curso geral outra ao Curso Complementar. Ao liceu Carolina Michaëlis são adstritas as zonas de influência pedagógica dos dois Liceus Nacionais Centrais Masculinos da cidade do Porto, e que correspondem ao concelho do Porto e concelhos como Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Feira, Gaia, Gondomar, Maia, Paredes, Valongo, Matosinhos - a que acrescem, para o curso complementar os concelhos de Póvoa de Varzim, Santo Tirso e Vila do Conde.

Quanto ao ensino secundário liceal feminino, se o único estabelecimento existente era o liceu que estudamos, o sexo feminino dispunha ainda, para frequência do ensino secundário liceal, em regime de coeducação, do Liceu Alexandre Herculano, situado na zona oriental da cidade do Porto.

O ensino em colégio faz-se predominantemente na cidade do Porto (Quadro nº 5), 51% dos colégios estão lá situados acolhendo 68,6% das alunas. Os restantes com maior significado em termos do número de alunas que apresentam, situam-se nos concelhos limítrofes do Porto: Vila Nova de Gaia, Matosinhos e Espinho.

No interior do distrito do Porto, nas cidades como Amarante e Penafiel encontramos alguns colégios, de fundação local ou extensões de grandes colégios urbanos, que acolhem sobretudo alunos locais e das zonas envolventes, alguns tendo internato, mas com pouco significado no total.

Quadro nº 5: Distribuição do número de Colégios segundo a localização geográfica e o total de alunas inscritas no 1º ano por Colégios nos anos em estudo.

	Amarante	Espinho	Matosinhos	Penafiel	Porto	Sto. Tirso	Valongo	V. N. Gaia	Loc. desc.	TOTAL
Nº de Colégios	1 2,1%	3 6,4%	4 8,6	2 4,2	24 51%	1 2,1	1 2,1	7 14,9	4 8,6	47 100%
Nº de alunas	17 2%	57 6,3	39 4,2	23 2,5	624 68,6	1 0,1	3 0,3	121 13,3	25 2,7	910 100

Para os estabelecimentos particulares de ensino verifica-se o mesmo movimento que para a população escolar (Quadro nº 5.1.). Em 1933 assistimos à matrícula de alunas no ensino secundário através de colégios não constantes nos processos em 1930, vindo o número destes a apresentar estabilidade até ao final da década.

Em alguns casos tratar-se-á de fundação, noutros casos, de colégios com ensino primário que vão progressivamente criando a partir daí classes de ensino liceal.

De 1930 para 1933, verifica-se na generalidade dos concelhos um aumento do número de colégios com alunas matriculadas no liceu, fazendo-se sentir particularmente no concelho do Porto.

Quadro nº 5.1.: Evolução do número de Colégios nos anos em estudo e sua localização geográfica

	Amarante	Espinho	Matosinhos	Penafiel	Porto	Sto. Tirso	Valongo	Gaia	Loc. desc.	TOTAL
1930	—	—	1	—	10	—	—	3	—	14
1933	1	2	3	1	17	1	—	6	2	32
1936	1	2	3	2	15	—	—	4	3	30
1939	1	3	2	2	15	—	1	4	1	29

O panorama que acabamos de traçar, apresenta também expressão particular quando analisada a proveniência e localização geográfica das alunas. Vamos assistir à definição de contornos mais nítidos, diferenciadores da população do ensino oficial e particular nas suas diferentes formas, que volume das matrículas já indiciara.

#### NATURALIDADE

No que respeita à naturalidade (Quadro nº 6) verifica-se ser a população discente maioritariamente (63,7%) natural do distrito do Porto, onde só a cidade do Porto é responsável por ecerca de 40% dos efectivos.

Quadro nº 6: Naturalidade da População Discente  
Valores globais

Cidade do Porto / Distrito do Porto	Outros Distritos	Ultramar Brasil Ilhas Adjac.	Outras Proveniências	Sem Indicação	Total
673 / 1079	476	93	7	47	1702
39,5% / 63,4%	28,0%	5,5%	0,4%	2,7%	100

Com o Quadro nº 6.1., observamos comparativamente as origens por distrito, e como referimos anteriormente o distrito do Porto é o que apresenta francamente o maior número de proveniências. Com valores distantes mas ainda significativos, temos os distritos de Aveiro, Bragança, Vila Real, Viseu, Guarda e Braga. Com bastante interesse revela-se a participação de naturais dos territórios não metropolitanos como o Brasil e a África portuguesa de então.

Quadro nº 6.1.: Naturalidade da População Discente. Valores Globais  
discriminados pelas várias proveniências segundo o  
tipo de ensino

Distritos	Total	Ens. oficial	Ensino em Co- légio	Ensino Do- méstico	Ensino Part. Individual
Aveiro	122	23	90	5	4
Beja	5	4	1	--	--
Braga	40	13	24	3	--
Bragança	73	32	34	4	3
C. Branco	6	2	4	--	--
Coimbra	16	3	11	1	1
Faro	1	--	1	--	--
Guarda	41	22	17	--	2
Leiria	8	5	2	1	--
Lisboa	32	8	23	1	--
Portalegre	1	--	--	1	--
Porto	1079	403	556	77	43
Santarém	7	3	3	--	1
V. Castelo	16	10	6	--	--
Vila Real	54	20	29	2	3
Viseu	54	26	25	1	2
Sub-total 1	1555	571	829	96	59
Africa	42	12	24	6	--
Brasil	43	14	24	4	1
Ilhas Adj.	8	2	5	1	--
Outros	7	1	4	1	1
Sub-total 2	100	29	57	12	2
S/ Indicação	47	16	24	1	6
Sub-total	47	16	24	1	6
Total	1702	616	910	109	67

Observando a naturalidade na sua relação com os quatro casos educativos verificamos que o distrito do Porto é o que apresenta maior significado para qualquer dos tipos de ensino. Este facto, prende-se não só, como vimos com razões de ordem administrativa, mas também se deve ao estado de desenvolvimento económico e social do país, como vimos praticamente com dois polos urbanos, Lisboa e Porto, atractivos não só dos fluxos económicos e populacionais mas também educativos. É na cidade do Porto que encontramos o Liceu Central feminino, bem como dois Liceus Centrais masculinos, e onde se encontram os colégios, não só em maior



número como os de maior capacidade, os das ordens religiosas com valencia de internato e os mais antigos colégios laicos. Os outros distritos com mais importância na proveniência das alunas, destinam-nas na sua maioria ao ensino particular em colégio e ao ensino oficial, sendo aquele mais contemplado, tendência essa que se verifica para as não continentais. Estas filhas de "brasileiros", e de portugueses emigrados em África é para colégios da metrópole que se dirigem.

Quanto às alunas nascidas no Distrito do Porto, (Quadro nº 6.2.), e exceptuando a cidade do Porto, verificamos serem os concelhos mais próximos da cidade, como Vila Nova de Gaia e Matosinhos e mais distantes como Penafiel e Amarante os que apresentam maior número de proveniências para a frequência do ensino secundário.

**Quadro nº 6.2: Naturalidade da população discente por concelhos do Distrito do Porto, segundo o tipo de ensino**

Concelhos	Total	Ens. Oficial	Ens. em Colégio	Ens. Doméstico	Ens. Particular Individual
Amarante	24	5	17	2	--
Baião	15	7	4	1	3
Felgueiras	10	1	7	2	--
Gondomar	23	8	12	1	2
Lousada	8	2	3	1	2
Maia		26	8	16	2 --
M. Canavezes	10	5	4	1	--
Matosinhos	65	20	38	1	6
P. de Ferreira	5	3	2	--	--
Paredes	8	2	5	1	--
Penafiel	33	3	25	2	3
P. de Varzim	5	3	2	--	--
Porto	673	287	314	48	24
Stº. Tirso	15	2	10	3	--
Valongo	19	7	11	--	1
V. do Conde	11	3	8	--	--
V.N. Gaia	115	37	64	12	2
<b>TOTAL</b>	<b>1079</b>	<b>403</b>	<b>556</b>	<b>77</b>	<b>43</b>

Observada a sua distribuição pelo ensino Oficial e Particular, verificamos que no ensino particular colegial, estes concelhos são, os que

dispoem de estabelecimentos deste tipo nas vilas e cidades locais, (Amarante e Penafiel) que aliás apresentam reduzida expressão na população liceal<sup>(3)</sup> Nos concelhos em que a deslocação diária para o Liceu é possível, a sua representação fez-se sentir mais equilibradamente no ensino oficial e no colegial como é o caso de Matosinhos e Vila Nova de Gaia, todavia esta tendência permanece no Ensino Doméstico e Particular Individual. O panorama traçado é um bom indício para percebermos as razões da implantação do ensino particular e a sua articulação com o ensino oficial.

Razões de tipo geográfico podem presidir à situação referida, dado não só a escassez de estabelecimentos próprios oficiais, como a sua concentração gerográfica, sendo esta visível também para o ensino particular em colégio; mas não só, razões de tipo sócio-económico e educativo propriamente ditas, prevalecem por vezes à sua determinação.<sup>(4)</sup>

Observada a distribuição da população nascida na cidade do Porto pelo ensino oficial e particular (Quadro nº 6.3.). Notamos que esta privilegia o ensino particular apesar da existência do liceu feminino, sendo neste também significativa.

**Quadro nº 6.3.: Distribuição da população discente natural da cidade do Porto segundo o tipo de ensino**

	Ens. Oficial	Ens. em Colégio	Ens. Doméstico	Ens. Part. Indiv.	Total
Concelho do Porto	287	314	48	24	673
Percentagem (%)	42,6%	46,7%	7,1%	3,6%	100%

Temos deparado assim para este ciclo de estudos, com uma forte procura urbana mas que se orienta na base de escolhas educativas determinadas.

Por referência ao Liceu, poderíamos supor que a procura do ensino particular seria proveniente de uma população não urbana, o que

verificamos é o forte contingente desta neste tipo de ensino, o que indicia sobretudo factores de natureza socio-económica e educativa na sua escolha.

É enganador supor que o ensino particular em colégio, nos casos em que era realizado através de internato, se destinaria unicamente a famílias residentes longe dos centros urbanos. Se essa realidade é verdadeira, o internato, recobre no entanto outras, que só um procedimento qualitativo na recolha de informações permitiria captar com rigor. Contudo, das entrevistas que realizamos a dirigentes de colégios, ficou-nos a certeza de que para alguns estratos sociais, nos mais elevados, mandar as filhas para o colégio não era sinónimo de as "pôr a estudar", mas sim de cumprir um modelo educativo, que mesmo na zona de residência dos pais, revestia a forma de internamento. Por outro lado, ocorriam também situações em que era o prestígio da própria instituição educativa que ditava quase a obrigatoriedade da sua frequência para certa clientela, sendo que fazia parte de um projecto e de um processo obrigatoriamente cumprido, sob pena de desclassificação; neste caso eram unicamente razões de tipo socio-educativo que ditavam o afastamento da rapariga de casa, mesmo que dispusesse perto da sua residência de instituições similares e com outro regime de frequência.

Há ainda outras realidades que o internamento recobre, a ausência temporária da família, a orfandade e até a ilegitimidade, historicamente características de uma instituição também presentemente estudo. Para estas instituições, os recolhimentos de mulheres, originários do séc. XVII e XVIII, e de que temos exemplo no Recolhimento das Orfãs de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Esperança, a intrusão aparece como obra caritativa, não apresentando autonomia enquanto tal, mas exercida no quadro de um programa disciplinador que integrando a aprendizagem de outros saberes profissionais, habilitava ao exercício profissional, sobretudo doméstico, e desta forma à independência económica de raparigas, que, por nem sempre disporem de dote, não podiam casar.. Aqui o internamento obedecia à fórmula do recolhimento, não sendo

uma forma de educar mas de proteger socialmente. Como veremos, esta instituição apresenta nos anos 30 um carácter menos acentuadamente assistencial dado dispôr de uma população que o frequenta em regime de externato.

Retomando a análise da naturalidade urbana, são as freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Paranhos e Bomfim as que apresentam valores reais significativos na proveniência da população natural da cidade (Quadro nº 6.4.).

São as mais importantes para qualquer dos tipos de ensino notando-se que, freguesias como a da Foz e Lordelo do Ouro, primavam pelo ensino particular.

Quadro nº 6.4.: População discente natural da cidade do Porto por Freguesia, segundo o tipo de ensino

	Total	Oficial	Colégio	Doméstico	Particular
Aldoar	2	1	--	1	
Bonfim	87	28	43	11	5
Cedofeita	146	61	69	9	7
Campanhã	25	15	7	3	--
Foz	29	6	16	4	3
Lordelo do Ouro	18	4	10	2	2
Miragaia	27	16	9	1	1
Massarelos	28	11	17	--	--
Nevogilde	12		9	2	1
Paranhos	92	33	56	3	--
Ramalde	21	10	10	1	
Sé	31	15	13	1	2
Stº Ildefonso	108	58	43	5	2
S. Nicolau	21	10	8	3	--
Vitória	26	19	4	2	1
Total	673	287	314	48	24

#### RESIDÊNCIA (RESIDÊNCIA DO PAI)

Relativamente à zona de residência, notamos para o conjunto da população discente, que uma parte importante desta (42,2%) é residente na cidade do Porto (Quadro nº 7) no entanto achamos conveniente chamar a atenção para o facto de a margem de desconhecimento incidir sobretudo sobre o ensino particular. Para o Colégio, não encontramos referência à residência em 182 processos, o que representa 20% desta população. No

ensino doméstico o mesmo ocorre para 28 processos, o que equivale a 26% do total e no ensino particular individual em 41 processos, ou seja, 61,1%. Esta situação aparece mais atenuada para o ensino oficial, onde somente 10% (62 processos) não referiam a residência. Daqui decorre que o critério da naturalidade é mais fiável para efeitos de análise.

**Quadro nº 7: Residência da população discente**  
**Valores globais**

Concelho do Porto	Distritos e outros lugares	s/ indicação	Total
718	671	313	1702
42,2%	39,4%	18,4%	100%

As conclusões a que chegamos aquando da análise da naturalidade também se fazem sentir através do critério da residência (Quadro nº 7.1.), acentuando-se agora o peso dos residentes na cidade para o ensino oficial.

**Quadro nº 7.1.: Distribuição da população discente residente na cidade do Porto segundo o tipo de ensino**

	Ens. Oficial	Ens. Coleg.	Ens. Dom.	Ens. Part. Indiv.	Total
Cidade do Porto	371	285	45	13	718
%	51,7%	39,7%	6,3	2,3	100

Quanto às freguesias de residência, aparecem com a mesma importância as que verificamos para a naturalidade, (Quadro nº 7.2.), Cedofeita, Paranhos, Santo Ildefonso e Bonfim. Estas são as mais significativas para qualquer dos casos em estudo. Mais uma vez, a Freguesia da Foz, inicialmente "lugar de veraneio que a pouco e pouco se tornou um subúrbio elegante pela facilidade de ligação à cidade", <sup>(5)</sup> se destaca no ensino particular, em colégio, doméstico e particular individual.

Quadro nº 7.2.: População discente residente na cidade do Porto, por freguesia segundo o tipo de ensino

	Total	Oficial	Colég.	Doméstico	Particular
Aldoar	4	1	2	1	
Bonfim	73	30	34	8	1
Cedofeita	164	85	67	8	4
Campanhã	22	13	6	3	
Foz	35	7	20	5	3
Lordelo do Ouro	12	5	5	1	1
Miragaia	13	10	2	1	
Massarelos	22	12	9		1
Nevogilde	5	--	3	2	
Paranhos	136	68	63	2	3
Ramalde	28	16	11	1	
Sé	19	11	8		
Stº Ildefonso	126	68	44	9	5
S. Nicolau	17	11	4	2	
Vitória	43	31	10	2	
Total	718	371	285	45	17

Em síntese, parece assim desenhar-se o seguinte quadro:

Quando na presença do Ensino Oficial deparamos com uma população tendencialmente mais urbana.

- reportando-nos à naturalidade, o distrito do Porto é aquele que fornece maior número de população discente. Dentro dos concelhos estudados, é o do Porto o mais importante, seguido dos concelhos limítrofes Vila Nova de Gaia e Matosinhos.

- relativamente à cidade, quanto à naturalidade e quanto à residência, são as freguesias centrais e as de extensão da cidade, mais próximas do centro e mais populosas, as que apresentam um maior significado.

- em termos espaciais, parece ser a proximidade geográfica do estabelecimento de ensino oficial um dos critérios para a sua frequência. Ora o Liceu situa-se na freguesia de Cedofeita, no coração da cidade, e a sua

frequência obriga a uma deslocação diária de ida e regresso. Contudo, como veremos, este factor é ponderado socialmente pela expressão própria que no Liceu terão determinadas categorias sócio-profissionais

Quanto ao ensino particular em colégio, parece ser apropriado por uma população maioritariamente originária do distrito do Porto. Todavia é interessante a participação quer, dos concelhos mais próximos mas suficientemente distantes para inibirem a deslocação diária para o Liceu, quer, dos mais longínquos, justificativos da implantação local de um colégio ou externato, sendo idêntica a situação para o ensino Doméstico e Particular Individual. Mais uma vez quer nos parecer, que a distância aqui não é um factor meramente geográfico, mas também social, como veremos pela composição socio-profissional que suporta cada um dos estabelecimentos. Assim, em 1930, entre outros factores, não seria aceitável ainda, para todos os meios sociais, a exterioridade diária a que a frequência do Liceu obrigava(6).

- quando o local de residência é a cidade do Porto, permanecem com significado as freguesias referidas para o liceu; aliás onde estão implantados alguns dos colégios mais importantes nesta década não só os das ordens religiosas, mas também, colégios laicos cuja fundação remonta ao início do século e os novos externatos.



## COMPOSIÇÃO SOCIAL DO ENSINO OFICIAL E DO ENSINO PARTICULAR CARACTERIZAÇÃO SOCIO-PROFISSIONAL DA SUA POPULAÇÃO

Quem são estas raparigas que ao longo dos anos 30 se matriculam no ensino secundário, qual a sua origem social? Que projectos educativos acalentam ao transpôr a portaria do colégio ou ao colocar-se sob a autoridade máxima da Reitora de um liceu feminino?

**Quadro nº 8 - Categorias sócio profissionais dos pais das alunas**  
**Valores globais para a população em estudo**

Categorias sócio/profissionais	Total	%
Agricultores	26	1,5%
Operários Agrícolas	5	0,3%
Industriais	79	4,5%
Operários	83	4,9%
Comerciantes	368	21,6%
Empregados	355	20,9%
Profissões predominantemente Intelectuais	322	18,9%
Proprietários/Pessoas vivendo de rendimentos	211	12,4%
Profissões Ignoradas	253	14,9%
<b>TOTAL</b>	<b>1702</b>	<b>100%</b>

Tendo em conta a categorização socio-profissional operada, (Anexo nº 1), para o conjunto das alunas matriculadas e dos anos em estudo, (Quadro nº 8), verificámos que os Comerciantes, Empregados, e os detentores de Profissões predominantemente Intelectuais são os grandes grupos onde se recrutam as raparigas que frequentam o ensino secundário. Estamos portanto perante uma estrutura socio-profissional de tipo urbano e onde a

escolaridade, mais nuns casos do que noutros, é já um elemento constituinte.

Em seguida, e exceptuando a categoria respeitante às situações socio-profissionais desconhecidas, que apesar de tudo julgamos também significativa, (pelas razões que possam presidir ao facto, diferentemente para o ensino oficial e particular e que abordaremos em seguida), são os Proprietários aqueles que apresentam uma maior vocação para o envio das filhas para o ensino, só que, como iremos ver, a sua vocação vai orientar-se predominantemente para o Ensino Particular. As restantes categorias, de expressão muito reduzida, não deixam contudo de ser também reveladores da dinâmica em curso. Não só a sua dimensão, como o facto de dirigirem diferentemente as suas escolhas, vindo assim a contribuir para a definição das camadas socio-profissionais que suportam os diferentes tipos de ensino. Assim, os Operários, orientar-se-ão fundamentalmente para o Liceu, enquanto que os Industriais é para Ensino Particular que se dirigem.

Quanto aos Agricultores e Operários Agrícolas praticamente se não fazem representar, mas é no Liceu que os encontraremos.

Convém referir desde já, que os Operários Agrícolas, por terem um número reduzido de efectivos, oferecem valores extremos e completamente desgarrados de qualquer análise, lembramos que apenas um efectivo em qualquer tipo de ensino representa 20% das escolhas desta categoria, o que desde logo distorce a análise. Veja-se o que acontece no Ensino Particular Individual, onde apenas duas alunas perfazem 40% das opções por este ensino, número exageradamente superior ao conjunto de vários outros em que o total de efectivos é muito maior. Por essa razão não levaremos em consideração esta categoria socio-profissional na análise efectuada.

Quadro nº 8.1: Distribuição das categorias sócio-profissionais dos pais das alunas segundo o tipo de ensino

Ensino Categorias Sócio-profissionais	Ensino oficial	Ensino em colégio	Ensino doméstico	Ensino particular individual	Total
Agricultores	16 61,5	9 34,6%	1 3,9%	— —	26 100%
Operários	3 60%	— —	— —	2 40%	5 100%
Industriais	21 26,6%	52 65,8%	4 5,1%	2 2,5%	79 100%
Operários	47 56,6%	28 33,8%	4 4,8%	4 4,8%	83 100%
Comerciantes	120 32,6%	200 54,3%	33 9%	15 4,1%	368 100%
Empregados	183 51,5%	152 42,8%	12 3,4%	8 2,3%	355 100%
Profissionais Predomi- nantemente intelectuais	122 37,9%	164 50,9%	27 8,4%	9 2,8%	322 100%
Proprietários (pessoas vivendo de rendimentos)	43 20,4%	137 65%	14 6,6%	17 8%	211 100%
Profissões ignoradas	61 24,2%	168 66,4%	14 5,5%	10 3,9%	253 100%
Total	616 36%	910 53,7%	109 6,4%	67 3,9%	1702 100%

Analisando a sua distribuição mais pormenorizadamente, pelo ensino oficial e particular (Quadro nº 8.1.), observamos que há uma clara intencionalidade nas escolhas que promovem. Como dissemos anteriormente, categorias há, cujas escolhas se orientam marcadamente para o estabelecimento oficial enquanto outros para o sector particular sob a forma de colégio.

Quem dá o toque de classe ao Ensino Liceal são os Agricultores, os Operários e os Empregados, sendo que vão ser estes quem melhor equilibra os seus efectivos entre o Ensino Oficial e o Ensino Particular. São provavelmente de ponto de vista das classes sociais a linha divisória a partir da qual se definem, as que privilegiam nas suas escolhas, um tipo de ensino ou outro, embora as condições e as capacidades de formular estratégias educativas não sejam as mesmas para uns e outros.

Categorias há cujas escolhas são marcadamente dirigidas para o Ensino Particular em Colégio. A determinação dos Proprietários e dos Industriais em mandar as suas filhas para o colégio, é mais nítida face à das outras categorias, seguidos dos Comerciantes e dos detentores de Profissões predominantemente Intelectuais. Claramente grupos socio-profissionais em que o privilégio de uma forma de ensino particular se revela possível, pela capacidade económica que manifestam, aliada à "capacidade" historico-cultural de formular uma estratégia neste sentido. As razões porque o fazem transparecem já de alguma maneira na capacidade que revelam para o efeito, não assistimos portanto, em nosso ver, a uma opção momentânea, resultante do propiciar destes estabelecimentos pelo novo regime, porque, como iremos ver, vão também ser quem dá expressão ao Ensino Doméstico e ao Ensino Particular Individual, que funcionam para efeitos de análise e compreensão do fenómeno em estudo, como "fósseis vivos", revelando-nos o passado, numa fase em que política, ideológica e socialmente o ensino particular, sobretudo Congregacionista foi posto em causa.

Estes modelos, ganham toda a sua importância nos períodos de indefinição educativa, ou em que política e ideologicamente o ensino particular, sobretudo em colégio, é dificultado pela ofensiva laicista do ensino público.

O Ensino Doméstico, levado a cabo por pessoas de família, é o que melhor sobrevive, ou por outro, é sempre o primeiro recurso, porque

elaborado a partir do grupo familiar, que se apresenta disponível, para além da educação, ministrar uns quantos saberes que são posteriormente e sob a forma de exame sancionados pela escola.

Mas nem sempre apresentou as características que lhe encontramos para a década de 30. Inicialmente, a forma doméstica, parece designar o ensino ministrado em casa por professores particulares, o que aparece agora designado por ensino particular individual. É esta realidade, que no estudo de Vasco Pulido Valente, é citada como ensino doméstico, e que vemos aumentar os seus efectivos para o conjunto dos alunos externos entre 1910 e 1925, com particular incidência entre 1910 e 1915.<sup>(7)</sup> Por vezes, designa ainda um conteúdo, o dos saberes femininos ministrados pelas mães a suas filhas. Trata-se portanto da educação doméstica das raparigas, mais difícil de apreender, e herdeira do séc. XVIII e da crítica à ineficácia de educação conventual<sup>(8)</sup>. Pressupõe assim um ideal feminino, centrado no lar, nos laços afectivos e num saber específico que encontramos formulado para o liceu feminino no século XIX.

Voltando ao Quadro nº 8.1., observamos que o Ensino Doméstico, se "procurado" por todas as categorias socio-profissionais, se revela contudo típico dos mesmos grupos que definiram o perfil socio-económico e cultural do Ensino Particular: Proprietários, Comerciantes, sendo em seguida as Profissões predominantemente Intelectuais a utilizá-lo.

As condições em que se ministrava o Ensino Doméstico, que como vimos a lei foi precisando, dando-lhe uma singularidade familiar cada vez maior, tornam-no possível de ser privilegiado em função de múltiplas causalidades: razões de tipo socio-cultural e ideológico podem prescrevê-lo dado ser a forma doméstica a que melhor se enquadra a uma educação não pública feminina e até masculina. Razões de tipo económico, a par de uma necessidade estrutural do ensino, como é o caso das filhas dos professores primários e outros, que tendo portanto o ensino em casa, ministrado por pessoas de família, sem grandes custos económicos podiam ir ascendendo na

escala do ensino secundário. Por vezes associadas a esta ou agindo independentemente, razões de tipo geográfico, dada não só a escassez, mas também a concentração urbana quer dos estabelecimentos de ensino oficial quer dos particulares. É assim um tipo de ensino a que preside alguma complexidade para a sua compreensão socio-educativa.

Quanto ao Ensino Particular Individual, funcionando em condições de menor acessibilidade económica do que o Ensino Doméstico, é particularmente utilizado pelas filhas dos Proprietários, pelas dos Operários e Comerciantes.

O volume mais reduzido deste tipo de ensino e a forma como decorria retiram-lhe a elasticidade socio-económica que o Ensino Doméstico apresenta, tornando-o portanto o modelo mais próximo da educação escolar em colégio, para uns, e do liceu para outros, visto ser a escolaridade orientada por um elemento docente, em casa da aluna, ou em casa do professor. O Colégio, enquanto prolongamento do espaço doméstico, permite uma maior "privacidade", uma maior homogeneidade social e uma maior continuidade educativa da educação familiar, dado que, para alguns, supõe uma escolha criteriosa, por vezes assente na tradição até familiar. Parece ser portanto em condições de reimplantação a instituição educativa herdeira desta forma algo aristocrática de educar. Daí ser aqui, mais do que no Ensino Doméstico, que se verificam a maior perda de efectivos, apresentado no total unicamente 67 alunos, 48 em 1930-31, 4 em 1934-35, 9 em 1936-37 e 6 em 1939-40.

Convém no entanto ter presente que as informações de que dispomos sobre este tipo de ensino nos chegam por via do Liceu, ou seja, alunas que sob esta forma iam realizando a escolaridade secundária, portanto com processo no Liceu, mas não sabemos se dispunham de professores em casa, ou se se deslocavam a casa de algum que as preparasse para os exames liceais.

Não dispomos portanto de qualquer informação relativa ao ensino particular individual, que realizado em casa por uma "mademoiselle", as mais das vezes, não tinha outro propósito que não fosse a educação social das meninas de melhor condição e que nunca se deslocavam à escola pública, para sequer realizar o exame da 4ª classe, sendo oficialmente analfabetas. Não só nos foi referida esta situação nas entrevistas que realizamos, como nos foi dito que, em alguns casos, estas senhoras estrangeiras que ensinavam línguas, passaram a integrar o corpo docente de alguns colégios para ensinar conversação.

O mesmo se passa com a população feminina, que frequentava o colégio sob a forma do regime singular, aperfeiçoando-se nas disciplinas herdeiras do modelo educativo do séc. XVIII e XIX, que anteriormente eram leccionadas nos colégios antes da progressiva escolarização das suas práticas levadas a cabo ao longo dos anos 30(9). A prática da língua francesa, inglesa ou italiana, conversação, que nem sempre a gramática, noções de história e geografia e as demais prendas, eis um programa, que em casa ou no colégio, ainda podia ser mantido paralelamente a outro de inspiração liceal que progressivamente se foi impondo, por razões que nos remetem para o Estado e que abordamos.

Contudo, o regime singular, também constitui processo de, através da realização de disciplinas isoladas, ir prosseguindo a escolaridade secundária, passível de ser aproveitado com essa finalidade, por alunos externos do Liceu e até internos em determinadas condições.

Do exposto resulta que, sendo o Liceu, a nossa fonte principal de captação de informação, numa fase em que se assiste à progressiva escolarização do ensino particular em conformidade com o modelo estatal, se torna muito complexo captar e distinguir, para aquele tipo de ensino, as estratégias mais ou menos educativas das estratégias escolares. Pensando-se estar perante uma fase algo caótica em que o passado e o futuro se confundem.

Quadro nº 8.2.: Composição sócio-profissional segundo o tipo de ensino

Ensino Categorias Sócio-profissionais	Ensino oficial	Ensino em colégio	Ensino doméstico	Ensino particular individual
Agricultores	16 2,6%	9 1%	1 1%	— —
Operários agrícolas	3 0,5%	— —	— —	2 3%
Industriais	21 3,4%	52 5,78%	4 3,7%	2 3%
Operários	47 7,6%	28 3,18%	4 3,7%	4 6%
Comerciantes	120 19,4%	200 22%	33 30,2%	15 22,3%
Empregados	183 29,7%	152 16,7%	12 11%	8 12%
Profissões Predominan- temente intelectuais	122 19,8%	164 18%	27 24,8%	9 13,4%
Profissionais (pessoas vivendo de rendimentos)	43 7%	137 15%	14 12,8%	17 25,3%
Profissões ignoradas	61 10%	168 18,5%	14 12,8%	10 15%
Total	616 100%	910 100%	109 100%	67 100%

A análise do Quadro nº 8.2., dá-nos a estrutura socio-profissional de cada um dos tipos de ensino em análise, e permite uma maior aproximação já não só, às diferenças que configuram socio-educativamente as diferentes formas de ensinar, mas permite uma análise mais sintética das categorias socio-profissionais efectivamente representadas no ensino secundário. A primeira observação que se oferece é relativa ao lugar insignificante, na estrutura de qualquer dos tipos de ensino, dos Agricultores, Operários Agrícolas, Industriais e Operários. Torna-se mais claro que, para além da importância que detém nos diferentes "estabelecimentos", os grupos dominantes donde são recrutadas as raparigas que frequentam o ensino são, os Comerciantes, os detentores de Profissões Intelectuais e os Proprietários,



ascendendo ao mesmo os Empregados através do Liceu, sendo aqui o grupo mais representado no total.

Entre o Colégio e o Ensino Doméstico a estrutura é a mesma. A importância dos grupos obedece à mesma ordem. Comerciantes, Profissões Intelectuais e Proprietários, demarcando-se o Ensino Particular Individual com os Proprietários em primeiro lugar, seguido dos Comerciantes e só no final das Profissões Intelectuais. Como se depreende da análise do quadro, o grau de desconhecimento, afecta sobretudo o ensino particular. Por esta razão temos da estrutura sócio-profissional do Liceu uma imagem mais aproximada.

O Liceu apresenta uma estrutura sócio-profissional mais concentrada. As categorias socio-profissionais que verdadeiramente lhe dão significado são francamente os Empregados, os detentores de Profissões predominantemente Intelectuais e os Comerciantes.

Os Operários, aparecem "espreitando" o ensino secundário e fazem-no através do Liceu, ao passo que os Empregados, que são maioritários no liceu "tentam também a sorte" nos Colégios e no Ensino Doméstico e Particular. Neste grupo parece haver uma grande "apetência" pelo ensino secundário, sendo o que dá o "toque de classe" ao liceu, instituição mais escolar do que educativa, em função da qual, o acesso à cultura e ao mercado de trabalho no sector terciário, ou a prossecução na via académica se põem como resultantes com maior nitidez; parece ser um grupo para quem o ensino particular constitui ainda alternativa. E a complexidade põe-se exactamente aqui, ficando derrubada a aparente homogeneidade que a inscrição e frequência de um grau de ensino apresenta.

Subjazem ao ensino secundário clientelas diferenciadas, e formas mais ou menos escolares, mais ou menos populares também, de realização de que a diferenciação institucional que se vai produzindo dá conta, não se verificando sempre uma necessidade propriamente escolar na procura do ensino secundário. Pode pôr-se a hipótese de em alguns casos, esta etapa ser

sucedânea e se sobrepôr, para o caso feminino, mas não somente, e para as classes superiores, a uma etapa educativa "secunda" de grande intensidade educativa, preparatória, em alguns casos, na reclusão de que se reveste, (10) da entrada na vida social e de conteúdo não somente escolar como a partir de então se apresenta, por imposição do modelo laico estatal. Parece ser esta mescla de projectos educativos que sustenta o facto em análise. E é neste jogo que as representações da educação feminina e as formas e conteúdos que reveste têm lugar.

Contudo, não podemos esquecer que, institucionalmente estamos perante uma realidade muito desigual, Liceus Femininos só existem em Portugal, em Lisboa, Coimbra e no Porto, e aqui apenas um, ao qual a partir de 1935-36 foi acrescentada uma secção, donde decorre que é também neste quadro de escassez de um dos meios da oferta, que ganha a verdadeira dimensão o crescimento da forma particular colegial, que aliás, vai ter o seu ponto alto nesta década. Ainda assim, como teremos oportunidade de ver, quando perante os colégios estamos perante realidades institucionais e educativas muito desiguais. Se com o retorno legal das ordens religiosas e com a fuga para Portugal motivada pela guerra civil espanhola assistimos à implantação e reimplantação de colégios religiosos, nesta década é também possível a criação de Externatos e pequenos colégios sem internamento, expressões particulares do liceu, sobretudo nos concelhos limitrofes do Porto. Como vimos, pela análise da naturalidade e residência, vão ser estes que vão acolher a população local para quem por hipótese razões de tipo geográfico e cultural inibem a frequência liceal.

Quadro nº 8.3: Distribuição das categorias sócio-profissionais dos pais das alunas pelos anos em estudo

Anos lectivos Categorias Sócio-profissionais	1930-31	1930-34	1936-37	1939-40	Total
Agricultores	5 19,2%	13 50%	6 23,1%	2 7,7%	26 100%
Operários agrícolas	4 60%	1 20%	— —	— —	5 100%
Industriais	18 22,8%	26 32,9%	17 21,5%	18 22,8%	29 100%
Operários	27 32,5%	36 43,4%	9 10,8%	11 43,3%	83 100%
Comerciantes	103 27,8%	138 37,5%	69 18,7%	58 15,8%	368 100%
Empregados	76 21,4%	162 45,6%	62 17,5%	55 15,5%	355 100%
Profissionais Predominantemente intelectuais	68 21,1%	122 37,9%	66 20,5%	66 20,5%	322 100%
Proprietários (pessoas vivendo de rendimentos)	64 30,3%	87 41,2%	35 16,6%	25 11,9%	24 100%
Profissões ignoradas	45 17,8%	68 26,9%	71 28,9%	69 27,2%	253 100%
Total	410 24%	653 38,4%	335 19,7%	304 17,9%	1702 100%

Se atendermos ao Quadro nº 8.3., verificamos haver uma salto nas matrículas de 1930 a 1933, apresentando estas uma quebra nos anos subsequentes. Como dissemos anteriormente, a população lical não integra a que frequentava o Liceu através da sua secção. Também por isso, mais uma vez se revela o carácter "perturbador" do ano lectivo de 1933-34. Na generalidade, todas as categorias socio-profissionais apresentam valores superiores em 1933, parecendo portanto que o aumento de efectivos se deu de uma maneira geral. A partir de 1936 observa-se já um refluxo deste movimento.

No Quadro nº 8.4., destaca-se que os Comerciantes são o grupo mais importante no conjunto dos anos em estudo, no entanto, são as filhas dos indivíduos com Profissões predominantemente Intelectuais e dos

Empregados que apresentam mais estabilidade e que menos perdas sofrem ao longo dos anos em estudo.

Quadro nº 8.4.: Composição sócio-profissional dos anos em estudo.  
Valores percentuais

Anos lectivos	1930-31	1933-34	1936-37	1939-40
Agricultores	1,2%	2%	1,8%	0,7%
Operários Agrícolas	1%	0,2%	--	--
Industriais	4,4%	4%	5%	5,9%
Operários	6,6%	5,5%	2,7%	3,6%
Comerciantes	25,1%	21,1%	20,6%	19,1%
Empregados	18,5%	24,8%	18,5%	18,1%
Profissões predominantemente Intelectuais	16,6%	18,7%	19,7%	21,7%
Proprietários/Pessoas vivendo de rendimentos	15,6%	13,3%	10,5%	8,2%
Profissões Ignoradas	11,0%	10,4%	21,2%	22,7%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Convém realçar que as filhas dos Industriais, embora pouco representadas, apresentam uma estabilidade digna de realce, sendo o grupo em que menos se sente os efeitos do ano de 1933.

Por seu lado, os Operários, já de si com pouca expressão, mesmo no ano optimista do ensino secundário, ver-se-ão no final da década com uma posição função inferior à do início.

Após a "apropriação", podíamos dizer optimista do ensino secundário parece entrar-se a partir de meados da década numa fase de consolidação realista, com uma maior clarificação, não só da "clientela" de cada um dos tipos de ensino dominantes, como dos seus efectivos, a que não

será estranha a determinação estatal que referimos. Só nos anos 50 a cidade do Porto será dotada de um outro liceu feminino.

Dissemos anteriormente que na década de 30 se assistia a uma mudança que tinha na educação um reflexo particular, ora, observada a distribuição das categorias socio-profissionais pelo ensino oficial e particular e por ano lectivo é essa realidade que deparamos.

Pela análise do Quadro nº 8.5., atendendo ao peso relativo do ensino oficial e particular ao longo dos anos lectivos em estudo, constatamos o seguinte:

- de 1930-31 para 1933-34, o grande salto de inscrições que se deu para o ensino colegial (24%) fez-se sobretudo por transferência do Ensino Doméstico e Particular Individual (18%) sendo de 6% o contributo do ensino Oficial. O Ensino Doméstico e Particular Individual em 1930-31, equilibram ainda a procura global por um ensino não oficial - não realizado em estabelecimento liceal público, apresentando no conjunto 25,4% das alunas que se matricularam nesse ano, o que poderá supor, até pelo processo de extinção visível nos anos seguintes, ter sido a alternativa particular de ensino, numa fase em que este, sob a forma do colégio, se ainda não apresenta globalmente, o mesmo se vindo a passar com o Ensino Particular Individual.

Se atendermos no conjunto aos valores que as formas de ensino não oficial apresentam, verificamos que para este ano lectivo representam 57,8% do total de matriculadas, donde decorre que, se por um lado a existência do privilegiar de formas não oficiais de ensino para o sexo feminino, se fez também por razões de exiguidade da oferta oficial de equipamento próprio e pela sua concentração geográfica, por outro lado não serão também estranhas razões de tipo sócio-cultural e ainda o efeito de demarcação aliado a estratégias de educação feminina, estruturadas no tempo e em grande simbiose com a educação doméstica e seus prolongamentos institucionais - convento - colégio. Não estamos assim perante uma procura única do

Quadro nº 8.5: Distribuição das categorias sócio-profissionais dos pais das alunas segundo o tipo de ensino nos anos em estudo. Valores percentuais

1939-1940

1936-1937

1933-1934

1930-1931

	O	C	D	P	T	O	C	D	P	T	O	C	D	P	T	O	C	D	P	T
I	100%	—	—	—	100%	46,1%	46,1%	7,8%	—	100%	50%	50%	—	—	100%	100%	—	—	—	100%
II	50%	—	—	50%	100%	—	100%	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
III	44,4%	39%	16,6%	—	100%	34,6%	61,5%	3,9%	—	100%	11,8%	82,4%	—	5,8%	100%	11,1%	83,3%	—	5,6%	100%
IV	70,4%	11,1%	3,7%	14,8%	100%	61,2%	30,5%	8,3%	—	100%	33,4%	66,6%	—	—	100%	27,3%	72,7%	—	—	100%
V	33%	35%	22,3%	9,7%	100%	29,7%	63%	65%	0,8%	100%	37,7%	56,5%	—	5,8%	100%	32,8%	65,5%	1,7%	—	100%
VI	59,2%	26,3%	10,5%	4%	100%	54,3%	42,6%	1,2%	1,9%	100%	51,6%	46,8%	—	1,6%	100%	32,8%	61,8%	3,6%	1,8%	100%
VII	50%	35,3%	8,8%	5,9%	100%	35,3%	54%	10,7%	—	100%	37,9%	51,5%	6,1%	4,5%	100%	30,3%	60,6%	6,1%	3%	100%
VIII	26,5%	34,4%	12,5%	26,5%	100%	17,3%	77%	5,7%	—	100%	22,9%	77,1%	—	—	100%	12%	84%	4%	—	100%
IX	20%	46,7%	15,5%	17,8%	100%	19,1%	72%	8,9%	—	100%	35,2%	64,8%	—	—	100%	20,3%	75,4%	1,4%	2,9%	100%
T	42,2%	32,4%	13,7%	11,7%	100%	36,4%	56,8%	6,2%	0,61%	100%	37%	59,1%	1,2%	2,7%	100%	26,6%	68,4%	3%	2%	100%

Agricultores

Operários agrícolas

Industriais

Operários

Comerciant.

Empregados

Profis. Pred. Intelectuais Proprietários (Pes. vivendo rend.)

Profissões ignoçadas

Legenda: O Ensino Oficial  
C Ensino em Colégio  
D Ensino Doméstico  
P Ensino Particular Individual

ensino secundário, mas perante um processo de diferenciação que tem no campo educacional uma expressão própria. De 1933-34 para 1936-37 assiste-se a um reforço de inscrições nos colégios, tudo levando a crer tratar-se novamente de transferências de outras formas particulares de ensino, já que o ensino oficial estabilizou nos 37%. No ano de 1939-40, o interessante é verificar que, o novo reforço no ensino particular sob a forma de colégio (9%) vai agora ficar a dever-se à transferência do ensino oficial, já que constatamos uma estabilidade no conjunto do ensino doméstico e do ensino particular individual.

Em 1930-31, três categorias sócio-profissionais apresentam forte componente no ensino oficial: Operários, Empregados e Profissões predominantemente Intelectuais; no ano seguinte, 1933-34, já só os Operários e Empregados se mantêm, dando expressão ao Liceu, classes populares e estratos mais baixos das classes médias, que revelam neste ano de 1933 grande optimismo na educação secundária das suas filhas, para quem a escolaridade secundária se traduziria num processo de mobilidade social ascendente pela credenciação que faculta. Iremos ver que, vai ser este o ano em que o abandono antes do final do 1º ano é maior, bem como o de menor representação no 7º ano. O grupo das Profissões predominantemente Intelectuais, demarca-se nitidamente do ensino público até ao final da década.

Em 1939-40, já os grupos que davam forte expressão ao liceu, se apresentam com maior significado no ensino particular em colégios, A este facto não serão estranhas as mudanças entretanto ocorridas no Liceu, no sentido de o tornar um estabelecimento de elite, dissuasior portanto, a nível económico e educativo dos grupos sociais que, no início da década, talvez ainda sob o efeito dos anos 20, viam nele a sua expressão educativa.

O ano de 1933 parece ser o ano de viragem no processo de configuração sócio-profissional do ensino público e do ensino particular: os

Industriais, que em 1930 apresentam uma expansão interessante no ensino oficial, manifestam em 1933 uma quebra semelhante neste e no ensino doméstico em favor do ensino em colégio. Nos anos subsequentes, o forte reforço deste tipo de ensino para este grupo, fica a dever-se ao abandono do ensino oficial.

Os Comerciantes, manifestaram sempre uma grande aptência por formas particulares de ensino. De 1930 para 1933 são do Ensino Doméstico e do Particular Individual que saem os seus efectivos para os Colégios (24,7%), o ensino oficial apenas perde 3,3%. De 1933 para 1936, reforçam a sua participação no Ensino Oficial, mas, no último ano, todos perdem efectivos a favor do Colégio.

Nas Profissões predominantemente Intelectuais, a opção pelo ensino doméstico e particular individual apresenta uma regularidade não encontrada em qualquer dos outros anos, a que não será estranho o grau de escolaridade deste grupo. Consequentemente é o que apresenta uma maior capacidade para a ministrar.

É significativo que metade da sua população ocupe o Liceu em 1930, perdendo 15% dos seus efectivos para os Colégios em 1933, sendo a perda para o Ensino Doméstico e Particular Individual apenas de 4%.

A partir de 1933, em que se dá a reorientação educativa, qualquer dos tipos e formas de ensino apresenta estabilidade, só em 1939 o Liceu é desprestigiado em favor do Colégio.

Empregados, é talvez nesta categoria socio-profissional que as alterações no ensino oficial são sentidas com mais intensidade, constituindo uma opção qualquer uma das formas particulares de ensino.

Os Proprietários, que sempre se decidiram nitidamente pelo ensino particular sob qualquer das suas formas, vão em 1933 transferir grande parte dos efectivos que detinham no Ensino Doméstico e Particular Individual (33%) para os Colégios, enquanto que o Ensino Oficial sofre uma quebra de 10%. Em 1936, os Colégios estabilizam a sua população e desaparece o Ensino



Doméstico e Particular Individual, aumentando 5% no Ensino Oficial. Em 1939 os Colégios voltam a aumentar os seus efectivos em 7%, o Ensino Doméstico reaparece e o Ensino Oficial queda-se nuns modestos 12%.

Do exposto resulta que o privilegiar do ensino oficial ou de qualquer uma das formas do ensino particular, resulta de uma complexidade de factores, de ordem objectiva e subjetiva, de natureza micro e macro social.

O ensino particular nas suas diferentes formas, aparece como projecto educativo para os Proprietários, Industriais e Comerciantes e até para as Profissões predominantemente Intelectuais, e simultaneamente como recurso, sobretudo na forma colegial, a mais semelhante ao ensino oficial, para não só algumas franjas destes, como também para os Empregados e até Operários. Convém frisar que os Colegios apresentam uma grande heterogeneidade, o que permite constituírem alternativa para grupos tendencialmente liceais.

Não menos heterógeneas são também as categorias sócio-profissionais com que trabalhamos. A análise da sua composição interna esclarece-nos quanto à razão de ser de algumas destas escolhas. Deter-nos-emos nas que apresentam no Liceu uma situação particular: Empregados e Profissões predominantemente Intelectuais.

Quadro nº 9: Empregados. Distribuição segundo o tipo de ensino

	Ens. Oficial	Ens. Colégio	Ens. Domést.	Ens. Part. Ind.	Total
Guarda Livros/Tesoureiro	15	24	1	1	41
Empregados Comerciais	92	58	5	5	160
Empregados de Escritório	10	2			12
Empregados Finanças	3	10			13
Carris	3	4			7
Bancários	3	13		1	17
Telefones	2				2
Correios	3				3
C. Ferro	3	3			6
Farmácia		5			5
Func. Públicos	15	19	4		38
Soldados, Cabos, Agentes das Forças Armadas	23	12	2	1	38
Militares Inválidos	5				5
Funcionários aposentados	6	2			8
TOTAL	183	152	12	8	355

Na análise do Quadro nº 9, destacam-se os Empregados de Escritório como sendo quem apresenta mais expressão nesta categoria estando maioritariamente representados no Liceu. A mesma tendência se verifica para os postos subalternos das Forças Armadas, ao passo que os Guarda-Livros, Empregados Bancários, das Finanças, etc mostram uma maior apetência pelo Colégio.

De referir ainda que os Funcionários Aposentados e os Militares Inválidos da Guerra, é para o Liceu que se orientam. Os critérios para a atribuição de isenção de propinas podem pesar na determinação liceal destas categorias, se bem que a evolução da política social liceal ao longo da década seja no sentido de uma maior contenção<sup>(11)</sup>.

A categoria seguinte, Profissões predominantemente Intelectuais, apresenta o mesmo princípio desagregador que temos vindo a presenciar (Quadro nº 10). No que respeita às filhas dos professores primários, é nas hostes liceais que se encontram, ao passo que o que designamos hoje por Profissões Liberais, é para os Colégios que se dirigem em maioria.

Os Oficiais das F. Armadas repartem-se equilibrada pelos dois tipos de estabelecimento, com predomínio para o colégio, a que supomos poderá não ser estranha também a necessidade de mobilidade geográfica que a posição acarreta, determinando o internamento das filhas.

**Quadro nº 10: Profissões predominantemente Intelectuais**  
**Distribuição segundo o tipo de ensino**

	Ens. Oficial	Ens. Colégios	Ens. Doméstico	Ens. Part. Ind.	Total
Oficiais das Forças Armadas	24	30	4	2	60
Func. Superiores	26	21	4	1	52
Médicos, Advogados, arquitectos, engenheiros, notários, etc	27	78	10	4	119
Professores:					
Ensino Superior		3	2	2	7
Ensino Liceal	3	2			5
Ensino Primário	30	4	5		39
Outros	12	26	2		40
TOTAL	122	164	27	9	

Em síntese, deparamos com um processo de redefinição de dois agentes no campo educativo, o Liceal Oficial e o Particular sob a forma de Colégio. O Liceu, de forma dominante de ensino passa a disputar o terreno com o Ensino Particular que se implanta, respondendo quer a uma fórmula pré-estabelecida e a uma procura que privilegia formas particulares de

educação, sobretudo para o sexo feminino, quer respondendo a uma procura genérica do ensino secundário liceal e que se faz sob a forma particular por ser esta a que apresenta, quer maior capacidade de oferta no mercado, quer uma solução possível para os grupos que se afastam do Liceu.

### ESCOLARIDADE SECUNDÁRIA

Se a composição socio-profissional de cada um dos tipos de ensino, nos permitiu uma maior visibilidade da expressão educativa, que, processos sociais como a socialização feminina, apresentam, a sua relação com a escolaridade secundária obtida, mais perto nos colocam da apreensão de estratégias particulares, de natureza socio-educativa, a que os diferentes tipos de ensino dão expressão, ou são suporte.

A análise realizada centra-se em torno da escolaridade obtida, ou seja, diz respeito à escolaridade efectivamente realizada, em que houve aprovação. O seu tratamento é feito a nível de ciclo liceal (1º, 2º e 3º ciclo) e compreende, para efeitos de análise, qualquer um dos anos escolares que integra cada ciclo, ou o exame de ciclo propriamente dito. Os ciclos compreendiam os seguintes anos: 1º ciclo - 1º, 2º e 3º ano; 2º ciclo - 4º, 5º e 6º ano; 3º ciclo - 7º ano. O ano 0 diz respeito à não obtenção de qualquer ano de escolaridade após a matrícula no 1º ano.

Pela análise do Quadro 11, observa-se que o ano 0 e o 1º ciclo são os patamares em que se situa a maior parte das alunas matriculadas no ensino secundário. O segundo ciclo apresenta valores apreciáveis, constituindo o 3º ciclo uma via muito reduzida, tal como aliás era a sua vocação e a sua organização num só ano escolar determina.

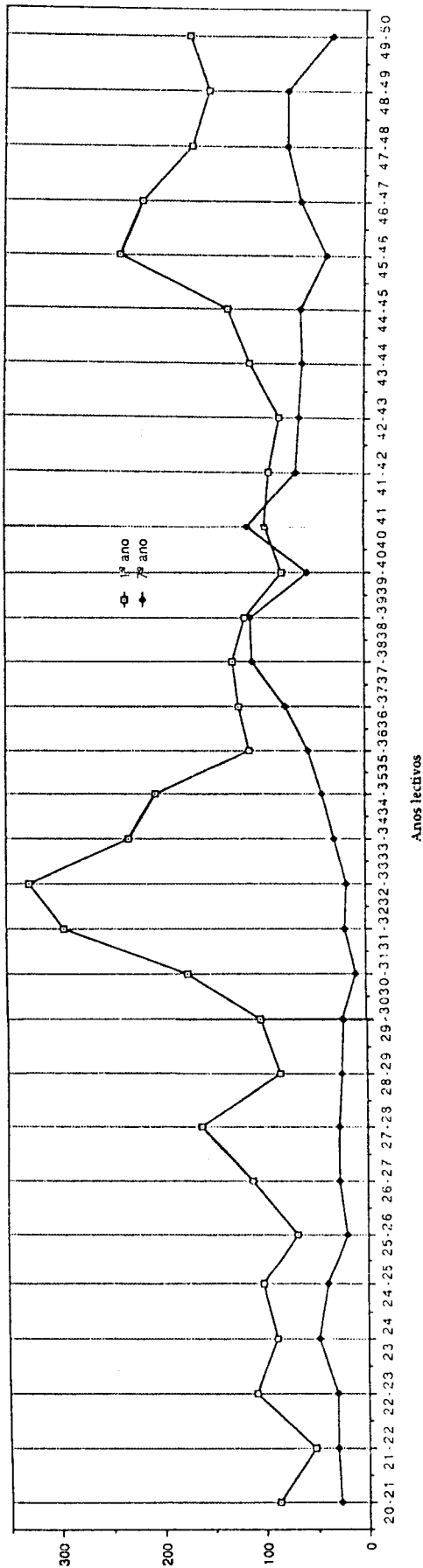
Quadro nº 11 - Escolaridade Obtida - Valores globais

Ano 0	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	TOTAL
280	838	425	159	1702
16,5%	49,2%	25%	9,3%	100%

Se atendermos aos diferentes tipos de ensino (Quadro nº12) conseguimos nos aperceber de uma diferença apreciável entre o ensino oficial e o ensino particular. Enquanto naquele o ano 0 constitui um ano de forte selecção, no ensino particular tal não se verifica, por outro lado, enquanto que o ensino oficial, além de travar os seus alunos à partida, oferece uma segunda filtragem no 1º ciclo. O ensino particular vai concentrar a sua escolaridade até ao 2º ciclo. O 3º ciclo, por princípio, de acesso ao ensino superior, apresenta valores reduzidos para qualquer dos tipos de ensino.

O Gráfico nº 3, permite-nos perceber a evolução das inscrições no 1º e 7º anos no Liceu Carolina Michäelis. Ao conter os anos inicial e terminal, não deixa captar as mediações existentes, será ainda de referir que o 7º ano, então, não apresentava um valor generalizado como hoje a posse do 12º ano apresenta, em todo o caso, a distância que o 1º e o 7º ano é bastante acentuada.

Gráfico nº 3 Alunas Matriculadas no 1º e no 7º ano ao Liceu Feminino Carolina Michaélis



Fonte: Livros de Turmas do Liceu Carolina Michaélis, Porto.

Quadro nº 12 - Escolaridade obtida segundo o tipo de ensino

Tipo de ensino Escolaridade	Ensino Oficial	Ens. Part. em Colégio	Ensino Doméstico	Ensino Part. Indiv.
Ano 0	233 37,8%	26 2,9%	17 15,6%	3 4,5%
1º ciclo	216 35%	499 54,8%	65 59,6%	58 86,6%
2º ciclo	102 16,6%	298 32,7%	20 18,3%	6 8,9%
3º ciclo	65 10,6%	87 9,6%	7 6,5%	--
Total	616 100%	910 100%	109 100%	67 --

Como referimos, é na escolaridade a nível do 1º ciclo que se encontram no Liceu, após o ano O, os valores maiores ao longo da década. Parte significativa das alunas matriculadas, abandonam o liceu com uma escolaridade correspondente aos três primeiros anos.

Também no ensino particular a importância do 1º ciclo é acentuada, mas supomos não serem totalmente homogêneas as razões que procedem à sua determinação para o ensino Oficial e Particular. Coincidentes serão quando em presença do mesmo grupo socio-económico independentemente do tipo de ensino frequentado, e que no limite traduzirão ou um mais rápido acesso ao mercado de trabalho terciário ou a prossecução de uma via de estudo menos longa, como seja o magistério primário ou a forma de uma ilustração geral de base e uma socialização em "prendas" tradicionalmente femininas, sobretudo no ensino particular em colégio. Contudo mesmo esta parte terá que ser reavaliada tendo em conta que o aumento da "procura" do ensino particular nesta década, tenderá fortemente a ser produzida pela escassez de oferta do ensino oficial, e pelo seu "endurecimento", donde decorre que no geral, com as particularidades já enunciadas, apresenta uma composição social que reproduz em parte a liceal. Também será de ter em

conta a diversidade histórico social e geográfica dos colégios, e isto porque supomos, que os dispositivos que actuam nesta, como noutras áreas, são dispositivos de classe, são eles que definem trajectórias no quadro das quais as instituições aparecem e ganham sentido.

Quanto ao 2º ciclo, embora de uma maneira geral, apresente valores superiores aos do 3º ciclo em qualquer dos estabelecimentos de ensino, parece contudo que no Colégio se assiste a um privilégio deste ciclo de estudos, quer relativamente ao liceu quer ao 3º ciclo.

No Colégio, a sua distância em relação aos valores do 3º ciclo é superior, face à verificada para o Liceu, donde poder supor-se, existir no ensino liceal, a procura dum produto mais académico, visto a obtenção de um diploma do 3º ciclo pressupor (e a própria estrutura do curso liceal o expressa) a continuação de estudos a nível universitário. Por essa razão é um ciclo de estudos com alguma autonomia curricular, ao passo que a frequência do ensino em colégio seria mais educativa, no sentido de integrar conhecimentos e de permitir uma socialização extra-escolar, não directamente vocacionada para o mercado de trabalho ou para instituições académicas. Por outro lado, mercê do enquadramento em que ocorre o ensino e do meio socio-cultural a que responde, o ensino em colégio, detém à partida maiores condições de sucesso escolar do que o liceu. Ora é precisamente essa capacidade não totalmente apropriada<sup>(12)</sup>, que pode fazer supor estarmos perante estratégias particulares na apropriação de um mesmo nível de ensino, o ensino secundário. Genericamente, perante ao colégio, estaremos perante um modelo educativo, apropriado e integrado num projecto educativo feminino e de classe, que lhe é anterior no tempo e que apresenta alguma autonomia, como é caso da tradição educativa feminina através de formas particulares, ao passo que, face ao ensino liceal laico e civil, tornado mais popular, estaremos perante um perfil educativo predominantemente escolar, embora integrando historicamente "disciplinas



privativas". Ambas as instituições se inserem em tempos históricos e sociais diversos como respondem a trajectórias de classe diversas. A forma institucional expressa lógicas de classe e modelos socializadores próprios onde a questão do feminino se insere com algum grau de autonomia.

Não serão contudo de desprezar, razões de tipo institucional para o ensino particular, fundamentalmente nesta altura, em que os colégios estão em fase de (re)implantação, em moldes mais académicos, não dispondo, muitos deles, de instalações laboratoriais e de um corpo docente que permitisse a preparação de alunas para todos os ciclos, nomeadamente, o 3º, aliás como muitos dos Liceus. Só mais tarde, sobretudo nos anos 50, como nos foi referido por uma responsável por este tipo de ensino, a pastoral eclesiástica integra com prioridade a obra educativa no seu programa, incentivando as ordens religiosas à obra educativa da juventude, que então era já escolar. Dessa fase são herdeiros, o que então se designaram por "transatlânticos", os grandes colégios modernos, equipados com instalações adequadas quer para a prática desportiva quer para a prática científica de humanidades e ciências, não só cá como nos territórios ultramarinos. Na década de 30, estava-se ainda numa fase embrionária do processo. Contudo, não deixa de se fazer sentir alguma ambiguidade na frequência do ensino em colégio. Se por um lado se poderá supor um maior desprendimento escolar, é o modelo liceal que prevalece por imposição do Estado, quando se frequenta o ensino secundário. A alternativa escolar para o desprendimento é o regime de singulares, a realização de disciplinas "soltas" que não conferem certificação. Portanto, levar uma escolaridade até ao 6º ano, parece mais dever enquadrar-se numa incapacidade institucional das instituições particulares ou à opção de um não prolongamento da escolaridade sob a forma universitária, mais do que uma estratégia de diletantismo, até porque, nada sabemos das alunas que fazendo o 6º ano no colégio se matriculavam no liceu para completar o 3º ciclo do curso.

Por outro lado, agora que a educação colegial podia ser certificada academicamente e em que os tempos eram de crise económica e de alguma indefinição institucional, a obtenção de um diploma escolar inseria-se numa estratégia securizante que se formulava, como vimos, para o universo feminino. Não será também de desprezar o facto da diversidade destes estabelecimentos acolheram populações não homogêneas nos seus objectivos escolares. Em todo o caso é de supor que a obtenção do 3º ciclo nos colégios, pelo seu volume reduzido (9,6%) se insira mais numa estratégia individual, dado supor, em princípio, a frequência universitária, à data pouco feminizada.

A frequência universitária destina-se à obtenção de um diploma que permite um desempenho profissional. No campo das ciências, a docência, a medicina, a farmácia ou o laboratório, No campo das letras, a docência ou a aquisição de uma cultura humanística mais aprofundada não supondo exercício profissional algum, que então, mesmo a este nível, era desclassificatório para as mulheres da média e alta burguesia. Temos portanto que relativizar a importância do 3º ciclo não caindo no anacronismo de lhe atribuir a importância que tem hoje.

Por vezes, como nos foi referido, nas pequenas cidades e vilas do interior o processo de instalação de um colégio laico começava pela prestação de serviço ao nível do ensino primário constituindo-se em seguida uma pequena classe de primeiro ciclo secundário, que se levava a exames ao liceu, vindo a partir daí a estimular os pais para o ensino liceal, receosos que seriam do afastamento das suas filhas a que a frequência do liceu obrigava. Ao mesmo tempo que se cria a instituição cria-se a sua necessidade, e entre esta e o meio, neste caso as famílias "do meio", estabelece-se uma simbiose que em alguns casos transparece na festa anual do colégio, nos saraus que se animam, nas quermeses e tómbolas que se instalam, nos bailes que se organizam, etc, revendo-se a cidade nas suas instituições. Alguns destes pequenos colégios laicos, eram assegurados inicialmente por famílias

inteiras de professores, que num caso ou noutro, habilitados para o ensino oficial davam a titularidade ao empreendimento suportando desta forma "doméstica" os encargos iniciais da sua instalação e manutenção.

### COMPORTAMENTO ESCOLAR

O ano de matrícula, que na generalidade mais sucesso escolar propicia a nível do 3º ciclo, no liceu e à generalidade das categorias sócio-profissionais, é o de 1930-31 (Quadro nº 13), ano em que o liceu apresenta uma composição social mais heterogénea, que como vimos se altera a partir da recuperação do Ensino Particular e da intervenção restritiva do Estado.

São as matriculadas em 1930 que apresentam uma maior capacidade de permanência no ensino, à excepção das filhas dos Operários Agrícolas e da categoria relativa às Profissões Ignoradas todas as outras estão representadas no 3º ciclo, com um relevo para as filhas dos detentores de Profissões predominantemente Intelectuais, dos Operários e dos Comerciantes.

O ano de 1933 é o ano da "hecatombe" escolar, ano em que como vimos o número de matriculadas aumenta. Para as matriculadas nesse ano as probabilidades de chegada ao 7º ano vão ser praticamente nulas em quase todas as categorias, sobrevivendo as filhas dos Proprietários dos Comerciantes e dos Empregados.

Em 1936, recupera-se um pouco o panorama de 1930, sendo que agora se não representam no 7º ano as filhas de Agricultores e Assalariados Agrícolas, Industriais e de Operários. Para as matriculadas em 1939 só obtém o 3º ciclo as filhas de Empregados e Profissões Intelectuais, portanto os grupos que no liceu apresentam uma maior capacidade de sobrevida e uma procura mais efectiva do 3º ciclo, aliás os que lhe dão mais expressão.

Quanto aos restantes ciclos de escolaridade reafirma-se o panorama traçado anteriormente. A categoria dos Operários Agrícolas é a que menos

Quadro nº 13  
Ensino Oficial: Distribuição do ciclo de escolaridade pelas categorias sócio-  
profissionais dos pais das alunas nos anos em estudo

Ciclo de escolaridade	1930-1931					1933-1934					1936-1937					1939-1940				
	0	1º C	2º C	3º C	T	0	1º C	2º C	3º C	T	0	1º C	2º C	3º C	T	0	1º C	2º C	3º C	T
Categorias sócio-prof.																				
Agricultores	60%	—	20%	20%	100%	66,6%	—	33,4%	—	100%	—	66,6%	33,4%	—	100%	—	100%	—	—	100%
Operários Agrícolas	50%	50%	—	—	100%	100%	—	—	—	100%	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Indusdriais	62,5%	25%	—	12,5%	100%	55,6%	—	22,2%	—	100%	50%	50%	—	—	100%	50%	50%	—	—	100%
Operários	52,6%	10,5%	15,8%	21,1%	100%	59,1%	31,8%	9,1%	—	100%	—	—	100%	—	100%	—	66,6%	33,4%	—	100%
Comerciantes	17,6%	50%	11,8%	20,6%	100%	48,8%	39%	7,3%	4,9%	100%	19,3%	53,8%	7,7%	19,2%	100%	3 1,6%	31,6%	36,8%	—	100%
Empregados	37,8%	28,8%	17,8%	15,6%	100%	45,5%	38,6%	14,8%	1,1%	100%	21,9%	40,6%	25%	12,5%	100%	11,2%	55,6%	16,6%	16,6%	100%
Profissões pred.																				
Intelectuais	23,5%	26,5%	17,6%	32,4%	100%	34,9%	39,5%	25,6%	—	100%	20%	20%	28%	32%	100%	35%	30%	20%	15%	100%
Proprietários																				
Pessoas vivendo de rendimentos	35,3%	47,1%	11,7%	5,9%	100%	46,5%	40%	6,7%	6,7%	100%	37,5%	37,5%	—	25%	100%	66,6%	33,4%	—	—	100%
Profissão ignorada	66,6%	11,2%	22,2%	—	100%	69,2%	23,1%	7,7%	—	100%	64%	20%	12%	4%	100%	14,3%	50%	14,3%	21,4%	100%
TOTAL	35,8%	30,6%	15,1%	18,5%	100%	47,9%	35,7%	14,7%	1,7%	100%	30%	34,6%	19,4%	16%	100%	24,7%	43,2%	21%	11,1%	100%

probabilidades apresenta, desaparecendo da cena escolar em 1933 quase sem qualquer escolaridade, e as categorias socio-profissionais relativas aos Industriais e Proprietários que progressivamente vão abandonando o Liceu, quase não fazendo sentir a sua presença a partir de 1933 e do 2º ciclo liceal.

A análise do Quadro nº 14.1 dá-nos a composição sócio-profissional dos ciclos liceais, e em todos é clara a articulação das três categorias centrais para o Liceu: Comerciantes, Empregados e "Intelectuais".

São estas que embora com diferentes posições relativas, dão corpo a todos os ciclos liceais.

Quadro nº 13.1 - Ensino Liceal: Composição sócio-profissional por ciclo de escolaridade

Ciclo de escolaridade	0	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo
Categorias sócio-profissionais				
Agricultor	7 3%	4 1,9%	4 3,9%	1 1,5%
Operários Agricultores	2 0,9%	1 0,5%	-- --	-- --
Industriais	12 5,2%	6 2,8%	2 2%	1 1,5%
Operários	23 9,9%	11 5,1%	9 8,8%	4 6,2%
Comerciantes	37 15,9%	53 24,5%	16 15,7%	14 21,5%
Empregados	66 28,3%	70 32,4%	32 31,4%	15 23,1%
Prof. pred. Intelectuais	35 15%	37 17,1%	28 27,5%	22 33,8%
Proprietários	18	18	3	4
Pessoas vivendo de rend.	7,7%	8,3%	2,9%	6,2%
Profissões Ignoradas	33 14,1%	16 7,4%	8 7,8%	4 6,2%
Total	233 100%	216 100%	102 100%	65 100%

Quanto à capacidade de permanência no Liceu, (Quadro nº 13.2), mais uma vez se destacam as filhas dos "Intelectuais". São estas juntamente com as filhas dos Comerciantes dos Proprietários e dos Operários que maior capacidade de permanência apresentam.

Quadro nº 13.2 - Ensino Liceal: Distribuição das categorias socio-profissionais dos pais das alunas por ciclo de escolaridade

Ciclo de escolaridade	0	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Total
Categorias sócio-profissionais					
Agricultor	7 43,8%	4 25%	4 25%	1 6,2%	16 100%
Operários Agricultores	2 66,7%	1 13,3%	-- --	-- --	3 100%
Industriais	12 57,1%	6 28,6%	2 9,5%	4 4,8%	21 100%
Operários	23 49%	11 23,4%	9 19,1%	4 8,5%	47 100%
Comerciantes	37 30,8%	53 44,2%	16 13,3%	14 11,7%	120 100%
Empregados	66 36%	70 38,3%	32 17,5%	15 8,2%	183 100%
Prof. pred. Intelectuais	35 28,7%	37 33,3%	28 23%	22 18%	122 100%
Proprietários	18 41,9%	18 41,9%	3 6,9%	4 9,3%	43 100%
Pessoas vivendo de rend					
Profissões Ignoradas	33 54,1%	16 26,2%	8 13,1%	4 6,6%	61 100%

No ensino em Colégio (Quadro nº 14) verifica-se que a capacidade de permanência no ensino é mais elevada para todas as categorias socio-profissionais e para todos os anos lectivos com excepção de 1930. Neste ano verifica-se o reverso da medalha do Ensino Oficial. Fundamentalmente dois grupos chegam até ao 7º ano, as filhas dos Industriais e dos Proprietários. Em

## Quadro nº 14

Ensino Particular em Colégio: Distribuição das categorias sócio-profissionais dos pais das alunas por ciclo de escolaridade nos anos em estudo. Valores percentuais

Ciclo de escolaridade	1930-1931					1933-1934					1936-1937					1939-1940				
	0	1º C	2º C	3º C	T	0	1º C	2º C	3º C	T	0	1º C	2º C	3º C	T	0	1º C	2º C	3º C	T
Categorias sócio-prof.																				
Agricultores	--	--	--	--	--	--	50%	33,3%	16,7%	100%	--	66,6%	33,4%	--	100%	--	--	--	--	--
Operários Agrícolas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Indusdriais	--	57,1%	28,6%	14,3%	100%	--	43,75%	43,75%	12,5%	100%	--	35,7%	35,7%	21,4%	100%	--	53,3%	33,3%	13,4%	100%
Operários	--	100%	--	--	100%	--	54,5%	18,2%	27,3%	100%	--	66,6%	33,4%	--	100%	--	62,5%	25%	12,5%	100%
Comerciantes	--	66,6%	30,5%	2,8%	100%	3,5%	64,4%	21,8%	10,3%	100%	--	59%	33,3%	7,7%	100%	5,3%	42,1%	42,1%	10,5%	100%
Empregados	--	80%	15%	5%	100%	1,4%	56,5%	37,7%	4,4%	100%	6,9%	62,1%	31%	--	100%	--	55,9%	38,2%	5,9%	100%
Profissões pred.																				
Intelectuais	--	54%	46%	--	100%	4,5%	45,5%	33,3%	16,7%	100%	2,9%	32,4%	50%	14,7%	100%	2,5%	35%	50%	12,5%	100%
Proprietários																				
Pessoas vivendo de rendimentos	--	50%	40,9%	9,1%	100%	1,5%	64,2%	22,4%	11,9%	100%	7,4%	74,1%	14,8%	3,7%	100%	9,5%	61,9%	19,1%	9,5%	100%
Profissão ignorada	--	76,2%	23,8%	--	100%	4,1%	55,1%	28,6%	12,2%	100%	8,7%	45,7%	34,8%	10,8%	100%	1,9%	42,3%	44,2%	11,6%	100%
TOTAL	--	65,4%	30,8%	3,8%	100%	2,7%	56,9%	28,8%	11,6%	100%	5,1%	52,5%	33,8%	8,6%	100%	2,8%	46,6%	40%	10,6%	100%



1933 o panorama muda, à semelhança do Liceu, é o ano da grande avalanche, em que ocorrem já escolaridades negativas e em que no 3º ciclo estão representadas a generalidade das categorias socio-profissionais. Particularmente aqui as filhas de Operários encontram probabilidade de sucesso. Em 1936 há um ligeiro retrocesso, quer em valores quer em duas categorias socio-profissionais que se não fazem representar a nível do 3º ciclo, os Operários e os Empregados, que ficam os seus efectivos no 1º ciclo. Em 1939, todos se fazem representar no 3º ciclo.

A análise do Quadro nº 14.1 dá-nos um panorama semelhante ao do Liceu na sua regularidade, mas variável quanto à sua composição interna. Aqui a composição sócio-profissional dos ciclos liceais articula-se entre quatro categorias sócio-profissionais: "Intelectuais", Comerciantes, Proprietários e Empregados. Estes, "encruzilhada de destinos sociais" repartem os seus esforços pelo Liceu e pelos Colégios. Para os Proprietários, o Colégio, é como vimos uma opção original, e para os "Intelectuais" mais uma vez se revela serem quem mais determinação põem na educação das suas filhas, até porque o valor escolar lhes é estruturante.

Com o quadro seguinte (Quadro nº 14.2) observamos que o ensino particular permite uma permanência educativa mais alargada socio-profissionalmente e menos sobressaltada a nível escolar. Os industriais, claramente se mantêm frequentando o Colégio, os Intelectuais e os Proprietários, bem como Empregados e Operários.

Quadro nº 14.1 - Ensino Particular em Colégio: Composição sócio-profissional por ciclo de escolaridade

Ciclo de escolaridade	0	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo
Categorias sócio-profissionais				
Agricultores	--	5 1,0%	3 1,0%	1 1,1%
Operários Agrícolas	--	--	--	--
Industriais	1 4,2%	24 4,8%	19 6,3%	8 9,2%
Operários	--	18 3,6%	8 2,7%	4 4,6%
Comerciantes	5 20,8%	119 23,8%	59 19,7%	17 19,6%
Empregados	1 4,2%	92 18,5%	51 17%	6 6,9%
Prof. pred. Intelectuais	5 20,8%	68 13,6%	70 23,3%	21 24,1%
Proprietários	5	87	32	13
Pessoas vivendo de rend.	20,8%	17,4%	10,7%	14,9%
Profissões Ignoradas	33 29,2%	16 17,3%	8 19,3%	4 19,6%
Total	24 100%	499 100%	300 100%	87 100%

Quadro nº 14. 2 - Ensino Particular em Colégio: Distribuição das categorias socio-profissionais dos pais das alunas por ciclo de escolaridade

Ciclo de escolaridade	0	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Total
Categorias sócio-profissionais					
Agricultores		5 55,6%	3 33,3%	11,1 11,1%	9 100%
Operários Agrícolas	— 2	—	—	—	—
Industriais	1 1,9%	24 46,2%	19 36,5%	8 15,4%	52 100%
Operários	—	18 60%	58 26,7%	4 13,3%	30 100%
Comerciantes	5 2,5%	119 59,5%	59 29,5%	17 8,5%	200 100%
Empregados	1 0,7%	92 61,3%	51 34%	6 4%	150 100%
Prof. pred. Intelectuais	5 3%	68 41,5%	70 42,7%	21 12,8%	164 100%
Proprietários	5	87	32	13	137
Pessoas vivendo de rend.	3,6%	63,5%	23,4%	9,5%	100%
Profissões Ignoradas	7 42%	86 51,2%	58 34,5%	17 10,1%	168 100%

Neste nível de estudos, os Industriais, os Comerciantes e os Proprietários, são os que apresentam de uma forma sistemática valores em todos os anos lectivos, destacando-se os Industriais com valores mais elevados em cada ano. Os "Intelectuais" à excepção de 1930 em que eram predominantemente liceais, também se fazem representar neste ciclo com valores elevados.

O Ensino Doméstico e o Ensino Particular Individual, pela exiguidade da informação disponível não permitem conclusões.

Em síntese, o ano 0 é exclusivamente liceal. Trata-se de um "insucesso escolar" que atinge por vezes 50% das matriculadas dos diversos grupos socio-profissionais. Os menos afectados neste processo vão ser os que apresentam uma maior capacidade de sobrevivência, no ensino oficial, francamente as filhas dos indivíduos com Profissões Intelectuais e as filhas dos Comerciantes.

Após o ano 0, para umas traduzir-se-á num abandono escolar, para outras, numa mudança de estabelecimento, como para as filhas de Industriais e Proprietários. O abandono e a transferência de estabelecimento remete-nos para um fenómeno próprio de uma instituição académica, não tendo muita razão de ser num colégio, onde a questão da reprovação e da passagem se não punha com tanta acuidade. Só no final do ciclo prestavam provas no Liceu.

O 1º ciclo é particularmente sentido no colégio e distribuem-se por ele uniformemente todas as categorias socio-profissionais. É o que corresponde a uma ilustração de base. Com especiais variações é também sistemática a sua escolha no Liceu. O 2º ciclo é francamente uma opção em Colégio bem como o 3º ciclo apresenta aqui, por direito para uns, e por recurso para outros, maiores probabilidades de sobrevivência escolar. No Liceu, neste ciclo, são as categorias socio-profissionais que compõem a sua estrutura, Empregados, Comerciantes e "Intelectuais", que apresentam valores superiores, bem como no Colégio. No limite, são as categorias socio-profissionais para quem a escolaridade é uma dimensão estruturante e onde, por hipóteses, se desenha uma condição feminina, em torno da importância que ganha o diploma no destino social. Neste quadro ganha particular significado a análise de uma componente do processo escolar, unicamente das alunas do ensino oficial, a transferência de estabelecimento de ensino, o

que nos remete para as categorias socio-profissionais que apresentam a possibilidade de uma segunda escolha, colocando-nos perante uma visibilidade maior do lugar estratégico do ensino secundário liceal oficial e particular.

#### PROCESSO ESCOLAR: ALTERAÇÕES AO LONGO DA ESCOLARIDADE

Unicamente para as alunas matriculadas no Liceu, ao longo dos quatro anos em estudo, dispomos ainda de dados relativamente ao seu processo escolar. Estes dizem respeito à ocorrência de anulação de matrícula, transferência para outros tipos de estabelecimento, e ainda à reprovação e a repetição de matrícula no ensino liceal após reprovação.

Comecemos pela reprovação, (Quadro nº 15), a sua incidência por ano lectivo, remete-nos para o panorama traçado anteriormente. Com uma expressão maior para os anos iniciais da década, em que parece assistir-se como vimos a uma "procura encantada" do ensino liceal, verificando-se por hipótese uma maior desadequação da população escolar à estrutura educativa, que entretanto os dispositivos legais e outros se encarregaram de normalizar, vindo os anos de 36 em diante a apresentar uma reprovação menor, efeito por ventura de "separar das águas" desejado.

Quadro nº 15: Reprovação de ano por ano lectivo

1930-31	%	1933-34	%	1936-37	%	1939-40	%	Total	%
101	35,1	113	39,2	21	7,3	53	18,4	288	100%

É de referir que esta reprovação diz respeito à reprovação de ano no seu termo e não ao abandono escolar. A sua incidência por ano escolar (curricular) revela as características já evidenciadas anteriormente e que

permitem a percepção de que o 1º ciclo desempenha múltiplas funções, a partir do qual o choque cultural e as expectativas escolares se revelam com bastante clareza: É assim no 1º ciclo que, não só se vai dar o maior número de reprovações, como vai ser aqui que o reinvestimento educativo ao nível da repetição da matrícula no ano de reprovação, a transferência, ou no limite a anulação da matrícula se vão verificar com mais intensidade. Tudo parece passar-se como se o 1º ano fosse o lugar estratégico a partir do qual se fazia como que uma seleção natural, sobretudo nessa época pouco definida em termos dos utilizadores "naturais" do ensino liceal, como são os primeiros anos da década de 30.

Observada a sua incidência por ano escolar (Quadro nº 15.1) deparamos com 44% das reprovações no 1º ano do curso geral dos liceus, vindo estas decrescer à medida que avançam os anos escolares; 18,4% no 2º ano e 13,9% no 3º ano. No total 76,2% das reprovações dão-se a nível do 1º ciclo. Os restantes anos do curso apresentam valores em decrescimento, como se a selecção tendo sido operada, viesse a revelar as mais capazes.

**Quadro nº 15.1: Distribuição das reprovações por ano escolar**

1º	%	2º	%	3º	%	4º	%	5º	%	6º	%	7º	%	T	%
126	43,8	53	18,4	40	13,9	32	11,11	20	6,9	9	3,1	8	2,8	288	100

Parece deparar-se com a tradução académica da situação de mal-estar referida no início deste trabalho, formulada em termos da desadequação educativa dos pais e dos costumes em geral, da sua falta de empenhamento e do desinteresse escolar das educandas em particular, como referem os professores liceais, através dos seus congressos a legislação e alguns anuários dos liceus que consultamos.

## ALTERAÇÃO DO PROCESSO ESCOLAR

Do total das alunas matriculadas no Liceu ao longo dos quatro anos lectivos, (35,2%) alteraram o seu processo após a matrícula no 1º ano por transferência e por anulação, (Quadro nº 16) isto para as alunas em que o facto vinha mencionado no seu processo. Como sabemos o abandono escolar sem qualquer formalização burocrática é possível. Das alunas de que há referência nos livros de termo, 18,3% fazem-no por transferência para outro estabelecimento de ensino e 16,9% fá-lo anulando a sua matrícula ou sendo o liceu a fazê-lo trancando o termo de matrícula. Outras alunas, após a reprovação, voltam a matricular-se no liceu, estas representam 22% do total das alunas matriculadas.

**Quadro nº 16: Processo Escolar. Alterações por Transferência por Anulação e Nova Inscrição**

Transferência	%	Anulação	%	Nova inscrição	%	Total de alunas matriculadas no Liceu
113	18,3	104	16,9	136	22	616

Analisada a anulação da matrícula na sua relação com a repetição de inscrição (Quadro nº 16.1) e por referência ao ano de escolaridade em que ocorre, verifica-se que a anulação de matrículas diminui consideravelmente à medida que o ciclo de escolaridade aumenta, particularmente a partir do termo do 1º ciclo, consequentemente apresenta valores mais elevados nos dois primeiros anos incluindo o ano 0.

Quadro nº 16.1 - Processo Escolar, incidência das alterações por ano de escolaridade liceal.

Alteração do processo \ Ano escolar	0	%	1º	%	2º	%	3º	%	4º	%	5º	%	6º	%	7º	%
Transferência	56	45,2	19	32,8	8	25	13	31,7	6	24	6	20,7	2	5,6	3	37,5
Anulação	68	54,8	19	50	10	31,2	3	7,3	2	8	1	3,4	—	—	1	12,5
Repetição de matrícula	—	—	20	34,4	14	43,8	25	61	17	68	22	75,9	34	94,4	4	50
Total	124	100	58	100	32	100	41	100	25	100	29	100	36	100	8	100

O 1º ano liceal parece assim significar uma realidade "traumática" para muitas alunas, com desfechos diferentes conforme as expectativas e as hipóteses de prossecução de escolaridade.

Se a repetição de matrícula se mantém constante, apresenta algumas variações, ao longo dos 7 anos de escolaridade: diminui nos anos intermédios dos finais de ciclo, nos anos de passagem, (2º e 4º anos), e aumenta nos finais do ciclo, anos de exame, (3º e 6º anos) particularmente no final do 2º ciclo, vindo a diminuir drasticamente no 3º talvez por ser um ano de opção determinada e não uma meta final como o 2º ciclo, ou por a capacidade de sobrevivência escolar estar mais trabalhada.

Convém contudo frisar, para que se compreenda bem qual a lógica que preside, quer à organização do curso liceal, quer às vias que qualquer dos seus ciclos abre para a vida extra escolar, captando o sentido do investimento que significa a sua obtenção, que qualquer um destes processos em análise, é sobretudo significativo ao longo do 1º ciclo. Assim 84,9% das transferências, 96,2% da anulação de matrícula e 43,3% das repetições de matrícula ocorrem até ao 3º ano de escolaridade. Parece portanto ser um ciclo de escolaridade, em que se assiste a um grande investimento de expectativas positivas bem como o ciclo disuasor da probabilidade da obtenção de escolaridade liceal.



Observada a distribuição de qualquer uma das situações do processo escolar por ano de escolaridade (Quadro nº 16.2) deparamos com o grau de acentuado de investimento relativamente à população que permanece frequentando o ensino liceal, dado que a repetição de matrícula, exceptuando o ano 0 e o 1º ano, é sempre bastante superior à desistência e à transferência.

**Quadro nº 16.2: Distribuição das alterações ao Processo Escolar por ano de escolaridade**

Processo \ Ano Escolar	0		1º		2º		3º		4º		5º		6º		7º		T	
		%		%		%		%		%		%		%		%		%
Transferência	56	49,5	19	16,8	8	7,1	13	11,5	6	5,3	6	5,3	2	1,8	3	2,7	113	100
Anulação	68	65,4	19	18,2	10	9,6	3	2,9	2	1,9	1	1	—	—	1	1	104	100
Repetição de matrícula	—	—	20	14,7	14	10,3	25	18,4	17	12,5	22	16,2	34	25	4	2,9	136	100

Não menos significativa é a transferência de estabelecimento, que se apresenta verdadeiramente com um carácter alternativo à frequência liceal. Acentuada no ano 0 e no 1º ano, vai manter-se com grande estabilidade até ao 6º ano, indicando, a par da repetição de matrícula, um grande investimento escolar por parte da população que originariamente se matricula no Liceu.

Se atendermos aos destinos da transferência (Quadro nº 17) vemos que vão privilegiar sobretudo o Ensino Particular em Colégio, sendo canalizadas para aqui 73,5% das alunas que se transferem do Liceu, ao passo que para o Ensino Doméstico se orientam 5,3% e para outros Liceus ou para a secção do Liceu Carolina Michaëlis se deslocarão 21,2%. Neste último caso supomos não presiderem razões puramente escolares, dado situações de transferência, sobretudo para outros liceus, poderem ocorrer por razões de

mudança de residência ou outra qualquer contingência familiar, contudo é a nível do ano O e 1º ano que mais se fazem sentir também as transferências para este destino.

**Quadro nº 17 - Ensino liceal. Destinos das Transferências**

Ens. Liceal	%	E. Part. em Colégio	%	E. Doméstico	%	Total	%
24	21,2	83	73,5	6	5,3	113	100

Mais uma vez se revela ser o 1º ciclo (Quadro nº 17.1) um período crítico. É ao longo dos seus anos que a incidência das transferências para qualquer destino é mais acentuada. Em exclusivo no que refere ao Ensino Doméstico, por hipótese por ser este o ciclo em que as matérias em estudo se apresentam numa fase de mais elementaridade. Poderá não ser estranho também o facto de ser o ciclo de estudos em que, em mais tenra idade, se faz a adaptação a uma instituição fundada por regras de convivência tão estranhas à vida familiar, exigindo das alunas uma capacidade de adaptação e um investimento psicológico muito grande, ao qual poderiam não ser alheios, em alguns casos, os maus resultados escolares.

**Quadro nº 17.1 - Transferências; Distribuição por tipo de ensino e por ano de escolaridade**

Ano escolaridade Transferência	0	1	2	3	4	5	6	7	Total
Ensino Liceal	11 45,8%	8 33,3%	2 8,3%	--	1 4,2%	1 4,2%	1 4,2%	--	24 100%
Ensino Colégio	41 49,4%	9 10,8%	6 7,2%	13 5,6%	5 6,1%	5 6,1%	1 1,2%	3 3,6%	83 100%
Ensino Doméstico	4 66,7%	2 33,3%	--	--	--	--	--	--	6 100%

As transferências para o Ensino Particular em Colégio ocorrem ao longo de toda a escolaridade, agravadas no ano O e no final do 1º ciclo. Ora como vimos anteriormente esta forma de ensino apresentava para a generalidade das categorias socio-profissionais maiores probabilidades de sucesso escolar do que o Liceu, donde que, o colégio, parece assumir assim o carácter de recurso disciplinar ou educativo, fundamentalmente a partir da situação de insucesso escolar, sobretudo inicial. Mais uma vez o carácter "traumático" da socialização que o liceu levava a cabo nas raparigas, parece poder supôr-se, sendo que a prática pedagógica em colégio é mais resguardada, mais próxima, em alguns casos de uma continuidade da socialização familiar. Por outro lado não é de desprezar o facto dos colégios apresentarem um empenhamento escolar mais acentuado, com tempos de estudo entre aulas, vigilância mais personalizada, etc, condição aliás da sua própria sobrevivência nos meios em que suprimem a falta do liceu. Os resultados nos exames liceais, eram uma das suas melhores formas de propaganda. Resultados pelos quais o Liceu fazia pagar um preço sócio-emocional elevado. Se a frequência liceal, como se tem vindo a ver, era vivida de forma traumática pelas alunas internas, para as externas, menos socializadas na vivência da sua disciplina académica, era algo vexatório e vivido de forma angustiante, a ida em grupo, resguardada pelas professoras ou pelas mães, ao liceu público, sujeitar-se a uma avaliação implacável e nem sempre isenta de preconceitos sociais e educativos, O ensino particular, sobretudo em colégio, (Quadro nº 17.2), parece constituir assim um ensino francamente alternativo para as situações de "fracasso" escolar e educativo liceal, e não somente a expressão de uma opção original de classe.

Quadro nº 17.2: Transferências: Destino por ano de escolaridade

Ano escolaridade Transferência	0	1	2	3	4	5	6	7
Ensino Liceal	11 19,6%	8 42,1%	2 25,0%	— —	1 16,6%	1 16,6%	1 50%	— —
Ensino em Colégio	41 73,2%	9 47,7%	6 75,0%	13 100%	5 83,4%	5 83,4%	1 50%	3 100%
Ensino Doméstico	4 7,2%	2 10,5%	— —	— —	— —	— —	— —	— —
TOTAL	56 100%	19 100%	8 100%	13 100%	6 100%	6 100%	2 100%	3 100%

A transferência para o Colégio vai verificar-se embora de forma muito desigual para todas as categorias socio-profissionais (Quadro nº 17.2) que frequentavam o ensino oficial à excepção da dos Industriais. Não só transferem as filhas para o colégio, os grupos socio-profissionais para quem ele existe quase que por direito, como os Comerciantes, Profissões Intelectuais e Proprietários, como também todos os outros para quem o Liceu é desejado, mas que talvez se revele difícil de alcançar, (11) por exemplo, para as filhas dos Operários. Assim sendo, interagem neste processo de investimento educativo, as categorias que apresentam uma capacidade económica média e alta, ou um capital cultural elevado ou uma necessidade real de certificação escolar.

**Quadro nº 17.3: Transferências do Ensino Oficial para o Ensino Particular em Colégio por categoria sócio-profissional e por ano de escolaridade**

Ano Escolar	0	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	Total
Categorias sócio-profissionais									
Agricultores		11,1%		7,7%			100%		3,6%
Operários Agrícolas			16,6%						1,2%
Industriais									—
Operários	17,1%	11,1%			20%				10,9%
Comerciantes	17,1%	11,1%		53,8%	20%	20%			20,5%
Empregados	34,1%	33,3%		23,1%	40%	60%		100%	33,7%
Prof. predom. Intelectuais	19,5%	33,3%	50%	7,7%	20%	20%			20,5%
Proprietários, pessoas vivendo de rendimentos	2,4%		16,6%						2,4%
Profissão Ignorada	9,8%		16,6%	7,7%					7,2%
Total	100%	100%	100%	100	100	100	100	100	71

As categorias socio-profissionais que enviam mais efectivos e com uma maior persistência ao longo da escolaridade vão ser as que dão corpo ao Ensino Secundário Liceal Oficial : Empregados seguidos dos Comerciantes e dos "Intelectuais", que em conjunto enviam 75% das alunas transferidas.

Mais uma vez se revela que o investimento escolar da transferência para o Colégio se fez fundamentalmente ao nível do primeiro ciclo (83,1%), apresentando o ano 0, aproximadamente metade das transferências seguido do 1º e 3º anos, sendo em seguida a nível do ano que antecede o final do 2º ciclo, o 5º ano, que novamente se sente a sua intencionalidade escolar.

## NÚMERO DE IRMÃOS

Para terminar esta viagem à população feminina que frequentava o ensino secundário liceal, temos ainda disponível para a população do ensino oficial, informações relativas ao número de filhos das famílias à data de matrícula das suas filhas no 1º ano. Quanto à sua apreensão são necessários dois reparos iniciais:

- não sabemos em que medida a ausência de irmãos e a omissão da informação se manifestam, dado no boletim de matrícula, raramente se apresentarem distintas as duas situações.

- só se verifica este dado para o ensino oficial. Os boletins de matrícula não a contemplam para o ensino particular, relativamente ao qual o Estado não tinha qualquer responsabilidade social e tão só educativa. Chegou a ser um dos critérios para a atribuição de isenção de propinas, por essa razão passa a vir mencionado no boletim de matrícula a partir de 1928.

Analisando o Quadro nº 18, a primeira apreciação parece ser a de que no ensino oficial não se verificam famílias numerosas.

**Quadro nº 18: Número de irmãos declarados nos boletins de matrícula**

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	12	14	Total
221	121	88	76	48	23	17	11	8	1	1	1	616

Os valores mais elevados situam-se nas famílias que apresentam entre 0 e 3 filhos se suposermos que a indicação deste dado não contempla a pessoa matriculada.

Analisando a distribuição do número de irmãos pelas categorias socio-profissionais (Quadro 18.1) verificamos, para além da informação desconhecida, que os valores maiores em qualquer das categorias socio-profissionais, se situam nas famílias que têm entre 1 e 4 filhos para além, da

filha que matriculam, no ensino liceal, mais acentuada, contudo, para as categorias socio-profissionais estruturantes do ensino liceal: Empregados, "Intelectuais" e Comerciantes.

Quadro 18.1: Distribuição do número de irmãos pelas categorias sócio-profissionais dos pais das alunas

Nº irmãos	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	12	14	Total
Colégio sócio-profissional													
Agricultores	4	---	1	3	3	2	2	---	1	---	---	---	16
Op. agrícolas	---	1	1	---	---	1	---	---	---	---	---	---	3
Industriais	6	5	4	2	1	1	---	1	1	---	---	---	21
Operários	10	16	6	8	5	1	---	---	1	---	---	---	47
Comerciantes	43	19	18	21	15	1	2	---	1	---	---	---	120
Empregados	52	48	24	26	14	8	6	3	1	1	---	---	183
Prof. pred. Intelectuais	43	23	21	10	8	6	5	3	3	---	---	---	122
Proprietários													
Pessoas vivendo de rend.	17	4	9	4	1	2	2	2	---	---	1	1	43
Profissão ignorada	46	5	4	2	1	1	---	2	---	---	---	---	61
Total	221	121	88	76	48	23	17	11	8	1	1	1	616

Parece estarmos perante uma realidade demográfica de redução do número de filhos propiciadora da possibilidade de prolongamento da escolaridade, não condizente com a regra geral detectado para o Distrito do Porto, onde nomeadamente para os anos 30 prevalecia a família mais numerosa(13).

### IDADE DE MATRÍCULA

Finalizando esta apresentação e caracterização da população feminina que frequenta o ensino secundário liceal, cabe referir a idade de matrícula. Para o global da população discente verificamos que (Quadro nº 19):

- que as idades predominantes são as idades escolares regulamentares para este ciclo de estudos, entre os 10 e os 13 anos(14). Contudo, idades inferiores e superiores também se verificam; com valores que indiciam casos de excepção relativamente ao global.

**Quadro nº 19: Idade de Matrícula. Composição etária segundo o tipo de ensino**

Tipo de ensino Idade	Ensino oficial	Ensino P. em Colégio	Ensino Doméstico	Ensino Part. Individual	Total
Idade desconhecida	16	13	--	1	32
9	1	2	4	--	7
10	44	107	20	6	177
11	175	255	27	17	474
12	259	245	25	16	545
13	91	157	19	11	278
14	27	84	7	7	125
15	1	24	7	--	32
16	--	18	--	1	19
17	--	2	--	4	6
18	--	2	--	2	4
19	--	1	--	2	3
Total	616	910	109	67	1702

São os ensinos Oficial e o Doméstico os que apresentam uma maior conformidade com a norma vigente, sendo que o ensino em colégio e particular individual apresentam um leque mais variado de idades de acesso.

Analisando os casos excepcionais - dos 14 aos 19 anos observamos que estas formas de ensino permitem uma progressão da escolaridade em idade avançada que não é possível quer no Ensino Oficial.



### Notas de Leitura

(1) Entende-se por ensino secundário particular, o ensino secundário ministrado fora dos estabelecimentos do Estado - artº 123, cap. IV, DEC. 12-424. Estatuto da Instrução Secundária, 2-Out. - 1926.

(2) A clarificação institucional do Ensino Doméstico foi sendo cada vez mais precisa ao longo da década, pelos vários diplomas legais. Da fórmula vaga do Dec. 12.424 de 2 Out. de 1926 (artº 123 1º) em que era considerado ensino doméstico todo o ensino particular ministrado em casa de família não sendo a mesma casa de pensão, fórmula onde não tinha cabimento a distinção do ensino particular individual, até à precisão posterior contida no Dec. 20.613 de 5 Dez. 1931 relativo ao Estatuto do Ensino Particular, cap. III, artº 21, em que se afirma que o ensino doméstico é individual ou dirigido a irmãos, dirigido aos residentes na casa de família e exercido por parentes: a) qualquer parente na linha recta ascendente ou do primeiro grau na linha transversal do aluno.

b) qualquer parente no 2º grau na linha transversal do aluno que com ele coabite

c) pelo tutor judicial

Com o Dec. 19.244 de 16 Janeiro 1931 no artº 34 já se distingue o ensino doméstico, o particular individual e o ensino particular em estabelecimento.

(3) O Colégio de Amarante, denominado de S. Gonçalo, para os quatro anos lectivos em estudo, apresenta uma frequência total de 17 alunas, sendo nove naturais de Amarante e as restantes das redondezas.

Penafiel apresenta dois Colégios, o de Nª Sª do Carmo e o do Sagrado Coração de Maria, no total com 23 alunas, 17 das quais naturais de Penafiel.

- (4) Caso curioso é o das filhas dos ferroviários muito representadas no liceu, que ultrapassando as distâncias geográficas, não só podiam viajar sem custo económico, como, caso mais frequentemente detectado, estudavam no liceu habitando em casa de um outro ferroviário que, proveniente da mesma terra que os pais ou colegas de profissão, desempenhavam funções nas estações da linha do Douro próximas das estações urbanas de Campanhã e S. Bento.
  
- (5) J. M. Pereira de Oliveira, *O Espaço Urbano do Porto, Condições naturais e desenvolvimento*, Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, 1973, pp. 333.
  
- (6) A confinção ao interior é um dos elementos mais elucidativos da situação da mulher nos anos 30 de que Paul Descamps nos dá conta. Da longa lista de interditos a que obedecia o comportamento da rapariga solteira, constava, tal como para a mulher casada, o da deslocação nas ruas sem acompanhamento. Veja-se Paul Descamps, *Le Portugal, La vie sociale actuelle*, Paris, Firmin-Didot, 1935, pp. 474.
  
- (7) Vasco Pulido Valente, *O Estado Liberal no Ensino. Os Liceus Portugueses (1834-1930)*, Lisboa, Gabinete de Investigação Social, 1973, pp., 107.
  
- (8) Françoise Mayeur, *L'éducation des filles en France au XIX éme siècle*. Paris, Ed. Hachette, 1979, pp. 24-25.
  
- (9) Fernanda de Castro, nas suas Memórias, refere que aquando da sua frequência no colégio foi interpelada por uma pessoa de família que lhe perguntou: "...mais uma vez tiveste óptimas notas, mas para que serve aprender um pouco de francês, de inglês, de História e de trabalhos manuais? Porque não tiras o curso dos Liceus, que te deixaria mais preparada para a vida?"  
 Fernanda de Castro, *Ao fim da memória, 1906-1939*, Lisboa, Verbo, pp. 120.

(10) Esta reclusão pode revestir-se da forma conventual, colegial ou mesmo ser feita em casa. Em todo o caso é preparatória no seu curriculum e no habitus que produz, da entrada na sociedade. Desta reclusão nas suas diversas formas dão conta os estudos históricos mais recentes sobre a educação feminina e a vida social da mulher. veja-se, por exemplo: Françoise Mayeur, Mariló Virgil, M<sup>a</sup> Antónia Lopes, op. cit.

(11) Pelo Dec. 15.981 de 27 de Setembro de 1928, é estipulado que para a atribuição da isenção total ou parcial, das propinas, o critério é o da incapacidade económica, aliado ao comportamento e aproveitamento escolar. Atribuída a isenção, seria renovada automaticamente se a escolaridade decorresse de molde satisfatório - média não inferior a 12 valores. Este diploma enumera de seguida as situações em que a isenção total é atribuída:

artº 5<sup>a</sup> pupilos dos Estabelecimentos de Assistência Pública

- orfãos de pai e mãe
- orfãos de pai
- filhos de funcionários civis e militares tuberculosos
- filhos dos combatentes da Grande Guerra com vencimento ou pensão inferior a 1000.00
- filhos dos funcionários civis e militares com vencimento inferior a 700.00
- filhos de operários e assalariados ou outros, com vencimento mensal inferior a 600.00

Para a atribuição da isenção parcial, permanecem com prioridade os filhos de funcionários civis e militares com determinado escalão de vencimentos.

Permanecem com regime de excepção, todos os indivíduos filhos de mutilados da Grande Guerra, bem como os alunos deficientes ou sob a protecção do Estado através das suas instituições.

Pelo Dec. 20.065 de 13 de Julho de 1931 cessa o automatismo da isenção após a sua atribuição e cessa ainda a redução automática das propinas pelo número de filhos. Este factor passa ser acrescido das condições económicas da família. O acesso à isenção total passa a privilegiar já a orfandade. Permanecem protegidos os filhos dos funcionários tuberculosos, mas cessa no enunciado da lei, como condição de acesso, as situações decorrentes da Grande Guerra. É introduzido o desemprego, motivado pela crise económica.

Em termos gerais, é menor a casuística abrangida, sobretudo deixam de ser mencionados com preferência os filhos dos funcionários do Estado e dos organismos militares. É para as famílias em determinadas condições económicas que a protecção se dirige, e não pela sua ligação ao Estado.

- (12) Esta capacidade só se fazia sentir para os anos de passagem, porque para os anos finais do ciclo, os que conferem diplomas, o exame era obrigatoriamente realizado no Liceu.
- (13) Ana Nunes de Almeida, *Comportamentos Demográficos e Estratégias Familiares*, Lisboa, ICS, 1984, pp. 65 e seguintes.
- (14) Em qualquer diploma legal é constante que a idade mínima de ingresso no ensino secundário liceal se situe nos dez anos feitos até Dezembro do ano de matrícula e a idade máxima serem os 13 anos, veja-se por exemplo o artº 35 do Dec. Lei nº 27.084 de 14 Out. 1936.

#### 4 - O ENSINO PARTICULAR: OS COLÉGIOS

Este é um capítulo da educação portuguesa que paira num grande desconhecimento. As fontes para o seu tratamento são muito dispersas, não sistemático o seu conteúdo e praticamente inacessível o acesso às instituições. Os colégios a que fazemos referência expressa, são aqueles que apresentando alunas matriculadas no ensino secundário, não só o fazem em número mais elevado, como também são de quem dispomos informação, sobretudo histórica, mais detalhada.

A tipologia seguida, de natureza descritiva, foi a única possível, dado muito pouco sabermos da maioria das instituições e da sua vida pedagógica, não parece contudo desprovida de sentido analítico. Sempre que julgamos oportuno, socorremo-nos da tipologia avançada por Robert Ballion <sup>(1)</sup>

No total são quarenta e sete os colégios de que aparecem registos de matrícula de alunas no liceu Carolina Michaëlis, (Anexo nº 2). De alguns deles não temos outra informação que não seja o seu nome, tão pouco sabemos a data da sua fundação e localização geográfica. De outros temos uma informação mais completa embora nada saibamos da sua história. Outros há, de quem sempre soubemos a existência, que permanecem aliás, estamo-nos a referir aos das ordens religiosas femininas.

Longe de recobrir uma realidade homogénea, o ensino particular colegial integra instituições muito diversas, na sua origem, localização geográfica, na sua temporalidade e no seu projecto sócio-educativo, estando representados quer o campo laico quer o campo religioso, congregacionista e diocesano.

No campo religioso congregacionista, estamos perante colégios pertencentes a ordens religiosas femininas. Exclusivamente femininos, leccionando vários graus de ensino, abrangem cerca de 35,5% da população



Desde a sua chegada e até 1910, fundam em Portugal colégios na Covilhã, Porto (Vilar) Vila do Conde (S. José) e Vila Nova de Gaia (Sardão). E já no séc. XX, em Guimarães, Tomar, Évora, Vila Real, Ovar, Póvoa de Varzim, Guarda e Sintra.

Com a instauração da República, a confiscação dos bens e expulsão das ordens religiosas, esta dispersa-se e funda colégios na Suíça, Espanha, Inglaterra, Bélgica, nos Estados Unidos da América e Brasil. Para o colégio suíço se dirigem as raparigas das melhores famílias europeias, inclusivé as portuguesas. A partir de 1918 regressam a Portugal e reinstalam-se por todo o país.

À semelhança de outras ordens religiosas, desenvolvem uma acção assistencial a par da acção educativa e esta orienta-se por vezes ,quer para as classes populares, sob a forma de escolas onde é ministrado gratuitamente o ensino elementar, quer para a criação de colégios para a educação de meninas da melhor sociedade. Por exemplo, no Colégio de Vila do Conde, referido por uma entrevistada, como lugar de passagem obrigatória para a elite aristocrática, ..."funcionava uma escola gratuita para meninas pobres".(4)

Ao longo da década de 30, este colégio vai ter uma procura constante e numerosa. A educação e a formação integral da juventude são particularmente um dos fins que esteve na origem desta congregação, que tal como outras, surge no séc. XIX, do movimento de renovação religiosa congregacionista, e que deu origem a várias ordens religiosas, femininas e masculinas e em que a educação aparece como meio privilegiado de apostolado na e para vida social(5)

Quanto ao Colégio do Sardão, assim denominado por ser situado numa quinta do mesmo nome, foi sempre considerado um colégio de elite, destinado às raparigas oriundas das famílias mais seleccionadas, onde era praticada uma educação recolhida, muito próxima da educação conventual da aristocracia.

Neste colégio, que apresenta poucos processos no Liceu, o desconhecimento da profissão do pai é bastante elevado (58,8%), o que poderá indiciar uma atitude reservada e a pertença a um meio restrito não passível de exposição a processos escolares burocráticos e administrativos.

Em Paranhos, freguesia à data ainda rural e prolongamento da cidade através da estrada de Penafiel, situa-se o Colégio Luso Francês, pertencente às Franciscanas de Calais ou Franciscanas Missionárias de N<sup>a</sup> Senhora congregação de origem Francesa. Em Portugal instalam-se em 1875 em Aveiro e como as restantes ordens, foram expulsas com a República reinstalando-se progressivamente após a instauração do Estado Novo. A data da fundação do Colégio é 1936.<sup>(6)</sup> Através de um seu prospecto de propaganda<sup>(7)</sup> de 1965 lê-se:

"Perto da cidade e longe do bulício da mesma, o Colégio Luso Francês oferece às suas alunas um ambiente calmo, alegre, tão necessário a quem trabalha. Aqui as alunas sentem-se como em suas próprias casas, considerando o Colégio um prologamento do próprio lar, onde o bem estar e a disciplina se harmonizam e completam".

Em 1965 a tónica já é evidentemente posta no trabalho escolar, contudo, a questão da disciplina está imediatamente presente. Trata-se de uma comunidade educativa composta por partes muito desiguais, a das religiosas sujeitas a uma regra e a das alunas para quem a imposição da mesma não se fará sem resistências e tensões. Acresce a isto o ambiente de concentração educativa em que decorria a vida no colégio, sobretudo para as internas.

Assim, frases como, "a disciplina é o grande mandamento da escola", "o castigo é intervenção de último recurso, mas quando necessário é remédio de que não se pode prescindir", funcionam como avisos para quem



se candidata à frequência. Para tal há que estabelecer cumplicidade com a família, que ao ver a sua filha admitida no colégio, tacitamente aceita imposições que a alcançam também; portanto,

"a aceitação do regulamento do colégio, a pontualidade no cumprimento do que se determina e aconselha é atitude que implica, da parte dos pais, grande responsabilidade nos resultados que se pretendem alcançar"(8)

convidando ao abandono do colégio aquelas que no dizer do prospecto, não se amoldam. Todos os aspectos da vida da rapariga interna são minuciosamente regulamentados: entradas, saídas, correspondência, enxoval, uniforme, castigos, e aproveitamento escolar, é ainda explicitado que só seriam admitidas alunas de famílias cristamente constituídas e baptizadas. As maiores de 14 anos teriam que fazer prova de bom comportamento.

Na análise deste regulamento nota-se uma atitude dúplice; por um lado parece ser um colégio aberto a uma clientela não muito definida em termos socio-culturais, que reunindo condições económicas para a matrícula das filhas, procuravam mais uma distinção do que distinguiam o colégio com a sua escolha. Pouco socializados neste meio, a eles se dirige o rigorismo das observações introdutórias, à primeira vista algo anacrónicas para os anos 60.

A disciplinação não é só vivida no colégio, estende-se à família que desta forma paga um preço mais do que económico pelo benefício que colhe. Assim nem a própria família visita as filhas fora dos dias, horas e ocasiões que o regulamento perscreve.

Duas outras estratégias se adivinham, e que se dirigem quer à manutenção da disciplina e controle por parte da comunidade religiosa sobre as alunas, quer para a produção do bom nome do colégio e ao recrutamento de outra clientela:

- uma moralizadora, visto que raparigas maiores de 14 anos só com

atestado de bom comportamento são admitidas, impedindo desta forma a entrada de elementos perniciosos numa idade problemática em termos de socialização, e em que o conhecimento do mundo pode já ter sido revelado. Pretende-se desta forma obstacualizar uma fama de que a contraposto gozavam estas instituições, e que herdaram de um passado não muito remoto, o da instituição castigo pelo enclausuramento, sobretudo para os casos desviantes, no plano moral. Puras, as religiosas, são também como guardias da pureza que se apresentam aos pais e à sociedade, particularmente para as raparigas internas, para quem são família de substituição.

- outra escolar, visto que, para as alunas externas, os pais são considerados co-responsáveis do rendimento escolar obtido, obviando desta forma, não só o assumir total de uma responsabilidade numa fase de grande investimento educativo por parte das famílias, como também, contrariando a ideia geral dos colégios como refúgio dos maus alunos, sendo neles a vida escolar facilitada. Por aqui se afirma a seriedade do colégio como instituição escolar particularmente face ao seu contraponto oficial, o liceu, e se obvia ainda à desresponsabilização possível dos pais que, pagando um serviço, supõem obtê-lo.

É o único Colégio de que encontramos prospectos de propaganda editados vinte e nove anos após a sua fundação. Poderemos supôr tratar-se de uma estratégia da captação de uma clientela mais urbana, ou de um momento de renovação pedagógica, em todo o caso, e pelo tom disciplinar com que é apresentado, o Colégio parece dirigir-se a uma clientela do tipo que R. Ballion caracteriza de "aderentes", ou seja, "...que adoptam as práticas escolares e sociais sugeridas pela instituição"(9).

Em direcção à Foz, fora da agitação do centro da cidade, encontra-se o Colégio de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Rosário, pertencente ao Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria em Portugal - Congregação fundada em 1849 em Béziers (sul de França) pelo padre Gailhac.

Este, inicialmente a funcionar na Picaria, remonta ao século XIX, e foi doado por Miss Hennessey,

"senhora de nacionalidade irlandesa que o entregou às irmãs do Instituto, que iniciam em 1871 no Porto a sua acção educativa. Era frequentado pelas filhas das melhores famílias e conhecido como Colégio de Miss Hennessey ou das Inglesinhas. Após a passagem para as religiosas chamou-se, dada a hostilidade aos franceses no fim do século XIX, "Colégio Inglês do Sagrado Coração de Maria" (10)

"Da leitura dos programas registados no Colégio, uma conclusão se impõe: se não continham tantas disciplinas como as actuais a orientação era mais feminina - Língua e Literatura Portuguesa, História e Geografia. O uso do Francês, do Inglês e do Alemão era corrente no Colégio, o que possibilitava às alunas representar em qualquer destas línguas" (11).

Igualmente cuidada era a aprendizagem das então chamadas prendas femininas: labores, desenho, pintura, flores, etc. Incluía ainda o ensino da dança ensinada por professores de fama... e lições de canto... Estes professores estranhos aos colégios, e concerteza pagos adicionalmente pelas famílias, traduzem a transformação que no final do séc. XVIII se operou na educação feminina em ordem a uma educação mais mundana, crítica da educação conventual, mas de carácter ornamental, não fosse o feitiço virar-se contra o feiticeiro. Segundo Mariló Virgil(12), o ensino das prendas domésticas aparece no século XVIII no quadro de uma estratégia de contenção da educação feminina para as classes superiores e não como a sua educação natural. Segundo esta autora é prevendo o mau uso que as raparigas possam fazer da leitura e da escrita, que os moralistas advogam a contenção no seu ensino para este sexo.

As leituras romanescas, pela acentuação do amor romântico, induzem à rebelião face ao pai, por exemplo na escolha do marido, e à moral católica, pelo acentuar do sentimento e da emoção sobre a obediência e a

disciplina do corpo; Por seu lado, o uso da escrita, permite a troca de correspondência e a firmação de contratos de casamento não desejáveis, potenciam ainda o acesso ao saber, da Teologia e da Ciência, facultando uma capacidade de interpretação e de argumentação nociva para a ordem (masculina) vigente, em suma, induzem à insubmissão. Desta forma, havia da sofisticação mundana foi a encontrada, no quadro da sociedade barroca propensa ao luxo e ao desmesuramento. É contra esta mulher ociosa e fútil, que o século XIX positivista se irá insurgir, o que transparece no modelo educativo liceal que criou.

O curriculum apresentado por este colégio e de que encontramos referências semelhantes para o convento das Ursulinas em Coimbra, (13) remete-nos para as transformações operadas nos costumes na segunda metade do séc. XVIII. Agora a casa é o mundo, e nesta, o salão o seu centro, a que preside a mulher, que progressivamente se cultiva na arte de receber. É aqui que têm lugar, não só as disciplinas que ornamentam a conversação, as línguas estrangeiras e os saberes que a história e geografia permitem, como as demais artes de entreter; a dança, o canto e a execução do piano,(14) tornado obrigatório a partir de então na educação de toda a rapariga, que prive em sociedade ou que a ela aspire.

Entre 1876 e 1892 a congregação funda Colégios em Braga e Viseu e após a proclamação da República, as religiosas são proibidas de ensinar, o que obriga à dispersão do Instituto e à criação de colégios no Brasil e em Tuy, para onde os pais das antigas alunas continuavam a mandar as suas filhas.

Deste Colégio de Tuy, lemos em Ana Paula de Joaquim Paço d' Arcos:

"No começo desse ano lectivo, ia ela quase nos onze, "O pai [Conde da Balsa] põe em execução o seu antigo projecto de a internar num colégio, ... apesar da autoridade paterna se exercer a seu inteiro intento, não deixara de julgar útil o estágio num internato, Dentre os vários escolheu...um colégio

de irmãs desterradas na Galiza, onde as boas freiras ministravam às meninas portuguesas comedidas luzes - as suficientes para lhes iluminarem os espíritos, mas não bastantes para lhes transtornarem os cérebros"(15).

Ana Paula vai permanecer interna até aos 16 anos e meio, altura em que "o uniforme do colégio não quadrava à sua figura esbelta de mulher feita"(16). Da sua estadia no colégio resultou sobretudo a posse de uma armadura moral, para que a vida em sociedade fosse vivida segundo as virtudes cristãs, à semelhança do programa educativo dos colégios religiosos no séc. XIX.

Esta congregação, na década de 20, reabre Colégios em Espinho (1920), Braga (1921) e no Porto (1926) este, com o nome que apresenta na década de 30 e que mantém. Em 1932 foi concedido pela Inspeção Geral do Ensino Particular o alvará, podendo o Colégio ministrar entre outros, o curso geral do ensino secundário.

Nas antigas alunas do Colégio, constam nomes femininos cujas ressonâncias nos remetem para a aristocracia, como a Viscondessa de Rio Torto, bem como nomes de altos dirigentes políticos e intelectuais da vida portuguesa quer recente quer passada (17). Ao longo da década de 30, vai ser o colégio religioso mais frequentado, no total com 92 alunos, 70% dos quais não residentes na cidade.

No campo religioso congregacionista, encontra-se ainda em V. N. de Gaia o Colégio de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Bonança, pertença da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitalares da Imaculada Conceição.

Em presença destes Colégios estamos perante, em maior ou menor grau, de "estabelecimentos de educação para as classes superiores", segundo a tipologia de R. Ballion, para os estabelecimentos de tipo confessional.

"Maioritariamente reservados às raparigas da "boa sociedade", não colocam como primeiro objectivo a "excelência" escolar e admitem uma população relativamente heterógenea do ponto de vista escolar, o essencial é que a aluna seja submetida a um tipo de educação que confere a sua pertença às classes dominantes tradicionais."(18)

Recrutamento homogéneo, manutenção de um "espírito de colégio", utilização de uniforme, e atribuição de grande importância com o aspecto exterior das alunas, formação religiosa e prática das obras de assistência a par das actividades mundanas, eis alguma das suas características que de uma maneira geral encontramos em todos estes estabelecimentos.

Não sabemos em que grau praticavam a inovação pedagógica, nem em que grau constituíam "estabelecimentos de educação "susbtitutos", características presentes ainda nos estabelecimentos confessionais segundo a tipologia referida. A função que cumpre esta última categoria, composta por estabelecimentos que acolhem um público menos seleccionado e cuja procura se define por relação ao sector público, e que o autor chama "procura securizante", parece ter sido também desempenhada por alguns destes Colégios, sobretudo nesta fase de reinstalação e de "endurecimento" da escolaridade liceal, à excepção talvez do Colégio do Sardão, o que apresenta aliás, como dissemos, o menor número de matriculadas frequentando o Liceu.

Ainda no campo religioso, encontramos colégios com direcção religiosa diocesana, situados, ou na cidade do Porto, como o Colégio Brotero fundado em 1929 e a Escola Académica, fundada em 1882, ou nas cidades dos concelhos limítrofes, extensões de colégios urbanos. Neste caso estamos perante colégios inicialmente masculinos e que ao longo do tempo adoptaram frequência mista, alguns a partir da implantação da República, como é o caso do Colégio de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Carmo em Penafiel, fundado em 1877

e sucursal do Colégio Almeida Garrett do Porto de 1929 até 1956,(19). Nas mesmas condições e em Espinho, encontramos o Colégio de S. Luís, sucursal do Colégio Internato dos Carvalhos em V. N. de Gaia(20), e em Amarante dependente do mesmo colégio, o Colégio de S. Gonçalo fundado em 1929 (21) e durante anos o único estabelecimento de ensino do concelho.

Com uma situação *sui generis* no panorama das instituições educativas encontradas na década de 30, no campo assistencial e educativo, encontramos uma instituição herdeira dos recolhimentos femininos do século XVII. Trata-se do Recolhimento das Orfãs de S. Lázaro ou Colégio de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Esperança.(22)

Fundado na cidade do Porto no século XVIII, por doação para o efeito à Misericórdia do Porto, permaneceu em funcionamento até à actualidade. Tal como prescrevia o modelo oitocentista, a sua população era composta por dois corpos sociais distintos, as orfãs porcionistas, em princípio, meninas de boa condição para quem o recolhimento era o substituto da família, vivendo portanto fisicamente encerradas e encerradas na sua condição de pobres envergonhadas, e as pensionistas, filhas de famílias abastadas, que por razões várias, educativas, correcionais, familiares, etc passavam temporadas no recolhimento mediante pagamento, nele usufruindo de uma vida mais amena(23).

Exclusivamente feminino, vai apresentar nos anos 30 e até aos nossos dias, esta dupla população, talvez até com externato para as pensionistas residentes na cidade. Significativamente é dos mais populosos e dos colégios em que o desconhecimento da origem social das alunas é mais acentuado.

Esta é uma instituição difícil de caracterizar porque alberga duas populações reciprocamente funcionais, ou seja, que se suportam mutuamente, prestando uma serviços (porcionistas) custeando o colégio, as

outras, (pensionistas). Para as primeiras, parece que estarmos perante um "estabelecimento refúgio"(24) não constituindo importância menor para as suas vidas futuras, o grau de escolaridade obtido.

O saber escolar, para esta população, adquire sempre um valor instrumental equivalente a um saber profissional ou a um dote. A escolarização das classes pobres fez desde muito cedo, parte de projectos assistenciais.(25)

No campo laico encontramos uma situação não menos heterogénea; a par da pluriferação de pequenos Colégios e Externatos, disseminados por vários pontos da cidade e pelos concelhos vizinhos, o que supomos ocorreu ao longo da década, e que apresentam um número muito reduzido de alunas com processo no Liceu, encontram duas grandes instituições, pelo seu peso histórico e grau de implantação na cidade e no distrito, o Colégio Araújo Lima e o Colégio Moderno, que abrangem no total 20,8% da população colegial.

Da primeira, instituição muito prestigiada, referiu-nos em entrevista a nora do fundador, ter sido o primeiro Colégio em regime de coeducação do país. Fundado no início do século, com um corpo docente de elite, universitário até, era frequentado por uma burguesia abastada do comércio, da Indústria e Intelectual. Era dirigido por uma família esclarecida no campo intelectual e educativo e a vida que nele se processava era em tudo alheia ao rigorismo das casas eclesiásticas. Frequentaram-no futuros membros da classe política e intelectual de ontem e de hoje.

Com o Colégio Araújo Lima perante um "estabelecimento de "excelência" inovador":

"submetido a uma procura muito forte, constitui uma estrutura pedagógica que corresponde às expectativas educativas da "fracção modernista das classes dominantes..." (26).

Funcionando em regime de internato e de externato, promovia a



escolaridade liceal em regime de coeducação, sendo que toda a componente educativa era ministrada em regime privativo de um e outro sexo. Assim, a educação masculina nas suas componentes por exemplo desporto e a educação feminina nas suas componentes de dança, música (piano) e trabalhos de mão eram ministradas em separado, vivendo-se no colégio um ambiente *sui generis*.

Significativo é também o Colégio Moderno, o mais populoso de todos os colégios de que temos referência.

Feminino, funcionando em regime de internato e de externato, era dirigido por uma directora. Segundo nos foi referido por uma aluna dos anos 30, a vida que nele se processava era amena, e tal como o Colégio Araújo Lima, a escolaridade liceal e a educação, neste caso exclusivamente feminina, processavam-se distintamente, sendo esta um acréscimo que a família custeava independentemente.

Embora laicos, nestes colégios também se ministrava uma educação religiosa, doseada q. b. para que fizesse parte do capital considerando indispensável para a vida social e moral sobretudo de uma rapariga. Não são sacralizados todos os momentos cruciais que balizam a existência de uma menina em sociedade? No seu Guia Mundano das Meninas Casadoiras, a Condessa de Gencé<sup>(27)</sup> na parte relativa à vida em sociedade, após a apresentação e entrada nela, refere toda a etiqueta que o campo religioso exige, no luto, nascimento e casamento, para além da disciplina do carácter e das virtudes que toda a rapariga da melhor condição, deve apresentar: modéstia, sobriedade, desafecção, um certo recolhimento e serenidade, que não sendo cultivadas no colégio, na menoridade, impregnanando fortemente o carácter, a sociedade se encarragará de neutralizar.

Ora a amenidade da vida destes colégios, semelhante à vivência familiar das classes urbanas abastadas e com uma vida social mais aberta, vem de encontro, em alguns casos, a um secreto receio que muitas famílias, sobretudo das camadas intelectuais urbanas, manifestavam face à educação

levada a cabo nos colégios das congregações, que pelo rigorismo das suas práticas semelhantes às da vida professa, acentuadas pela componente religiosa a nível de formação, mais predispunham à vida religiosa do que à vida mundana. O receio de que as filhas por um lado pudessem vir a professar e por outro a distância do modelo educativo colegial face ao modelo familiar, mais liberal, estaria na origem da escolha, para alguns grupos, destes colégios, escolha essa em que alguns casos a própria educanda participava. Não raro ocorriam mudanças de colégio bem como circulava a "fama" de cada um<sup>(28)</sup>.

Há ainda um outro factor que ganha particular significado para a época em estudo, e para estes grupos em particular, é o peso e a qualidade da escolarização ministrada no contexto das práticas educativas. São estes colégios laicos, quem melhores condições reúne para apresentar um produto propriamente escolar. Os das congregações, cumpriam a vocação que os originou, a da educação feminina de elite. Dizemos educação e não instrução dado esta não existir enquanto tal, estando subsumida naquela na extensão e no grau que o modelo educativo feminino do séc. XVIII e XIX comportava. Da permanência no Colégio desejava-se obra educativa total e não uma credencial escolar, embora, em situações de necessidade económica, no casamento e no celibato, a formação colegial tivesse sido para algumas mulheres um recurso valioso, até porque exercido na privacidade doméstica. O ensino das línguas estrangeiras, sobretudo conversação, do piano e dos trabalhos de agulha e arte, numa fase em que a roupa branca não era feita industrialmente, permitiu que muitas senhoras da melhor condição, a mantivessem, fazendo render economicamente bens altamente cotados no "mercado dos bens simbólicos"<sup>(29)</sup>, dado constituírem elementos de distinção.

Ora os colégios laicos, como por exemplo, o Colégio Araújo Lima, ou os colégios diocesanos apresentam desde o início uma maior vocação para o ensino propriamente dito e uma maior capacidade de reprodução do modelo

liceal, por duas razões intrinsecamente relacionadas: nem sempre são inicialmente ou exclusivamente femininos, o que historicamente é inibidor da instrução, como também não sendo pertença de ordens religiosas, a acção escolar e educativa apresenta maior independência do corpo que a suporta, ou seja adquire um carácter mais profissional menos missionário. No caso dos colégios laicos são mesmo professores quem assegura o ensino, contrariamente aos colégios congregacionistas femininos. Aqui, inicialmente a educação era conventual porque à semelhança da regra, sendo as freiras educadoras por serem freiras. Só posteriormente as congregações fundadas para a educação, associaram a esta finalidade a capacidade efectiva de leccionar estudos ou contraram professores que o fizessem<sup>(30)</sup>. Ora, é esta viragem na orientação destas instituições e da sua clientela, que julgamos surpreender nesta década de 30 por razões que se prendem com a política sócio-educativa do Estado.

Este, ao reconhecer à família a primazia na educação e orientação educativa dos filhos, confere-lhe o direito de formular escolhas quanto ao estabelecimento educativo. Ao adoptar uma atitude de permissividade em relação à acção educativa da Igreja e de outros particulares, permite a existência de um campo educativo não público, alternativa escolar e sócio-educativa, a partir da qual as escolhas familiares são possíveis.

Este processo ocorre a par de transformações sócio - culturais mais gerais a partir das quais se reequaciona a educação feminina.

O passado recente, anticlerical, liberal e republicano, não agiu de molde a permitir ao ensino particular uma reconversão educativa estruturada no tempo, por outro lado, para os estabelecimentos vocacionados para o sexo feminino, escolarmente menos exigente, as mudanças foram sentidas como menos prementes, daí que o regime saído do 28 de Maio, tivesse actuado neste campo de uma forma dúplice: por um lado permitindo a reinstalação e instalação do ensino particular livre, mas ao conformá-lo ao curriculum e exigências estatais, obrigou à sua

escolarização, criando desta forma condições para a escolarização dos colégios, independentemente do sexo a que se destinavam.

Sobrepõe-se assim nos colégios, e nestes conservadores anos 30, o curriculum liceal e a educação que tradicionalmente promovem, sendo por hipótese, o seu peso relativo para cada instituição, ponderado pelo grau de implantação e clientela que a originou e a que se destina. Paul Descamps refere a propósito que ... "nos meios tradicionais, não se deseja [ainda dar às raparigas] uma educação utilitária, nem mesmo uma instrução sólida"(31) ficando para quem o desejar, esta tarefa confiada aos liceus, o mesmo não se passando com os Colégios masculinos. No entanto, também nos colégios femininos ocorrem mudanças, pôde assim surpreender a partir de visitas realizadas a alguns, a sobreposição do curriculum liceal, preparatório da Escola Normal, da Universidade e do Conservatório, a par de toda a educação tradicional. A clientela dos colégios femininos que visitou, recrutava-se

"entre as famílias de grandes comerciantes, oficiais, proprietários e detentores de profissões liberais, estendendo-se ao Brasil, Angola e outras colónias".(32)

É esta duplicidade, esta sobreposição curricular e educativa que existe em conflito para o ensino particular e sob a designação de ensino secundário liceal que surpreendemos na composição social e no comportamento escolar da população estudantil colegial.

Ora até à data, para além do ensino liceal oficial, o campo criado era mais favorável aos colégios laicos, fortemente implantados como Araújo Lima e o Colégio Moderno, nos quais, a escolaridade propriamente dita apresentava alguma autonomia face às componentes educativas, à semelhança do que se vai passar segundo queremos nos pequenos colégios e externatos.

A par da instalação de instituições educativas particulares que ministram o ensino secundário, em regime de externato ou em regime

misto, assiste-se aqui a uma reorientação no interior dos antigos colégios femininos, sobretudo nos das congregações, menos vocacionados para o efeito. Esta reorientação dá-se em função das crescentes exigências feitas pelo Estado, ao confinar o ensino particular ao seu modelo, sempre que promovessem obra escolar, tal como é patente na legislação que o regulamenta ao longo da década, mas que também se torna visível pelo aumento do volume de matriculadas e previsível pela ocupação do campo do ensino particular por outros estabelecimentos. Um estudo mais aprofundado do ensino particular, que tivesse em linha de conta a evolução e qualificação do seu corpo docente, permitiria uma maior clarificação desta hipótese.

Só o Estado, através das suas instituições, tem capacidade para conferir títulos académicos, assim sendo, a conformidade ao modelo estatal é condição de sobrevivência das instituições particulares, masculinas e femininas, numa altura em que quem detém a legitimidade, o monopólio do saber e da forma de o transmitir é o Liceu, produto da sociedade liberal e republicana recente e que o Estado Novo não cessa de acentuar.

Assim, nesta década, os colégios na sua propaganda, para a captação e selecção de clientela, vão fazer da sua conformidade ao liceu e dos resultados obtidos nos exames públicos o argumento da sua credibilidade educativa. É sintomático que os colégios anunciados no Anuário Católico de Portugal, em número de 12 em 1931, todos refiram os graus em que ministravam a instrução e o "brilhantismo" dos resultados obtidos nas provas oficiais, a par de todas as características que os tornam recomendáveis como instituições educativas totais, substitutas das famílias: os bons ares, alimentação, a higiene das instalações, o ambiente moral, etc, que para além do mais seria justificativo dos preços praticados.

**Colégio de Ermezinde**

O MELHOR COLÉGIO D CAMPO

TELEFONE: ERMEZINDE 15

Instalado no Convento da Formiga. A sua quinta tem 100.000 m<sup>2</sup>. Os recreios de verão e inverno ocupam 10.000 m<sup>2</sup>. Instalações modernas e higiênicas. Recomenda-se pelos seus belíssimos ares. Alimentação esmerada e igual para professores e alunos. Tem obtido sempre os melhores resultados no Liceu ALEXANDRE HERCULANO

Orientação católica.

PEDE-SE UMA VISITA ÀS SUAS MAGNÍFICAS INSTALAÇÕES

Curso dos liceus, Comercial e de Instrução Primária

PEDIR PROSPECTOS À DIRECÇÃO

Dr. Gaspar Augusto Pinto da Silva,  
P.º Arnaldo Rebelo,  
Dr. Francisco da Silva Pinto.

Gravura nº 2

Fonte: Anuário Católico  
de Portugal, Lisboa,  
União Gráfica, 1931

**COLÉGIO CASTILHO** S. JOÃO DA MADEIRA  
TELEFONE N.º 50

SECÇÃO MASCULINA E SECÇÃO FEMININA

DIRECTOR: *José Cerqueira de Vasconcelos*  
Diplomado pela Faculdade de Letras da Universidade de Paris

INTERNATO, SEMI-INTERNATO E EXTERNATO

CURSOS — Primário, Secundário e Comercial (Diurno e Nocturno) Piano, Pintura e Lavoros.

Curso especial de preparação para o exame de admissão à ESCOLA DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO (Antiga Escola Normal.)

A instrução não é, evidentemente, apenas uma longanía do espirito que nos distingue no trato social; é mais vantajosamente, hoje, uma condição de êxito na luta económica da vida.

Não descureis, pois, a instrução dos vossos filhos, se quereis apetrechá-los convenientemente para o seu futuro struggle for life. E mandai-os educar no COLÉGIO CASTILHO se desejais a saúde intelectual e corporal: *mens sana in corpore sano.*

Gravura nº 3

Fonte: Anuário Católico  
de Portugal, Lisboa,  
União Gráfica, 1931

No Anuário Católico de 1941, a propaganda é menos exuberante, são em menos número os colégios anunciados e a similitude ao liceu já não é a tónica dominante como nos anos 30.



Gravura nº 4

Fonte: Anuário Católico de Portugal, Lisboa, União Gráfica, 1941

Em 1947, o Anuário Católico não traz já qualquer propaganda. Parece poder supôr-se que sobretudo no campo religioso o processo de implantação estava terminado, tendo os Colégios fixado a sua clientela e recrutando-a por processos menos públicos e mais próximos das redes de relações em que estavam implantados sendo personalizada e não administrativa a relação das famílias com a instituição.

Em alguns casos, como nos foi dado ver alguns dos seus anuários, (33) a frequência do Colégio processava-se não só de mãe para filha como se alargava às demais familiares, tias, primas, etc Alguns, os mais elististas, como nos foi referido por ex - alunas, tinham por costume cobrar um preço menor quando vários irmãos o frequentavam, calculando um preço por família e não um preço nominal, outros, quando a família tinha uma condição social superior ao momento económico que atravessava, dispensavam por exemplo os mais novos do pagamento. Este critério,

aparentemente anti-económico funciona do ponto de vista sócio-educativo como um processo de capitalização fundamental das relações sociais que suportam cada uma destas instituições, vocacionadas que são, para meios restritos.

Participam do mesmo processo de homogenização social, as Associações de Antigas Alunas, bem como as Associações de Pais, Professores e Antigas Alunas que alguns Colégios apresentam, Órgãos integradores dos diversos corpos em presença, prolongam no tempo uma comunidade em que as várias gerações se sucedem, desta forma contribuindo para a sua definição social<sup>(33)</sup>. Aqui a simbiose é total, sendo o Colégio um prolongamento da família, expressão própria de um modelo educativo, que temporariamente adopta uma forma que transpõe as paredes do lar doméstico. O colégio e o meio são indissociáveis ocultam-se e, revelando-se mutuamente. Mais do que instituições particulares são instituições privadas.

A circunscrição a um meio, o sentido da exclusividade da pertença é um capital trocado reciprocamente e no limite a marca distintiva de cada instituição educativa, condição fundamental da sua sobrevivência, dado que, nos meios esclarecidos, com projecto educativo próprio, é este e não o acaso que dita a escolha do colégio. Como vimos famílias houve que seguiram o "seu" Colégio quando este transpôs as fronteiras, fazendo quase parte da ordem natural das coisas a sua frequência. Segundo Sedas Nunes, o Colégio é uma das três instituições fundamentais, (a par das "festas" e das férias) a partir das quais se processa a socialização das jovens dos meios sociais mais elevados, numa perspectiva de confinamento social. "Certos colégios femininos, não raro intencionalmente criados para educar as jovens do "meio", constituem segundo toda a verosimilhança, como que a *placa giratória* deste sistema de relações e actividades mediante o qual... o "meio" naturalmente se controla e preserva. Com efeito, se o conteúdo da educação aí ministrada é importante... não menos importante se afigura o denso



núcleo de *relações femininas juvenis* que neles se forma... [funcionando o Colégio] como *núcleo dinâmico* de um amplo processo de aproximação e relação dos jovens de ambos os sexos dentro do "meio".(35)

Para outros clientes, recentemente chegados ao mercado educativo, funcionam os anúncios e os prospectos de propaganda, apresentando-se os colégios como um conjunto educativo diversificado, possibilitando assim escolhas várias num meio social heterogéneo e em função de múltiplas determinações.

A frequência de um colégio resulta de uma escolha, esta, da capacidade sócio-económica e educativa que preside à sua formulação. Para uns tratar-se-á de uma estratégia sobretudo escolar, para outros, a estratégia escolar aparece ao serviço de uma estratégia educativa anterior.

Se para uns constitui como que uma marca distintiva original, para outros o sector privado representa um meio de aceder a um nível de socialização não satisfeito pela família de origem ou, de acesso a uma escolaridade não satisfeita pelo sector público, ou que este através dos seus próprios procedimentos inibe.

A sua diversidade, remete-nos para projectos sócio-educativos com temporalidades desiguais e para investimentos diferenciados, indiciadores das lutas sociais em torno da apropriação de um processo e de um produto social básicos: a educação e a educação escolar.

## Notas de leitura

- (1) Robert Ballion, "L'enseignement privé, une école sur mesure?" Paris, *Revue Française de Sociologie* , XXI, 1980, pp. 221-230.
- (2) Evaristo de Vasconcelos, Religiosas, *Seleccção sobre os Institutos Religiosos Femininos existentes em Portugal* , Braga, Edição do Mensageiro do Coração de Jesus, 1958.
- (3) Evaristo de Vasconcelos, Religiosas, *Seleccção sobre os Institutos Religiosos Femininos existentes em Portugal* , Braga, Edição do Mensageiro do Coração de Jesus, 1958, pp. 109.
- (4) Dr. Joaquim Moura Relvas, "Alguns serviços prestados pela Igreja às classes trabalhadoras", *Estudos* , Ano XI, Fasc. XI nº 131, Coimbra, 1934, pp. 623.
- (5) Françoise Mayeur, *L'Education des Filles en France au XIX<sup>e</sup> Siècle* , Paris, Ed. Hachette, 1979, pp. 35.
- (6) Eco do meu Colégio, *Um Jubileu Sacerdotal* , 1961, s. d.
- (7) Colégio Luso Francês - *Prospecto de Propaganda* , 1965, s. d.
- (8) Colégio Luso Francês - *Prospecto de Propaganda* , 1965.
- (9) Veja-se Robert Ballion, Les Consommateurs d'École , Paris, Stock, Laurence Pernoud, 1982, pp. 70.

- (10) *Anuário do Colégio de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Rosário* 1985-1986. Porto, S/editor.
- (11) Ibidem.
- (12) Mariló Virgil, Op. Cit, pp. 55-56.
- (13) Rúben Lanza, *La enseñanza Secundária em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.
- (14) Maria Antónia Lopes, *Mulheres, Espaço e Sociabilidade. A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do séc. XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.
- (15) Joaquim Paço d'Arcos, *Ana Paula, Perfil de uma Lisboaeta*, Lisboa. Guimarães Editores, 1986, pp. 34-35.
- (16) Ibidem.
- (17) Cormarie, *Orgão das antigas e actuais alunas, 1849-1949, no 1<sup>o</sup> Centenário do Instituto do Sagrado Coração de Maria*.
- (18) R. Ballion "L'enseignement privé, une "école sur mesure"? op. cit., pp. 222-223.
- (19) José Fernando Coelho Ferreira, *Colégio de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Carmo de Penafiel, Separata do Boletim Municipal de Cultura*, Penafiel, 1982.
- (20) *Anuário Católico de Portugal*, União Gráfica, Lisboa, 1931, pp. 106.
- (21) *Anuário Católico de Portugal*, União Gráfica, Lisboa, 1947, pp. 178.

- (22) J. A. Pinto Ferreira, *Recolhimento das Orfãs de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Esperança (Fundado na cidade do Porto no século XVIII)*, C. M. P. Gabinete de História da Cidade, Porto, 1979.
- (23) Camilo Castelo Branco, *A Filha do Arcediago*, Lisboa, Publicações Europa América, 1977.
- (24) Robert Ballion, "L'enseignement privé, une "école sur mesure?", op. cit., pp.225.
- (25) Rocha, M<sup>a</sup> Cristina e Teixeira, M<sup>a</sup> Isabel e outros, "Breve referência histórica acerca do abandono infantil e das instituições de internamento de crianças na cidade do Porto", In *Romper o Silêncio*, Dossier, Griito, Porto, 1984, s.ed., pp. 315.
- (26) Robert Ballion, "L'enseignement privé, une "école sur mesure?", op. cit., pp. 226.
- (27) Condessa de Gencé, *Guia Mundano das Meninas Casadoiras*, Lisboa, Livraria Editora, Guimarães & C<sup>a</sup>, 1927.
- (28) Paul Descamps refere a existência de um colégio em Lisboa ,onde as próprias mães não podiam falar às suas filhas, senão através de uma grade. Veja-se *Le Portugal sa vie sociale actuelle*, Paris Firmin-Didot, 1935, pp 396.
- (29) Pierre Bourdieu, in "O Mercado de Bens Simbólicos", *A economia das trocas simbólicas*, S. Paulo, Estudos, Ed<sup>a</sup> Perspectiva, 99- 184.



(30) Françoise Mayeur, op. cit.

(31) Paul Descamps, op. cit. pp. 395.

(32) ibidem, pp. 297.

(33) Cormarie, op. cit.

(34) Veja-se por exemplo, os Estatutos da Associação de Pais, Professores e Alunos dos Colégios de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Bonança, Liverpool, etc.

(35) A. Sedas Nunes, *Sobre o Problema do Conhecimento nas Ciências Sociais, materiais de uma experiência pedagógica*, Lisboa, I.C.S., 19..., pp. 68-70.

## 5 - O ENSINO SECUNDÁRIO LICEAL FEMININO

*A instrução da mulher é hoje considerada pela opinião universal como um dos melhores elementos da instrução de um povo; povo instruído é povo adiantado em todos os campos da civilização.*

Borges Grainha

"Em Portugal, não há liceus femininos, nem escolas secundárias femininas com garantias oficiais" Isto afirmava Borges Grainha em 1905, 17 anos após ter sido decretada a sua criação pelo conselheiro José Luciano de Castro, e explica:

"Liceus femininos! Estas duas palavras, assim unidas, são um tema pavoroso para o nosso meio social acanhado e atrasado. São como uma heresia tremenda atirada ao seio de uma burguesia pacata, educada ainda nos velhos moldes de outros tempos.

Não há que negá-lo, infelizmente. É um facto. Por ora, a frase liceus femininos - não soa bem à generalidade dos ouvidos portugueses. E a razão é simples e concludente. Porque quando se pronunciam juntas aquelas duas palavras, à imaginação da nossa gente, que não conhece o verdadeiro sentido delas, salta logo a ideia de um enxame de mulheres pedantes, expécie de ratas sábias, que só falarão de ciências e literatices, incapazes de aturar e tratar crianças, que nunca pensarão nas obrigações do lar doméstico, que terão horror a entrar numa cozinha; numa palavra, mulheres sabichonas e ridículas, péssimas esposas, mães detestáveis, filhas delambidas e impossíveis"(1).

Trata-se portanto para o autor de uma questão de costumes, de mentalidade e até de ignorância, dado que em Portugal se considera o liceu feminino em tudo igual ao masculino, salvo na frequência, o que para a altura era, não só escandaloso em termos dos costumes da burguesia no que respeita à educação feminina, como por outro lado era pouco recomendado, em face da ambiência educativa imprópria da vida liceal (2).

Na linha do pensamento de Ana de Castro e Osório em "A educação da criança pela mulher", o autor advoga a necessidade da educação secundária feminina, dado, não só toda a mulher-mãe ser necessariamente educadora, como também, a libertação do tempo na realização das tarefas domésticas, propiciada pela modernização, a ter libertado cada vez mais para essa função, que dessa forma adquire uma exigência qualitativa superior.

A aceitação do liceu feminino implica mudanças e destina-se a operá-las. A sua recusa, actua pela manutenção do passado, de forma a manter a rapariga ignorante e imprestável a si própria, à família e à sociedade. O ensino secundário feminino partilha assim de uma concepção optimista da educação, promotora do progresso social, suscitando as mudanças que este exige, neste caso, num terreno muito sensível, porque estruturante da vida social: a mulher e a sua função numa fase de mudança social.

Se escasseiam estudos acerca do ensino liceal em Portugal, (3) do ensino liceal feminino praticamente nada se sabe, para além da cronologia dos diplomas legais que o instituem e regulamentam. Do debate que a sua criação suscitou, da luta social em torno da sua apropriação e recusa, visto que historicamente diz respeito à primeira incursão do Estado num terreno puramente privado e privativo até aí, não temos quaisquer referências, contrariamente, por exemplo, ao caso francês (4). A instauração do ensino

secundário em França deve-se à acção dos republicanos e aparece expressa na Lei (1880) que toma o nome do seu promotor, Camille Sée. As intenções "civilizacionais" que presidiram a sua implementação são as mesmas que encontramos nos defensores portugueses do ensino secundário feminino.

Elzira Machado Rosa, num pequeno estudo sobre a educação da mulher no século XIX (5), dá-nos conta de algumas vicissitudes pelas quais passou a proposta de lei de criação do liceu feminino: "...o ensino secundário para a mocidade feminina fora prometido, em 1886, ao deputado Bernardino Machado, pelo chefe do Gabinete José Luciano de Castro quando se acabara de organizar o Ministério progressista.

Em 1887 é o próprio ministro José Luciano de Castro, que propõe a criação deste grau de ensino para as raparigas. Mas não encontrou, de início, nos representantes da Nação, um acolhimento solícito. A proposta de lei acabou por ser aprovada, pelas duas Câmaras, em circunstâncias precipitadas e pouco usuais... levantando suspeitas odiosas quanto à pureza das intenções que estariam por detrás da aprovação da lei... um dos jornais contemporâneos, "o Dia" chegou a sugerir que"...os liceus para o sexo feminino se inventaram, somente, para alguns professores, empreiteiros do ensino, ganharem neles mais umas gratificações mensais"(6)

Em 1888 vai ser o Governo autorizado a estabelecer em Lisboa, Porto e Coimbra institutos destinados exclusivamente ao ensino secundário do sexo feminino e que terá expressão na carta de Lei de 9 de Agosto. Trata-se de uma intromissão mitigada do Estado na esfera privada e doméstica, visto a iniciativa da criação dos institutos, ficar sujeita, à semelhança do caso francês, ao concurso das Juntas Gerais dos Distritos, Câmaras Municipais e corporações de beneficência (7).

A regulamentação dos institutos faz-se em 1888 num diploma datado de 10 de Março. Com este se pretende precisar as condições e os requisitos a que deve obedecer a sua fundação, dado o seu carácter inovador, de molde



que sejam inspiradores de confiança, aos chefes de família e à sociedade mais geral.

Sem o concurso das agremiações referidas estes diplomas não vão passar de letra morta, e em 1892 é suprimida a verba que lhes estava destinada dado "... que ainda não foram aceites pela opinião e podem dispensar-se por agora" (8).

O ensino secundário feminino aparece assim por iniciativa de um governo pregressista, numa fase de "anarquia pedagógica e legal"(9) em que o conjunto da organização liceal se encontra em crise, de tal modo que a reforma de João Franco e Jaime Moniz (1895-1909) vai constituir, após a de Paços Manuel, como que a segunda criação do ensino liceal(10).

É no quadro da reorganização liceal e estabilidade decorrente desta reforma, que novamente um governo progressista vai retomar o projecto do ensino secundário feminino, com Eduardo José Coelho (1905-1918). Em 1906 o Estado passa então da iniciativa legal à institucional organizando o primeiro liceu feminino português, o Liceu Maria Pia em Lisboa.

Mais do que a criação de uma instituição original, tratou-se da apropriação por parte do Governo, com intuitos de exemplaridade neste campo, da antiga escola Maria Pia (1870), pertença da Câmara Municipal de Lisboa e criada a partir da junção de vários recolhimentos femininos da capital. Destinada de início a raparigas pobres, estas, para além da instrução primária elementar e complementar, educação física e educação moral, obtinham formação profissional, nomeadamente telegrafia e tipografia. No dizer de Pedro José da Cunha, estes cursos na prática não tinham qualquer procura, sendo a Escola Maria Pia, mais um estabelecimento de ensino secundário, ministrando-se nele quase todas as disciplinas que constituíam o curso dos liceus (11).

Considerandos vários se articulam no preâmbulo da lei de 31 de Janeiro de 1906, respeitantes às finalidades, conteúdo e forma de que se deve revestir a educação secundária da mulher, acentuando ser a mesma

justificável, pelo aumento progressivo das alunas quer internas da Escola Maria Pia, quer como externas, nos liceus masculinos. Manifestava-se assim uma procura que teria já determinado uma feição mais liceal à Escola Maria Pia, uma aspiração, a que o Governo só tinha que dar satisfação.

A implantação do ensino secundário feminino em Portugal, faz-se à semelhança do que no final do séc. XIX se passava na Europa e Estados Unidos; realidade de que dão conta quer Caiel (Alice Pestana) a quem o Partido Progressista incumbiu de uma viagem de estudo ao estrangeiro, tendo visitado escolas na Suíça, França e Inglaterra, quer Borges Graíña e ainda Pedro José da Cunha nas obras citadas.

Por todo o lado, assiste-se então, à criação de escolas secundárias, que não liceus, para raparigas, e se em todas a participação do ensino da ciência doméstica está presente, cursos profissionalizantes na área da escrituração e comércio, de línguas estrangeiras e trabalhos de mão aplicados ao mundo industrial também fazem parte do curriculum. Adivinha-se uma dupla orientação das escolas europeias e americanas presente também em Portugal: uma relativa aos efeitos das preocupações sanitárias e higiénicas desenvolvidas a partir de meados do séc. XIX e que se vêm a traduzir numa "pasteurização" das práticas da vida doméstica: alimentação, peuricultura, arranjo do lar, etc dotando a função doméstica de uma racionalidade, científica e uma preocupação profissionalizante, potenciada pelo diploma escolar, geral ou aplicado ao mundo comercial e industrial, indiciando transformações na condição feminina de certos sectores urbanos, que viriam a tornar-se mais claras aquando da 1ª Guerra Mundial.

O carácter secundário de uma educação deste tipo, advém-lhe do facto de não se confinar ao ensino primário elementar, mas de constituir um corpo de saber e uma habilitação de segunda ordem, destinada às funções do estado adulto, o que para o caso português se vai tornar complexo quando para o efeito é adoptada a forma liceal, por natureza antiprofissional.

É legítimo então interrogarmo-nos se, o facto da educação secundária feminina ter tomado a forma liceal em Portugal (e até em França) foi um desejo consciente, ou se pelo contrário não foi uma condição inevitável decorrente da intromissão estatal neste campo, do que virão a resultar efeitos liceais mais ou menos desejados. A nível social, um certo tipo de clientela e de aspirações, a nível curricular, o abandono da referência profissionalizante estrita e o reforço da sua componente formativa e académica.

Nada sabemos sobre as mediações que levaram à manifestação de um carácter mais liceal à escola Maria Pia, inicialmente destinada a raparigas pobres. Com a sua formação escolar básica e profissional, apresenta o mesmo perfil das escolas secundárias femininas belgas, francesas e suíças, e que o Liceu feminino em parte vai manter, abdicando no curriculum da formação profissional expressa, mas não da intenção mais ou menos expressa de dar utilidade social e profissional à formação recebida para um certo tipo de raparigas.

O facto da forma adoptada pelo Estado, para o ministrar de uma educação secundária às raparigas, ter sido o Liceu, vai determinar neste uma adequação das suas funções gerais, ao caso feminino. Por seu lado, esta formulação "feminina" das funções do ensino liceal vai acompanhar todas as alterações que os momentos sócio-políticos imprimiram ao sistema educativo e que surpreendemos até aos anos 40.

"A mulher ou se casa ou vive à sombra da protecção e do trabalho do homem que lhe deu o seu nome; ou fica solteira e deve ganhar a vida nobre e dignamente pelo seu trabalho se não tiver meios de fortuna, e, nestas circunstâncias, mesmo no estado de casada ou de viuvez, necessita às vezes de trabalhar para aumentar os lucros insuficientes do marido ou para criar a amparar os filhos na falta deste.

No primeiro caso é de toda a necessidade que a mulher conheça perfeitamente tudo o que se relaciona com os arranjos da vida doméstica, com a alimentação, o vestuário, a mobília, o asseio e a elegância da habitação, e ao mesmo tempo tenha uma razoável instrução para poder compreender o marido e acompanhar-lhe ou até elevar-lhe os rendimentos para servir de mestra e guia na primeira educação dos filhos.

Nos outros casos, não deixando de ser necessários aqueles conhecimentos, outros ainda se impõem em força, são aqueles que forneçam a essas mulheres meios de executar os diversos ofícios e trabalhos artísticos ou profissionais mais compatíveis com a vida feminina, como são: o professorado, o comércio, a escrituração, a costura, os bordados, as rendas, a confecção de vestidos, de chapéus, etc, a pintura, os labores artísticos em ouro, prata, madeira, couro, porcelana, etc etc, com que hoje uma grande quantidade de mulheres consegue viver por si mesmas com independência e dignidade". (12)

Gratuito (em 1906), frequentado por alunas em regime de externato, o plano de estudos do liceu feminino, a nível do curso geral, único ministrado, diferia um pouco do previsto para os liceus masculinos, no que respeita à carga horária das disciplinas comuns, as liceais propriamente ditas. O Latim, sendo facultativo (13) aparece tal como para o Liceu masculino, no 2º ciclo do curso geral e com a mesma atribuição de tempo. Para a frequência do curso complementar continua a ser autorizada a matrícula nos liceus masculinos.

Contudo, sendo feminino, o Liceu contempla ainda uma outra missão com tradução curricular nas chamadas disciplinas privativas, que

habilitam a mulher, de uma forma esclarecida, para o desempenho da sua função doméstica. Também neste campo é à inteligência que a formação se dirige. A nova mulher reabilitada pela escola, é aquela cuja inteligência, a educação dignifica, mas sempre, a esposa e a mãe, e não as latinistas e preciosas ridículas cujo espectro paira ainda na mente ocidental.

"Nas disciplinas privativas do estabelecimento, entram como das mais importantes, as que dizem respeito ao ensino da economia doméstica, da higiene e da culinária. A educação doméstica é o complemento indispensável da instrução geral da mulher... A higiene, capital para as donas de casa, para as mães de família..., a culinária...deve ser estudada paralelamente com a química, com a higiene, com a fisiologia, pois que aquela arte de todas as ciências carece para a sua execução... a ciência doméstica constitui por si só uma maravilhosa síntese científica.

A moral, as noções de direito usual, a pedagogia, a música, têm necessário cabimento entre as disciplinas professadas no liceu. Sem elas não se poderá completar a educação de uma mãe de família" (14).

Eis o verdadeiro sentido da educação secundária feminina, cuja ignorância lamentava Borges Grainha.

A instrução secundária da mulher, faz-se agora de forma científica, positiva, para um desempenho esclarecido da sua missão. Não se educa para o lar de onde nunca saiu, mas para um lar de outro tipo e socialmente identificado...

" A instrução secundária é propriamente, a instrução da classe média da sociedade, essencialmente operadora e pensante.. destina-se no caso feminino... às filhas, às irmãs, às futuras esposas dos médicos, dos advogados dos engenheiros,

dos burocratas, dos altos comerciantes... da parte mais válida da nação, enfim...".(15)

O Liceu destina-se no seu projecto às camadas burguesas urbanas (pequena e média burguesia) que contrariamente às camadas trabalhadoras, rurais e operárias, estão disponíveis do trabalho manual para fazer render talentos intelectuais. Não é por acaso que o diploma regulamentar de 1888 afirmava a não gratuitidade deste nível de ensino, na senda do princípio conservador da correspondência entre o nível social e o nível educativo (16).

"Destinada a difundir conhecimentos gerais das Ciências e das Letras, (a educação secundária) constituindo uma habilitação para a vida social e para algumas carreiras profissionais, é por isso mesmo restrita e pouco acessível às classes da população que precisam de tempo para outras ocupações, e que seriam deslocadas, senão prejudicadas, facultado-se-lhes gratuitamente os estudos de que se trata" (17).

Desta forma, a educação liceal assegura a persistência da diversidade social, é a sua tradução em termos educativos. O liceu, expressão escolar de uma fase mais complexa da divisão social do trabalho, age, globalmente, até pela sua diversificação interna em Letras e Ciências, de uma forma integradora, tornando esclarecida e solidária a diferenciação necessária. Para o caso feminino, digamos que participa de uma fase mais complexa da divisão sexual do trabalho familiar, esclarece pelo novo saber científico, e faz elevar o nível das esposas e mães dos indivíduos que pela sua condição social o requerem.

Sobrepõem-se assim para o caso liceal feminino, duas correspondências que o dotam de algumas ambiguidades: a da classe social e a do sexo, senão vejamos: a fórmula escolar secundária disponível quando pensamos em termos do Estado, é o Liceu, que geneticamente é uma instituição masculina. É esta fórmula que, adaptada ao sexo feminino, vai

suscitar reacções, pois desta forma, ao sair da domesticidade materna ou da privacidade do colégio, a educação liceal feminina, põe, involuntariamente, em causa o papel da mulher, na família, na maternidade, em suma, a organização da família a partir da divisão do trabalho. Sem o desejar o Liceu vai criar condições (sobretudo pela certificação escolar) para o destacamento da mulher burguesa de célula familiar. Ao lugar que a tornava invisível é agora dada uma grande visibilidade não só teórica e sociológica mas também física, dado que ao funcionar em regime de externato, condição sempre referida nos textos legais iniciais<sup>(18)</sup>, o liceu obrigava ao deslocamento diário da sua casa, centenas de raparigas. Por outro lado, sendo gratuito e em regime de externato, como foi referido, apresenta-se com as condições que historicamente caracterizam as instituições escolares para as classes pobres, nomeadamente para as raparigas. As ordens religiosas que no séc. XIX se constituem para a educação feminina, não raro, iniciavam a sua actividade abrindo escolas caritativas para as crianças das classes populares, que em regime de externato, asseguravam a sua frequência simultaneamente com o trabalho, educando simultaneamente em regime de internato, as filhas das classes superiores, que assim permaneciam resguardadas do mundo. Desta forma, vai tornar-se contraditória a vocação liceal com a sua prática, tomando-se desclassificatória a sua frequência, o que permitirá a sua apropriação pelos sectores mais modestos das cidades.

"Os liceus femininos que o Governo cria, organiza e administra à semelhança dos masculinos, poderão povoar-se de raparigas de famílias pobres, das classes operárias ou da mais pequena burguesia, sobretudo se a matrícula for gratuita ou muito módica. A clientela burguesa mais elevada, a das *melhores famílias*, como é uso dizer-se, isto é: aquela que ao Estado democrático mais convém neste momento atrair para uma educação moderna, e laica que ele orienta e vigia de alto - é inútil

contar com ela, porque fatalmente preferirá tudo à contingência de entregar as filhas a educadores que não escolheu e em que, por bom instinto não confia"(19)

Esta desclassificação acentua-se, quando o Liceu detém numa fase inicial, o monopólio da realização deste ciclo de estudos, situação com que deparamos na sua implantação dada a expulsão das ordens religiosas a quem estava confiado o ensino particular. Por outro lado, quando coexistem as duas formas, a pública e a privada, as escolhas também são de molde a configurar campos sócio-educativos distintos, como se constata para a década de 30.

Não só a certificação escolar permite o acesso ao mercado de trabalho, e este à independência económica, afectiva, etc, como a focalização nas disciplinas privativas, põe em causa, o conteúdo da educação familiar e colegial, ao evidenciar o carácter acientífico e metafísico, imbuído de ignorância e superstição. O Liceu, dotando as mulheres, embora também para as funções tradicionais, fá-lo através de uma capacidade positiva, apelando agora para a sua inteligência, visto que é da racionalização da vida doméstica que se trata, dando-lhe desta forma um cunho científico .

Este projecto educativo para a mulher ocorre, para a sociedade portuguesa, bem como ocorreu para a sociedade francesa numa fase de mudança de regime. É na passagem da sociedade monárquica católica e tradicional para a republicana, civil e laica, que ele se define, expressando claramente

"o papel que as mulheres desempenham em sociedade, da influência que elas aí exercem por intermédio dos esposos e dos filhos de quem são as primeiras educadoras".(20)

Educada fora do mundo, a mulher é um baluarte da tradição e do conservadorismo, desta forma é nociva à família, porque gera desentendimento no casal e incita os filhos à ignorância e à superstição. O



homem, educado no século participa do saber, é um ser culto, positivo e agente do progresso, a mulher, ser metafísico, pré-científico é vítima da ignorância intelectual a que foi votada a sua educação. Pela educação será então reabilitada. Pela educação liceal transitará da mão da Igreja para a mão do Estado. Socializando a mulher, este, opera a laicização da sociedade pela base. Desta forma se realça o lugar estratégico que a mulher ocupa na estrutura social.

Assim, é no plano da instrução necessária e da educação feminina propriamente dita, que é feita a crítica da educação conventual, colegial e doméstica, as únicas à data disponíveis, para a educação secundária de meninas, a par do recurso a mestras estrangeiras, então em voga e não menos criticado (21)

Os colégios de freiras "são geralmente muito caros, e, além de não ministrarem a instrução sólida e verdadeiramente prática e utilizável, têm o grave defeito próprio desses institutos que é o de esfriarem e às vezes transformarem nas educandas o verdadeiro espírito da família e do lar doméstico, incutindo-lhes no cérebro erros sociais e religiosos... demais, as freiras fogem o mais possível de mandar as suas discípulas a exames oficiais.

Os colégios particulares, dirigidos por senhoras seculares, fornecem uma educação tão superficial como os das freiras, limitando-se comumente a uma instrução primária de pouco valor sólido e útil, ao ensino do francês e de algumas prendas femininas"(22).

A instituição que melhor garante então, pelo seu conteúdo escolar e educacional esclarecido e pela sua prática secular, uma adequada e moderna formação feminina é o Liceu, que ao mesmo tempo, ao não dispôr no seu curriculum para o sexo femenino do curso complementar, recoloca a mulher no seu lugar tradicional, nas funções sociais, podíamos dizer,

intermédias da reprodução e da socialização. Como vimos, o espectro das preciosas está sempre presente, seres perniciosos e inúteis porque, recusando a sua natureza, são socialmente improdutivos. Ora o Liceu, que pela sua própria natureza contém possibilidades de desregulação neste campo, agente possível de efeitos anómicos, ao ser aplicado ao sexo feminino, aumenta a sua dimensão educativa e contém-se na sua vocação escolar, permanecendo a nível do curso geral. Pela sua própria natureza, a instrução superior, corolário deste, deve ser reservada aos mais talentosos e é tendo em conta esse pressuposto que a sua partilha deve ser dada à mulher.

Por esta razão o curso complementar continua a ser realizado nos liceus masculinos, nas condições e quando a natureza se suplanta a si mesma. "O génio quando for águia - e abriga-se também às vezes nos cérebros feminis - há-de voar altivo e alteroso a defrontar com o sol da glória por mais peias que lhe queiram pôr".<sup>(23)</sup> Quando o talento e o génio são tamanhos que elevam a mulher acima do destino inscrito na sua condição biológica, é legítimo que se lhe atribuam outras funções que não as sacrossantas da família. Está assim a mulher duplamente encerrada num naturalismo biológico. É também do domínio da natureza, (o talento e o génio que com força imanente em si actuam em qualquer condição), o factor que lhe permite suplantar a sua função social biologicamente determinada.

Ao adoptar uma postura educativa, o liceu reproduz o pensamento positivista do século XIX sobre a mulher, vendo nela uma natureza complementar ao homem, dessa forma devendo ser educada. Por outro lado, e pela instrução que contém, ministrada nas condições referidas, o liceu constitui um espaço de mudança de condição, sobretudo para as raparigas da pequena burguesia urbana, que vêm na sua frequência a possibilidade de uma vida académica ou o acesso a um mercado de trabalho mais qualificado. O Liceu feminino, pela duplicidade dos seus objectivos torna-se assim palco de investimentos diferenciados e nem sempre concordantes, se pensarmos em termos do Estado e dos grupos sociais.

Mas as ciências domésticas não esgotam o saber de uma mãe e de uma esposa, esta como ser social participa ainda do saber mais geral, disponível num dado momento social e apanágio digamos da cultura média de uma sociedade, aquela em que se move a classe social a que pertence.

Assim,..."a principal missão do liceu é criar mulheres instruídas e ilustradas suficientemente para poderem sem humilhação do seu próprio espírito comparecer na sociedade culta, conviver com as pessoas ilustradas, ensinar os seus filhos, fazer a escrituração da sua casa ou a do comércio dos seus, compreender os livros e a conversação dos principais idiomas da Europa, sobre a posse de prendas próprias do sexo ou labores delicados, que ou são recurso da modesta e honrada indústria para o granjeio da vida ou recreio agradável para horas feriadadas e entretenimento de ócios"(24).

Para além da cultura, a posse deste saber confere também habilitação para um desempenho social exterior ao mundo doméstico, livrando a mulher do "triângulo fatal: casamento, ociosidade ou prostituição".

Com efeito a posse de instrução liceal cria condições à mulher para se tornar socialmente equivalente ao homem, permitindo-lhe viver na sua ausência; libertando-a quer da dependência a que o casamento a obrigava, quer das demais dependências e humilhações que o celibato e a viuvez impunham. A estas mulheres se dirige expressamente a educação liceal e na sua dupla vertente escolar e educacional: o diploma liceal, habilita com preferência ao exercício do Magistério primário normal, oficial e particular, e ao desempenho de cargos nos liceus femininos, a vertente educacional particularmente para as alunas sem grandes aptidões intelectuais, habilita ao ensino e actividade industrial no campo dos chamados labores femininos, certificados escolarmente através de provas de exame(25).

A componente feminina dota o Liceu de género, e desta forma é o lugar estratégico a partir do qual se opera a redefinição educativa do passado no presente, actualizando-o, e em que se opera também a credibilidade educativa do Estado neste campo crítico da educação da mulher. O Liceu, no seu curriculum, potencia a modernidade e neutraliza-a, utiliza o modelo escolar ao serviço de um projecto educativo não académico nos seus efeitos sociais desejados. É sintomática a viragem face às disciplinas de trabalhos femininos, objecto de prova de exame - dotados de seriedade académica - não entra a sua nota na média final. Cumprido o ritual simbólico, cessa a sua função. É o liceu que se impõe(26).

Ao ser criado, o liceu estatal feminino, cria o seu próprio campo profissional e educativo, o que virá a traduzir-se na feminização crescente do seu corpo docente e auxiliar tornada progressivamente obrigatória pelos diplomas legislativos(27). Se por um lado, resulta de um efeito de demarcação atribuída na base do preconceito naturalista e social da função doméstica da mulher, por outro lado, ao manter condições de paralelismo com a instituição masculina, vai permitir às mulheres, participar em todos os escalões que a organização liceal comportava da docência à direcção. O mesmo se passa em todas as formações académicas exclusivamente femininas, permitindo assim à mulher elevar-se da "apetencia" para o desempenho da função docente para as crianças, obrigando ao reconhecimento da sua valia para as demais idades e funções sociais.

Com a feminização do liceu, assistimos assim ao desenrolar de um processo de produção de novas categorias sociais pela transformação de estruturas pré-existentes. O liceu, ao ser instrumentalizado, digamos assim, no quadro de um processo de reprodução do feminino, acciona um processo de produção de um campo novo, dando lugar, não só à emergência de uma nova configuração sócio-cultural de certas categorias sociais, como vão ser entre outras, as professoras e o seu cortejo de tipos femininos, (28) bem como

à emergência de estratégias e investimentos diversificados por parte dos agentes sociais.

Como temos vindo a constatar, o Liceu, enquanto modelo de ensino secundário, parece ter sido o único disponível, por parte do Estado, ao implementar o liceu feminino, na senda da sua tradição de acção secularizadora do ensino desde o tempo de Pombal, ao enquadrar a segunda educação, aquela que ministrada na juventude, precede o desempenho da vida adulta. É esta intromissão no campo feminino que surpreendemos, aparecendo-nos o liceu, quando dotado de género, com um carácter híbrido, ambíguo, sendo e não sendo liceu, onde as carreiras profissionais e domésticas se misturam. Esta ambiguidade traduzida estatutariamente, vai ter os seus pontos altos em alguns momentos da história social e educativa portuguesa, por outro lado, vai determinar escolhas e estratégias por parte dos actores sociais para quem talvez a ambiguidade não fosse tão evidente, vendo no liceu mais a instituição escolar promocional, do que a educativa.

"Se, em 1908, a população liceal feminina é ainda só 9,5% da população liceal global, em 1910 já representa 11,2% e, em 1916, chega a representar 25,2%. Depois de 1916, com a diminuição geral da frequência do ensino secundário, provocada pela instabilidade política, pela guerra e pela crise económica e financeira, o número de raparigas que estudam nos liceus desce ligeiramente. Elas constituem apenas 24,2% de todos os alunos matriculados, em 1920, e 24%, em 1926. Apesar desta baixa, no entanto, a partir de 1916 (passados uns escassos dez anos sobre a "oficialização" do antigo colégio Maria Pia) e até 1930, à volta de um quarto dos estudantes dos cursos liceais é formado por raparigas.

Deste modo, os progressos da frequência da instrução secundária pública entre 1896 e 1926 beneficiaram fundamentalmente a população escolar feminina".(29)

Assim, parece ser uma pressão demográfica de tendência "liceal", constante desde a criação do liceu feminino, que vai estar na origem da afectação, em 1914, de secções femininas aos liceus do Porto e de Coimbra, como dá conta o Decreto nº 1.055 de 18 de Novembro. Contudo, esta "aptência" pelo liceu parece ser também resultado da transferência do ensino particular e doméstico para o estatal, consequência da "moralização" introduzida no ensino secundário pela reforma de João Franco e Jaime Moniz (30). Por outro lado, o sector privado, sobretudo religioso, vive uma fase difícil de implantação dado o laicismo recente da sociedade portuguesa, o que afecta muito particularmente a educação feminina. (31)

Em Junho de 1918, o Decreto 4.650 reorganiza a instrução secundária e transforma as secções femininas em Liceus do Porto e Coimbra, estabelecimentos independentes, com curso geral e permitia ao Liceu Maria Pia ministrar o Curso Complementar de Letras e Ciências. Em Julho do mesmo ano o Decreto 5.597 extingue os cursos especiais de educação feminina criados em 1915 (32) e que funcionavam anexos aos Liceus de Lisboa e Porto, em virtude da decadência acentuada da sua frequência e da sobreposição do curriculum liceal face a formação ministrada. Finalmente, ainda em 1918, o Dec. 4.691 de 11 de Novembro regulamenta o ensino secundário liceal feminino. Este diploma precisa no § 1º do Artigo 1º que os objectivos da instrução secundária feminina, quando ministrada nos liceus, são os consignados a respeito da instrução secundária masculina, de molde que no § 2º estipula que, nas localidades em que não existam liceus femininos, as alunas continuam frequentando liceus masculinos. Sendo o plano de estudos do liceu feminino, na totalidade similar ao do liceu masculino, prevêem-se escolas próprias para "preparar a mulher para a vida

do lar, de educadora dos filhos e para todas as situações que não impliquem competências com o homem".(33)

Mais uma vez parece detectar-se uma certa conflitualidade neste campo, entre a escolaridade liceal e a educação doméstica, na tentativa de destacar a função educativa liceal propriamente dita. Entretanto vai sendo o liceu quem preenche a dupla tarefa. É no curso geral (cinco anos iniciais) o mais difundido e o de frequência básica, que as disciplinas privativas se ministravam, sendo aí que a prova de trabalhos é objecto de exame aquando do terminar do curso geral. É neste curso geral que se define a essência do ensino liceal feminino, é onde este apresenta toda a sua originalidade educativa e instrutiva, sendo assim é o mais reforçado de intencionalidade, quer a nível do Estado quer a nível dos agentes sociais interessados, dado que o curso complementar dos liceus, pela sua própria natureza habilita ao ingresso no Ensino Superior, objectivo que foge assim ao destino geral e mais comum para as raparigas e suas famílias; mas não só, o próprio Estado, ao longo do tempo, vai agir não permitindo liceus Nacionais Centrais senão nas capitais dos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Lisboa, Porto, Santarém, V. Real e Viseu.(34)

A esta altura os liceus femininos do Porto e de Lisboa eram já Nacionais Centrais ou seja, ministravam o curso geral e o curso complementar de Ciências e Letras.

No que respeita à frequência do Liceu do Porto, no primeiro ano de funcionamento matricularam-se 159 alunas no 1º ano, constituindo-se cinco turmas. Este número será ultrapassado nos dois anos seguintes, respectivamente com 219 e 187 alunas. No período que vai da sua criação - ano lectivo de 1915-1916 à década em estudo, anos 30, matricularam-se em média por ano, no 1º ano, no liceu 116.6 alunas(35). Inicialmente designado Liceu de Castilho, em 1918 adopta o nome de Sampaio Bruno, vindo em 1926 a ser nomeado de Carolina Michaëlis, designação que mantém(36).

O Liceu Feminino. Dois aspectos de uma Exposição Escolar



Gravura nº 5

Fonte: Anuário do Liceu de Amália Vaz de Carvalho em Lisboa (1929-30),  
Lisboa, Imprensa Nacional, 1931.



Com os anos 20 parece dar-se uma atenuação estatutária no campo liceal feminino, vindo os diplomas legais a afirmar sobretudo a componente assexuada dos liceus, (masculinos portanto), remetendo para disposições facultativas, nos liceus femininos, as outras actividades curriculares.

O Regulamento da Instrução Secundária, Dec. 7.558 de 18 de Junho de 1921, que introduz alterações ao anterior de 1918, no artº 14 refere que, sem prejuízo do aproveitamento escolar, podem os conselhos escolares organizar cursos facultativos como elementos mais úteis aos indivíduos do sexo a que são ministrados. Estes cursos: Rendas, Bordados a Arte Aplicada, Música e Higiene, dependem para a sua concretização do concurso das professoras respectivas, ficando portanto estas circunscritas em princípio às aulas curriculares de música e trabalhos manuais, disciplinas aliás constantes do curriculum liceal masculino, adaptadas segundo um e outro género. Este regulamento, para além da feminização do Corpo docente liceal, (artº 268), salienta uma tónica feminizante no artº 63, relativa à exigência de participação das faltas nos liceus, ao postular a sua obrigatoriedade para as alunas nos liceus femininos.

Quanto à sua população, coexistem assim liceus femininos (corpo docente, discente e funcionários) com liceus masculinos nas mesmas circunstâncias e liceus em regime de coeducação. É nos primeiros e nas disposições legais específicas que os regulamentam, que se capta um projecto que nunca ganhou foros de efectividade, parecendo-nos que foi o liceu que vingou, enquanto estrutura de ensino tornada assexuada nas suas exigências curriculares e nas suas finalidades: a promoção de uma cultura geral e habilitação para cursos superiores(37).

É nos anos 30, no consubstanciar da política educativa do Estado Novo, que se retomam as preocupações "feminizantes" que deparamos para o final do século XIX e início do século XX. Precisamente em 1935 com a Lei nº 1.904. Na sua Base III pode ler-se que deve regular-se de forma especial a

educação feminina. A Base VIII precisa que nos cursos complementares devem existir sessões de formação cultural feminina, onde a par da intensificação do estudo da língua pátria, das línguas vivas, da higiene, da puericultura e da prática de trabalhos femininos, se ministrem também conhecimentos de economia social, doméstica e de enfermagem.

Em 1936, pelo Dec. nº 28.262 de 8 de dezembro é criada a Mocidade Portuguesa Feminina, dependente da Obra das Mães para Educação Nacional, que tem a seu cargo a concretização do projecto enunciado, e na mesma linha, o diploma nº 27.084 do mesmo ano, a Reforma do Ensino Secundário, no preâmbulo, retoma o projecto inicial dos liceus femininos onde pode ler-se: "às alunas que não se destinem aos cursos superiores será ministrado um curso de educação familiar, premente necessidade de uma época em que tantos males poderão ser evitados pela habilitação das mães e pelo prestígio do lar".

Neste diploma referem-se também as turmas femininas dos liceus mistos, que pela primeira vez são contempladas na sua especificidade. O objecto de regulamentação são os trabalhos femininos.

Não conseguimos avaliar a distância que medeia entre os propósitos dos termos legais e a sua apropriação na prática quotidiana dos liceus, dos seus efeitos reais num projecto de reeducação das mulheres para o lar e para a nação. No caso feminino, essa distância deveria tomar em particular cuidado as disciplinas "ménageres", a importância que lhe era atribuída no liceu pelos diferentes corpos que o compunham, o ambiente em que decorriam etc., visto ser em função do seu valor educativo que se desarticula o Liceu como instituição escolar. Natália Nunes, refere que a Moral e Religião, Higiene e Puericultura, Trabalhos e Trabalhos Manuais, Canto Coral e Ginástica, a par da Organização Política e Administrativa da Nação, eram disciplinas "geralmente consideradas então de importância secundária tanto pelos docentes como pelos discentes".(38) Não necessitando de estudo nem sendo valorizadas academicamente, apresentavam um carácter algo absurdo

na seriedade educativa de que eram dotadas, dado ser claro para toda a gente, que não era em seu redor que o Liceu se definia. Mais uma vez, o liceu permite o formular de aspirações não "necessariamente integradoras.

"...A grande maioria das raparigas não integram o sistema escolar, e as que o integram formaram necessariamente uma *élite*, dificilmente catequizável, e por isso nem sempre dócil, obdiente e acrítica".(39)

Retoma-se assim a ambiguidade inicial, sendo feminino não deixa o liceu de ser liceu. Da mesma forma que para o legislador representa um ideal de vida e cultura esclarecida, mas desinteressada, para as raparigas não dotadas com meios de fortuna, representa uma oportunidade de acederem a uma situação de independência segura. Umas seguirão estudos, outras irão trabalhar. Para aquelas que buscam nele uma formação terminal há que neutralizar o saber adquirido dotando-o de género. Cumpre-se assim, subordinada agora à família e à nação a vocação formativa que o séc. XIX tinha erigido também para a mulher.

## Notas de leitura

- (1) M. Borges Grainha, *A Instrução Secundária de ambos os sexos no Estrangeiro e em Portugal*, Lisboa, Tipografia Universal, 1905, pp. 320 (sublinhado nosso).
- (2) Manuel de Arriaga teria exclamado a propósito da reforma da lei do ensino secundário de 80 "se todos os liceus do país se encontram no estado de Lisboa, não serei eu quem aconselhe jamais os chefes de família a mandarem ali os seus filhos". Citado por Agostinho de Campos, *Educar na Família, na Escola, na Vida*, (1919), Lisboa, Livraria Aillaud & Bestrand, 1919, pp. 112.
- (3) Veja-se Aúrea Adão, "A história do ensino secundário liceal português: balanço da investigação realizada nas últimas décadas", in *1º Encontro de História da Educação em Portugal*, "Comunicações", Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 97-114.
- (4) Fraçoise Mayeur, *L'enseignement secondaire des jeunes filles sous la troisième République*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977.
- (5) Elzira Machado Rosa, Bernardino Machado, *Alice Pestana e a educação da mulher nos fins do século XIX*, Lisboa, Cadernos Condições Feminina, nº 27, 1989.
- (6) *ibidem*, pp. 12.
- (7) Veja-se o artigo 13º da Carta de Lei de 9 de Agosto de 1888.

(8) José Dias Ferreira, citado por M. Borges Grainha, na obra citada pp. 321.

(9) Vasco Pulido Valente, *O Estado Liberal e o Ensino. Os Liceus Portugueses (1834-1930)*, Lisboa, GIS, 1973, pp. 56.

(10) *ibidem*, pp. 64.

(11) Pedro José da Cunha, "O Ensino Secundário do sexo feminino em Portugal". (Apontamentos para a sua história), Lisboa, Sociedade de Estudos Pedagógicos, 1916.

No Preâmbulo da Lei de 31 de Janeiro de 1906 encontramos referência ao facto de os cursos profissionalizantes da Escola Maria Pia não obterem qualquer adesão contrariamente às matérias que constituíam o Curso dos liceus, bem como as relacionadas com a educação doméstica.

(12) M. Borges Grainha, *op. cit.* pp. 304-305.

(13) Mais uma vez o lugar estratégico do Latim apontado por Goblot. Para além de barreira e nível, desempenha aqui, para o contingente geral das alunas, uma função de inibição académica inibidora de outras funções, papel desempenhado noutros casos pela Geometria. Ver: Guacira Lopes Cardoso, "Prendas e Anti-Prendas educando a Mulher Gaúcha" in *Educação e Realidade*, Porto Alegre, vol. 11, nº 2, Julho-Dezembro, 1986 pp. 25-56.

(14) Preâmbulo. Lei de 31 de Janeiro de 1906.

(15) Caiel, *O que deve ser a Instrução Secundária da Mulher?* Lisboa, Typografia e Estereotipia Moderna, 1892, pp. 9.

- (16) À semelhança do que vimos ser a intencionalidade estatal após o golpe militar de 1926.
- (17) Disposições legislativas respeitantes às recomendações às autoridades de Lisboa, Porto e Coimbra para a criação dos Institutos Secundários da Educação Feminina de 10 de Março de 1890.
- (18) Os textos legais de 1888 e de 1890, referem o regime de internato como solução acessória, a instituir após requerimento dos fundadores (Corporações) e mediante a aprovação do governo. Veja-se por ex. o artº 14 § único e o diploma de 1888 e pág. 99 do diploma de 1890.
- (19) Agostinho de Campos, *Educar, na Família, na Escola, na Vida*, Lisboa, Livraria Aillaud & Bertrand, 1919, pp. 102.
- (20) Françoise Mayeur, op. cit. pp. 1.
- (21) Em Cael e em Borges Grainha, encontramos críticas à moda então em vigor da contratação de professoras estrangeiras "Está infelizmente muito generalizada a ideia de que a mãe educadora... é uma criação fantasista, própria a dar colorido aos livros de pedagogistas", Cael, op. cit, pp. 12.
- (22) M. Borges Grainha, op. cit. pp. 323-324.
- (23) Lei de 31 de Janeiro de 1906. Preâmbulo.
- (24) ibidem
- (25) "Para as mulheres habilitadas com a instrução secundária, pareceu-me justo dar preferência às alunas saídas do Liceu Maria Pia, em igualdade de

circunstâncias aos concursos do magistério primário e normal, outorgar-lhes o exercício do magistério primário particular e dar-lhes preferência nos concursos ao magistério ou no provimento de qualquer emprego do mesmo liceu.

O ensino dos trabalhos manuais é de grande importância no quadro dos estudos do Liceu... [especialmente a costura e labores]... E para que este ensino não possa deixar de se ligar a importância de que ele é credor, determina-se que nos exames do curso haja sempre uma prova de trabalhos manuais, e que o resultado dessa prova entre como factor na apreciação final do exame". Preâmbulo à Lei de 31 de Janeiro de 1906

(26) Veja-se Decreto nº 4.691 (artº 4º § 1º) de 1918.

(27) Veja-se Decreto nº 7.558 (artºs 268, 274, 285, 286) de 1921.

(28) Veja-se Natália Nunes, *Memórias da Escola Antiga*, Lisboa, Didáctica Editora, 1981, pp. 51-53.

(29) Vasco Pulido Valente, op. cit. pp. 104.

(30) *ibidem*, pp. 105.

(31) Catroga, Fernando, "O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). *Análise Social*, vol. XXVI (00), 1º, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1988, pp. 211-273.

(32) Dec. 1.637 de 11 de Junho. A criação deste curso, o seu conteúdo e fins, evidenciam em termos de política educativa uma certa indefinição no que respeita à educação feminina. Não sendo objecto do nosso estudo a criação e implementação do ensino secundário feminino em Portugal, contudo,

todo o articulado deste curso nos leva a crer que não seriam homogêneas as posições neste campo, dado que pela sua estrutura e funcionamento, em anexo aos liceus, este curso libertaria o curso secundário feminino da sua componente "ménégère". Estando destinado a ser um "curso médio" "de utilidade positiva" era como que um liceu invertido, sendo aqui acessórias, as cadeiras teóricas, onde no liceu o eram as domésticas. A existência de cursos como este, libertando dessa formação os liceus femininos vai ser defendida por Maria Luísa P. Soares, professora do ensino liceal feminino, numa comunicação apresentada ao II Congresso Pedagógico do Ensino Secundário Oficial em 1928, pp. 98-106.

(33) Dec. nº 4691 - 11 Nov. de 1918 (artº 1º § 1º). Esta proposta supomos que só teve existência legal e real a partir da criação em 1936 da Mocidade Portuguesa Feminina e da Obra das Mães pela Educação Nacional, tendo funcionado, por exemplo, no Liceu Carolina Michäelis mas sem grande adesão segundo testemunhas da época.

(34) Decreto 15. 938 de 11 de Setembro de 1928.

(35) Fonte: Livro de turmas do Liceu.

(36) Dec. Lei nº 12. 425 de 2 de Outubro.

(37) Maria Luísa P. Soares, na comunicação referida, refere o facto de no Liceu Carolina Michäelis, com 900 alunas, e "a despeito de toda a propoganda...", funcionar um curso de higiene, em regime facultativo, unicamente com uma frequência de uma dúzia de alunas, p. 104.

(38) Natália Nunes, op. cit. pp. 147.



- (39) Maria Belo e outros "O Estado Novo e as Mulheres", in *O Estado Novo das origens no Fim da Autarcia, 1926-1959* . Colóquio sobre o Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959), vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1987, pp. 269.

## CONCLUSÃO

Este trabalho iniciou-se colocando a questão da estratégia no comportamento dos actores sociais, ou melhor partindo do princípio que o seu comportamento é estratégico, dotado de finalidades proporcionadas pelos momentos histórico-sociais e diferentemente segundo as classes sociais.

Foi neste quadro que colocamos o problema da educação feminina e da complexidade que a sua apreensão apresenta, quando estamos perante a formulação de escolhas num nível não obrigatório de ensino, como é o secundário e não profissionalizante, como é o secundário liceal, campo em torno do qual o Estado e Igreja, investem de longa data uma luta pela sua apropriação.

Para o caso feminino, surpreendemos no início do nosso século a emergência da intromissão estatal, posteriormente é a mesma intromissão, sentida a nível do ensino particular, conformando-o ao modelo escolar liceal, o que para os dois momentos históricos vem a revelar a complexidade subjacente à educação feminina e à componente escolar que a anima.

Para o feminino pensamos que é de uma ambiguidade que se trata, não inscrita somente na classe social, (a certificação escolar será sobretudo para os que precisam de trabalhar), mas fortemente ponderada pela questão do género feminino, não profissional, "por natureza", mais educável que instruível.

Ora, é a orientação e reorientação das escolhas neste campo que assistimos, e que a década de 30 permite captar de uma forma privilegiada, dado estarmos perante uma fase de mudança sócio-política e ideológica, com um ensino secundário oficial implantado e num processo de afectação pelo Estado, e um ensino particular propiciado, em reconstituição, o que permite surpreender as "manobras" não só no terreno das classes sociais, como

também a forma como o Estado gere os dois campos, como os afecta aos seus propósitos na produção do modelo social que visa implantar.

O conceito de estratégia apresenta assim um valor operatório pois permite distinguir os grupos sociais pela capacidade que apresentam de tomar ou não a condução do seu próprio destino. Esta capacidade não se faz sentir uniformemente, inscreve-se numa desigual capacidade de formulação e apresenta-se de uma forma dinâmica, ou seja, os objectivos atribuídos são revistos em função dos resultados obtidos, as aspirações são formuladas com realismo e vão-se adequando ao nível obtido.

É este comportamento "esclarecido" que surpreendemos na análise da população do ensino oficial e particular, bem como a incorporação progressiva que foi sendo feita das determinações estatais para o ensino oficial e de como paradoxalmente, o ensino particular, em fase de expansão, foi apropriado por uns de forma qualificada e simultaneamente para outros, vindo a constituir um campo alternativo ao ensino escolar, não só campo alternativo funcional, pela exiguidade da oferta estatal, como campo alternativo estratégico, como via de concretização de aspirações não realizadas no ensino oficial.

Esta constatação permite derrubar assim a dicotomia implícita, e veiculada pelo senso comum, e que articula, por exclusão, estes dois campos educativos, partindo do princípio que o ensino público consubstancia os propósitos laicistas e progressistas que a sua constituição histórica lhe atribui, remetendo-nos portanto para um conceito de totalidade social sem referência às classes sociais, ao passo que o ensino particular, expressão de classe, coexistiria para aqueles que não se confundem com a totalidade referida e que de uma forma quase essencialista apresentam historicamente um conceito de si próprios muito elaborado.

Obviamente a questão do ensino particular, enquanto ensino livre, gera-se por contraposição ao ensino oficial, numa fase de imposição deste e em que a liberdade dos particulares, sobretudo da Igreja Católica, enquanto

agentes educativos são postos em causa, vindo a consubstanciar a oposição, que se identificando ao passado, age como força conservadora, oferecendo resistências a um futuro em princípio progressista. Por outro lado, as condições da sua frequência, pressupondo um projecto educativo, e maiores custos, não o inscrevem na tradição educativa e na capacidade económica da maioria. No entanto, também neste campo, a homogeneidade não é a regra, dado que a liberdade de fundar escolas permite iniciativas não confinados unicamente à Igreja Católica. O movimento sindical, as mutualidades operárias bem como os movimentos filantrópicos estiveram muitas vezes, na história social portuguesa, na origem da criação de instituições educativas.

O ensino particular é assim só por si, num campo muito rico de solicitações intelectuais. Entendido por relação ao ensino oficial e este conjuntamente com aquele permitem uma aproximação muito mais complexa e esclarecedora dos movimentos sociais em torno da apropriação, (produção e reprodução), do sistema educativo.

O exercício do ponto de vista sociológico, articulando assim público e privado no contexto das relações sociais, permite captar com mais clareza a sua natureza, bem como clarificar o papel do Estado. Permite ainda perspectivar o consumo escolar pela base, ou seja, através da perspectiva dos seus utilizadores e dos seus agentes, demarcando-se particularmente a família como lugar educativo, na sua articulação "natural" com as instâncias educativas, ou como corpo organizado através das suas associações. Nesta linha, os anos 70 e 80 do nosso século ganham toda uma importância para a análise sociológica.

Inicialmente focalizamos também a questão da educação feminina na sua articulação com a escolaridade, com as classes sociais e as instituições educativas, e se captamos algumas pistas para a sua identificação, temos consciência de que só um trabalho que tivesse em linha de conta a formulação do problema no masculino, nos permitiria refazer a totalidade

do fenómeno, visto que masculino e feminino são parte de um todo implicando-se mutuamente. Não é no entanto um campo pacífico, articulando-se na base de processos de integração e de exclusão constitui-se com um terreno de investimento de lutas sociais, já que é social a sua definição relativa. A apreensão de como as diferentes classes sociais produzem e gerem esta totalidade, e de como neste processo interagem com as instituições educativas, identificando aqui a dupla natureza dos processos educativos, educação - escolarização, eis também um campo que deixamos em aberto.

Para finalizar gostaríamos de referir ainda como os processos sociais em curso num dado momento histórico, se não reduzem a ortodoxia veiculada pelos emissores das definições sociais, particularmente numa fase de mudança social. Neste sentido, a "imaginação sociológica"<sup>(1)</sup> permite surpreender e captar as "lutas escondidas"<sup>(2)</sup>, as resistências que animam a vida social. Parece-nos ser esse o caso detectado, traduzindo-se numa predisposição das raparigas para o ensino secundário e que o seguimento das suas trajectórias sociais posteriores à frequência liceal e colegial melhor teria ajudado a identificar.

## Notas de leitura

- (1) C. Wright Mills, *A Imaginação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.
- (2) Maria Filomena, Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença, Gabinete de Investigações Sociais, 1978, pp. 11-12.

## BIBLIOGRAFIA

*Actas do I Congresso do Ensino Particular* , Lisboa, 1965, s. ed.

Adão, Áurea - "A história do Ensino Secundário-Liceal Português: balanço da investigação realizada nas últimas décadas". In 1º Encontro de *História da Educação em Portugal* , Comunicações - Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação, 1988, pp. 97-110.

Albuquerque, Luís de - "O Ensino Liceal". In *Dicionário de História de Portugal* /dir. de Joel Serrão - Lisboa: Iniciativas Editoriais, vol. II, pp. 45-47.

Almeida, Ana Nunes, *Comportamentos Demográficos e Estratégias Familiares* , Lisboa, ICS, Estudos e Documentos nº 10, 1984.

Alvim, Maria Helena Vilas-Boas, "Subsídios para a História da Mulher" In *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais* . Actas do Colóquio, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1985, vol. II, pp. 271-288.

Amaro, Rogério Roque, "Crise económica, Industrialização e Autarcia na Década de Trinta", In *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959* , Actas do Colóquio, Lisboa, Fragmentos, 1987, Vol. I, pp. 233-248.

*Anuário Católico de Portugal* , Lisboa, União Gráfica, 1931.

*Anuário Católico de Portugal* , Lisboa, União Gráfica, 1941.

*Anuário do Colégio de Nª Srª do Rosário* , 1985-1986, Porto, s.d.

*Anuário do Liceu de Maria Amália Vaz de Carvalho* , ano escolar de 1929-30, Lisboa, Imprensa Nacional, 1931.

*Anuário do Liceu de Maria Amália Vaz de Carvalho* , ano escolar de 1931-1932, Lisboa, Imprensa Nacional, 1932.

Ariès, Philippe, *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime* , Lisboa, Relógio de Água, s.d.

Azevedo, Rafael Ávila de, *Tradição Educativa e Renovação Pedagógica (Subsídios para a História da Pedagogia em Portugal - século XIX)* Porto, 1972.

Badinter, Elisabeth, *O Amor Incerto. História do Amor Maternal do séc. XVII ao séc. XX* , Lisboa, Relógio de Água Editores Lda., s.d.

Balandier, Georges, *Anthropo-logiques* , Paris, Puf, 1974.

Ballion, Robert, "L'enseignement Privé, une "École sur mesure"? , *Revue Française de Sociologie*, XXI, 1980, pp. 203-231.

Ballion, Robert, "Le choix du Collège: le Comportement "Éclairé" des Familles", *Revue Française de Sociologie* , 1986, XXVII - 4, pp. 719-734.

Ballion, Robert, *Les Consommateurs d'École, Stratégies Educatives des Familles* , Paris, Stock/Laurence Pernoud, 1982.

Baptista, Luís A. Vicente, "Valores e Imagens da Família em Portugal nos anos 30 - Quadro Normativo" In *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais* . Actas do Colóquio, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1985, vol. I, pp. 191-220.

Barreira, Cecília, "Imagens da Mulher na Literatura Portuguesa Oitocentista, *Análise Social* , Lisboa, Revista do Instituto de C. Sociais, nº 92-93, Vol. XXII, 1983, pp. 521-525.

Barreiro, Abílio, *O Feminismo (principalmente do ponto de vista do ensino secundário)* . Porto, Typographia da Empresa Litteraria e Typographica, 1912.



Bertaux, Daniel, *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*, Lisboa, Moraes Editores, Série Cultura, 1978.

Boiraud, Henry, "A Evolução da Educação Feminina" in *História Mundial da Educação*, org. Jean Vial e Gaston Mialaret, Porto, Res Editora, Biblioteca da Educação, s.d., vol. III, pp. 291-303.

Bonnet, Henry Marc, *Histoire des Ordres Religieux*, Paris, Puf, 1968.

Boserup, Ester, *La Femme face au Développement Économique*, Paris, PUF, Sociologie d'Aujourd'hui, 1985.

Bourdieu, Pierre, *A Economia das Trocas Simbólicas*, S. Paulo, Editora Perspectivas.

Bourdieu, Pierre, Les Heritiers, *Les étudiants et la Culture*, Paris, Les Edit. de Minuit, 1964.

Bourdieu, Pierre, "Les Stratégies Matrimoniales dans le Système de Reproduction" in *Annales Economies Sociétés Civilizations*, nº 4-5 - número especial - Famille et Société, Paris, 1972.

Bourdieu, Pierre, *Questions de Sociologie*, Paris, Les Ed. de Minuit, 1980.

Caiel, *O que Deve Ser a Instrução Secundária da Mulher?* Lisboa, Typographia e Stereotypia Moderna, 1892.

Campos, Agostinho de, *Educar na Família, na Escola, na Vida*. Lisboa, Livraria Aiuland & Bertrand, 1919.

Cardoso, Guacira Lopes, "Prendas e Anti-Prendas, Educando a Mulher Gaúcha" in *Educação e Realidade*, nº 2, Porto Alegre, 1986, vol. II, pp. 25-56.

Carvalho, Maria Amália Vaz, *Cartas a Luísa* (Moral, Educação, Costumes). Porto, Editora Educação Nacional, 1938.

Carvalho, Maria Amália Vaz, *Mulheres e Crianças* (Notas sobre Educação). Porto, Editora Educação Nacional, 1938.

- Carvalho, Rómulo de - "O Ensino Liceal", In *Dicionário de História de Portugal* /dir. de Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, [196], vol. II, pp. 47-48.
- Carvalho, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar - Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- Cascão, Rui, "Família e Divórcio na Primeira República", In *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais*. Actas do Colóquio, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1985, vol. I, pp. 154-170.
- Castro, Augusto de, *Sexo 33 ou a Revolução da Mulher*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933.
- Catroga, Fernando, "A Importância do Positivismo na Consolidação da Ideologia Republicana em Portugal", In *Biblos* L III, 1977, pp. 285-327.
- Catroga, Fernando, "A Laicização do Casamento e o Feminismo Republicano" in *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais*. Actas do Colóquio, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1985, vol. I, pp. 135-152.
- Catroga, Fernando, "O Laicismo e a Questão Religiosa em Portugal (1865-1911)" *Análise Social*, Lisboa, *Revista do Instituto de Ciências Sociais*, 100, 1988, vol. XXIV, pp. 211-273.
- Cerejeira, Dr. Gonçalves, "Da Influência do Cristianismo na Reabilitação da Mulher", *Estudos*, ano I nºs 6,7,8,9, Coimbra, 1922, pp. 161-167, 193-198, 225-229, 256-260.
- Cinquentenário do Liceu de Alexandre Herculano - 1906-1956, Porto, Prelúdio, *Jornal dos Alunos do Liceu Alexandre Herculano*, 1956.

- Cipolla, Carlo, M, *Educación y Desarrollo en Occidente* , Barcelona, Ariel, 1970.
- Cogniot, Georges, *Laïcité et Réforme Démocratique de l'Enseignement* . Paris, Editions Sociales, 1974.
- Colégio de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Bonança, *Estatutos da Associação de Pais e Professores das Alunas* , 1971, s.ed.
- Colégio Liverpool, *Estatutos da Associação de Pais, Professores e Alunas* , Porto, s.d.
- Colégio Luso-Francês, *Eco do meu Colégio* , Porto, 1961, s.ed.
- Colégio Luso-Francês, *Projecto de Propaganda* , Porto, 1965, s.ed.
- Conceição, P.<sup>e</sup> Marcelino da, *Bodas de Ouro da Escola Académica do Porto* , 1882-1957, Porto, s.ed.
- Correia, José da Silva, *A Linguagem da Mulher* , Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1935.
- Cortesão, Luíza, *Escola, Sociedade Que Relação?* Porto, Edições Afrontamento, 1982.
- Costa, D. António da, *História da Instrução Popular - desde a fundação da nacionalidade até aos nossos dias* , Lisboa, Imprensa Nacional, 1987.
- Costa, Emília de Sousa, *Ideias Antigas da Mulher Moderna* , Braga, Livraria Cruz Editora, 1923.
- Costa, Fernando Marques da, *A Maçonaria Feminina* , Lisboa, Vega, 1981.
- Cunha, Pedro José da, *A Educação da Mulher* , Lisboa, Sociedade de Estudos Pedagógicos, 1934.
- Cunha, Pedro José da, "Liceus Femininos" in *Revista da Educação Geral e Técnica* , Lisboa, Boletim da Sociedade de Estudos Pedagógicos, Série V, nºs 3 e 4, 1917, pp. 120-149.

Cunha, Pedro José da, "O Ensino Secundário do sexo feminino em Portugal", Lisboa, *Sociedade de Estudos Pedagógicos*, 1916.

Dantas, Júlio, *As Inimigas do Homem*, Lisboa, Portugal, Brasil Tip. 1934.

Descamps, Paul, *Le Portugal, La vie sociale actuelle*, Paris, Firmin-Didot, 1935.

Dinis, Pedro, *Das Ordens Religiosas em Portugal*, Lisboa, 1853.

Durkheim, Émile, *L'Évolution Pédagogique en France*, Paris, Presses Universitaires de France, 1969.

Durkheim, Émile, *Sociologia, Educação e Moral*, Porto, Rés Editora.

Esteves, Rosa, "Imprensa Periódica para Mulheres na 1ª Metade do Séc. XIX, Catarina de Andrade e o Jornal d'Abeille (1836-1840-53)", Lisboa, *Revista do Instituto de C. Sociais*, nº 92-93, Vol. XXII, 1983, pp. 527-545.

Evans, Richard, J., *Las Feministas. Los Movimientos de Emancipación de la Mujer de Europa, América y Australasia*, 1840-1920. Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, S. A., 1980

Fernandes, Rogério, *O Pensamento Pedagógico em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

Ferreira, António Matos, "A Acção Católica. Questões em torno da organização e da autonomia da acção da Igreja Católica", 1933-1958, In *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*, Actas do Colóquio, Lisboa, Fragmentos, 1987, vol. II, pp. 281-302.

Ferreira, Cândida Florinda, *A Mulher Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Ed. da A., 1935.

Ferreira, J. A. Pinto, *Recolhimento de Orfãos de Nª Srª da Esperança (Fundado na cidade do Porto no séc. XVIII)*, Porto, C. M. P. Gabinete de História da Cidade, 1979.

- Ferreira, José Fernando C. F., *Colégio de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Carmo em Penafiel* , Penafiel, Boletim Municipal de Cultura, Separata, 1982.
- Ferreira, Virgínia, "Ciência e Feminismo - Um namoro condenado?" In *A Mulher e o Ensino Superior. A investigação científica e as novas tecnologias em Portugal* , Actas de um Seminário, Lisboa, Comissão da Condição Feminina, 1987, pp. 201-217.
- Floud, Rodwick, *Métodos Quantitativos para Historiadores* , Madrid, Alianza Universal, 1979.
- Frago, António Viñao, *Política y Educación en los Origenes de la España Contemporánea. Examen especial de sus Relaciones con la Enseñanza Secundaria* , Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, S. A., 1982.
- Gal, Roger, *História da Educação* , Lisboa, Editorial Vega, 1979.
- Gencé, Condessa de, *Guia Mundano das Meninas Casadoiras* , Lisboa, Livraria Guimarães, 1927.
- Gomes, Joaquim Ferreira, *A Mulher na Universidade de Coimbra* , Coimbra, Livraia Almedina, 1987.
- Grainha, M. Borges, *Instrução Secundária de Ambos os Sexos no Estrangeiro e em Portugal* , Lisboa, Typografia Universal, 1905.
- Grácio, Sérgio, *Política Educativa como Tecnologia Social. As Reformas do Ensino Técnico de 1948 e 1983* , Lisboa, Livros Horizonte, 1986.
- Guimarães, Bertino Daciano, *Prolabore (Ensino Particular)* , Porto, 1949, s.ed.
- I Congresso Pedagógico do Ensino Secundário Oficial* , Aveiro, 1927, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.
- II Congresso Pedagógico do Ensino Secundário Oficial* , Viseu, 1928, Lisboa, Federação das Associações de Professores dos Liceus Portugueses, 1929.

III Congresso Pedagógico do Ensino Secundário Oficial , Braga, Federação das Associações de Professores dos Liceus Portugueses, 1930.

Lanza, Rúben, *La Enseñanza Secundária em Portugal* , Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.

Leal, Ivone, "A Mulher e o Amor no Século XVI: Afectividade, Sexualidade, Casamento - uma abordagem do tema", *Análise Social* , Lisboa, Revista do Instituto de C. Sociais, nº 92-93, Vol. XXII, 1983, pp. 769-778.

Leal, Ivone, "Os Papéis tradicionais Femininos: Continuidade e Rupturas de Meados do Século XIX a Meados do Século XX", In *A Mulher na Sociedade Portuguesa, Visão Histórica e Perspectivas Actuais* . Actas do Colóquio, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1985, vol. II, pp. 353-367.

Lessa, Almerindo, *A Educação da Mulher* , Lisboa, Nunes de Carvalho, 1934.

Lopes, Maria Antónia, *Mulheres, Espaço e Sociabilidade. A Transformação dos Papéis Femininos em Portugal à Luz de Fontes Literárias (segunda metade do séx. XVIII)* , Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

Mayeur, Françoise, *L'Education des filles en France au XIX<sup>ème</sup> siècle* , Paris, Editions Hachette, 1979.

Mayeur, Françoise, *L'Enseignement Secondaire des Jeunes Filles dans la Troisième Republique* . Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977.

Michel, Andrée, *O Feminismo, Uma Abordagem Histórica* , Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

Ministério da Educação Nacional, *Escolas Particulares Portuguesas* , Lisboa, Inspeção Superior do Ensino Particular, 1967.

Moigéni, Victor, *A Mulher em Portugal, Cartas de um Estrangeiro* , Porto, Livraria Educação Nacional, 1924.

Mónica, Maria Filomena, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar* . Lisboa, Editorial Presença, Gabinete de Investigações Sociais, 1978.

Murta, José Guerreiro, *Evocação História do Primeiro Liceu de Lisboa e do País (discursos e anotações)* , Lisboa, 1953.

M<sup>a</sup> Belo, Maria e outros "O Estado Novo e as Mulheres", In *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959* , Actas do Colóquio, Lisboa, Fragmentos, 1987, vol. II, pp. 263-279.

Newland, Kathleln, *La mujer en el Mundo* , Madrid, Alianza Editorial, 1982.

Nóvoa, António, *Le Temps des Professeurs* , Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Vol. II, 1987.

Nunes, A. Sedas, *Sobre o Problema do Conhecimento nas Ciências Sociais Materiais de uma Experiência Pedagógica* . Lisboa, ICS, 1981.

Nunes, Natália, *Memórias da Escola Antiga* , Lisboa, Didáctica Editora, 1981.

Oliveira, P. Miguel, *História Eclesiástica de Portugal* , Lisboa, União Gráfica, 1940.

Pais, José Machado, "A Imagem da Mulher e os Rituais da Galantaria nos Meios Burgueses do Século XIX em Portugal", *Análise Social* , Lisboa, Revista do Instituto de C. Sociais, n<sup>o</sup> 92-93, Vol. XXII, 1983, pp. 751-768.

Paixão, Vitor Manuel Braga, *Educação Moral: o Liceu, a Família e o Meio Social* , Lisboa, Revista da Educação Geral e Técnica (Separata), 1914.

Pernoud, Regine, *A Mulher no Tempo das Catedrais* , Lisboa, Gradiva, 1984.

Perrot, Michelle (e outros) *Une Histoire des Femmes Este-elle Possible?* Marselha, Rivages, 1984.

- Petit, A., "Entre Histoire et Sociologie, une perspective construtiviste appliquée à l'émergence des collèges et de la bourgeoisie", *Revue Française de Pédagogie*, n° 78, 1987, pp. 21-29.
- Pimpão Costa, "O Feminismo e a Igreja Católica", *Estudos*, Coimbra, n°s 55, 56, 59, 1926, pp. 503-513, 553-559, 822-829.
- Pina, Luís de, *Plano para a Educação de uma Menina Portuguesa no Séc. XVIII*. No II Centenário da publicação do método de Ribeiro Sanches. Porto, Calle (Separata), 1968.
- Pinto, José Madureira, "Questões de Metodologia Sociológica (III)" *Cadernos de Ciências Sociais*, 3, Porto, Afrontamento, 1985, pp. 133-156.
- Rosa, Elzira Machado, Bernardino Machado. *Alice Pestana e a Educação da Mulher nos Fins do Séx. XIX*, Lisboa, Cadernos Condição Feminina, n° 27, 1989.
- Rosas, Fernando, *O Estado Novo nos Anos 30-1928-1938*, Lisboa, Imprensa Universitária, Ed. Estampa, 1986.
- Serrão, Joel, *A situação da mulher interna no sec. XIX*. Col. Horizonte. Livros Horizonte.
- Silva, Dr. João Serras e "A educação da Mulher, a Formação da Sensibilidade" *Estudos*, Ano V, Coimbra, 1926, pp. 12-97-120.
- Silva, José Gentil da, "A Mulher e o Trabalho" In *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais*. Actas do Colóquio, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1985, Vol. I, pp. 263-308.
- Silva, José Gentil da, "A Situação Feminina em Portugal na Segunda Metade do Séc. XVIII" *Revista de História das Ideias*, IV - O Marquês de Pombal e o seu tempo, Instituto de História e Teoria das Ideias, Fac. Letras de Coimbra, 1982, Tomo I, pp. 143-166.



Sousa, Maria Reynolds de, "As Primeiras Deputadas Portuguesas", In *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais* . Actas do Colóquio, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1985, vol. II, pp. 427-444.

Stoer, S. e Araújo, Helena, "Contribuição da Educação para a Formação do Estado Novo: Continuidades e Rupturas" - 1926-1933, In *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959* , Actas do Colóquio, Lisboa, Fragmentos, 1987, vol. II, pp. 125-147).

Stoer, Stephen, *Educação e Mudança Social em Portugal 1970-1980, Uma Década de Transição* . Porto, Edições Afrontamento, 1986.

Vale, Alexandre Lucena e "Aspectos Actuais da Condição da Mulher", *Estudos* , ano XXI, nº 123-124-125, Coimbra, 1934 pp.150-162, 201-217, 265-275.

Valente, Vasco Pulido, *O Estado Liberal e o Ensino* . *Os Liceus Portugueses (1834-1930)* , Lisboa, Gabinete de Investigação Social, 1973.

Vasconcelos, Evaristo de, *Religiosas. Selecção sobre os Institutos Religiosos Femininos em Portugal* , Braga, Edição do Mensageiro do Coração de Jesus, 1958.

Veloso, José Manuel Queirós, *O Ensino Secundário em Portugal* , Lisboa, Imprensa Nacional, 1909.

Virgil, Mariló, *La Vida de las Mujeres en los Siglos XVI y XVII* . Madrid, Siglo Veintiuno de España, Editores, 1986

## Obras literárias

Almeida, Virgínia de Castro e, *Céu Aberto* , Lisboa, Clássica Editora, 1988.

Almeida, Virgínia de Castro e, *Em Pleno Azul* , Lisboa, Clássica Editora, 1988.

Beauvoir, Simone, *Memórias de uma Menina Bem Comportada* , Círculo de Leitores, 1975.

Castelo Branco, Camilo, *A Filha do Arcediago* , Lisboa, Europa América, 1977.

Castelo Branco, Camilo, *O que fazem Mulheres* , Lisboa, Amigos do Livro Editores, 1986.

Castro, Fernanda de, *Ao Fim da Memória, Memórias 1906-1939* . Lisboa, Verbo, 1986.

Paço D'Arcos, Joaquim, *Ana Paula, Crónica da Vida Lisboeta* , Lisboa, Guimãres Editores, 1986.

## ANEXO Nº 1

### CATEGORIAS SOCIO-PROFISSIONAIS:

I - Agricultores

II - Operários agrícolas

III - Industriais

IV - Operários

V - Comerciantes

VI - Empregados

VII - Profissões predominantemente Intelectuais

VIII - Proprietários/Pessoa vivendo de rendimentos

IX - Profissões ignoradas

I - Agricultores, corresponde ao que no censo vem referido como "Agricultores Patrões". Aqui estão contidas designações profissionais tais como:

Proprietário/Lavrador

Lavrador

Agricultor

II - Operários Agrícolas, corresponde no Censo ao grupo que vem referido como : "Profissões manuais ou mecânicas próprias da Agricultura, Silvicultura e Pesca". Integramos aqui designações profissionais como: jornaleiro, feitor, etc

III - Industriais, recobre para o Censo e para o nosso estudo as designações profissionais que sob essa designação aparecem.

IV - Operários

Para o Censo, este grupo diz respeito às: "Profissões manuais ou mecânicas de carácter industrial". Para efeitos do nosso trabalho envolve ainda os grupos, que no Censo são referidos como: "Profissões de carácter subalterno, incluindo as relativas à condução de serviços", "Profissões não especializadas de carácter auxiliar". Assim sendo integra designações profissionais como: pintor, carpinteiro, estofador, costureira, cinzelador, metalúrgico, servente, operário, etc

V - Comerciantes

Aqui operámos uma cisão na composição deste grupo relativamente ao Censo, dado nele estarem contidos não só os comerciantes propriamente ditos bem como todo o tipo de pessoal de comércio.

Reservamos assim para este grupo as designações profissionais como: "comerciante", "negociante", etc. Remetemos todas as designações como: agentes comerciais, caixeiros, empregados de balcão, etc para o grupo VI.

#### VI - Empregados

Este grupo não existe enquanto tal como no Censo de 1940. Resulta para efeito de análise da fusão de parte do grupo V, como referimos, com o grupo do Censo respeitante a "Empregados de escritório, tesouraria e secretaria", bem como do grupo, onde estavam agrupadas as "Profissões de carácter subalterno das forças armadas ou relativas à Guarda e fiscais de serviços diversos e outros". São estas as categorias que integra para efeitos do mesmo estudo.

#### VII - Profissões predominantemente Intelectuais

Este grupo recobre na totalidade o conteúdo que lhe estava atribuído no censo, sob o título: "Profissões de carácter predominantemente Intelectual". Assim, estão aqui agrupadas profissões que apresentam as seguintes designações:

- Oficiais das Forças Armadas
- Professores (de todos os graus de ensino)
- Profissões liberais como a advocacia, medicina, a engenharia, arquitectura, etc
- Funcionários superiores como Directores, Inspectores, Chefes, Secretários, etc etc

#### VIII - Proprietários/Pessoas vivendo de rendimentos

Este grupo recobre o grupo do Censo, onde estão agrupadas as "Condições não profissionais" e que tal como o título indica nele estão incluídas todas as designações como: "Proprietário", "Capitalista", "Vivendo de rendimentos", etc

#### IX - Profissões ignoradas

Este grupo abarca todas as situações em que a designação profissional é omissa no boletim de matrícula bem como todas as condições não profissionais como: falecido, ausente, doente, incógnito, etc

## ANEXO Nº 2

### INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE ENSINO: OS COLÉGIOS

Sua designação e população inscrita no 1º ano do Ensino Secundário nos quatro  
anos lectivos em estudo

Colégios situados na cidade do Porto: total 24

População total abrangida: 624 alunas

Designação e população total

Colégio Académico do Porto - 10 alunas

Colégio Araújo Lima - 57 alunas

Colégio Brotero - 12 alunas

Colégio da Areosa - 1 aluna

Colégio da Vigorosa - 4 alunas

Colégio de Júlio Dinis - 11 alunas

Colégio de Nª Srª de Lurdes - 34 alunas

Colégio de Nª Srª do Rosário - 92 alunas

Colégio Filipa de Vilhena - 12 alunas

Colégio Liverpool - 27 alunas

Colégio Luso Francês - 21 alunas

Colégio Luso-Britânico (hoje Nª Srª da Paz) - 65 alunas

Colégio Moderno - 133 alunas

Colégio Nacional do Porto - 7 alunas

Colégio Nun'Alvares - 13 alunas

Colégio Silva Teixeira - 5 alunas

Escola Académica do Porto - 4 alunas

Externato Avª Brasil - 2 alunas

Grande Colégio da Boavista - 1 aluna

Grande Colégio do Porto - 15 alunas

Instituto Académico Portuense - 3 alunas

Instituto Normal Primário do Porto - 3 alunas

Novo Colégio Português - 9 alunas

Recolhimento das Orfãs de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Esperança - 83 alunas

Colégios situados em Matosinhos: total 4

população total abrangida: 39 alunas

Colégio Matosinhos Leça - 1 aluna

Instituto Académico Passos Manuel - 2 alunas

Colégio Lusitano - 10 alunas

Colégio da Boa Nova - 26 alunas

Colégios situados em V. N. Gaia: total 7

população total abrangida - 121 alunas

Colégio do Sardão - 17 alunas

Colégio de Pedroso - 22 alunas

Colégio de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Bonança - 67 alunas

Externato Adelina Martins - 2 alunas

Externato Osório Novais - 8 alunas

Externato Lusitano - 2 alunas

Colégios situados em Espinho - total 3

população total abrangida - 57 alunas

Colégio de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Conceição - 35 alunas

Grande Colégio Pedro Nunes - 9 alunas

Colégio de S. Luís - 13 alunas



Colégios situados em Penafiel - total: 2

população total abrangida - 23 alunas

Colégio do Sagrado Coração de Maria - 9 alunas

Colégio de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Carmo - 14 alunas

Colégio situado em Amarante - total 1

população total abrangida - 17 alunas

Colégio de S. Gonçalo de Amarante

Colégio situado em Valongo - 1

população total abrangida - 3 alunas

Colégio de St<sup>o</sup> António

Colégio situado em St<sup>o</sup> Tirso - Total 1

Colégio de St<sup>a</sup> Cristina -1 aluna

Colégios com localização geográfica desconhecida - 4

total de população abrangida - 32 alunas

Colégio do Campo da Regeneração - total 13 alunas

Colégio de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Guia - total 7 alunas

Escola Moderna - total 3 alunas

Colégio de St<sup>a</sup> Teresinha - 9 alunas

## ABSTRACT

This study aims at analysing the situation of girl's secondary schools in Portugal during the 1930s.

This is, indeed, a complex problem due to the fact that in addition to state education it is necessary to consider the diversity of forms of provision with regard to private education. It is in the context of the emergence of the *Estado Novo* (the "New State") - which, following Portugal's 1st Republic, led to extensive political change in the direction of authoritarianism and meant a new definition of educational aims - that girl's education first gains real meaning in the articulation between state and private education.

The analysis explores data from female student's enrolments in the state secondary school Carolina Michaelis, Oporto, during the 1930s, as well as in private education (both at home and at Colleges).

## SOMMAIRE

On envisage, avec cette étude, analyser la situation de l'enseignement au lycée des filles, dans les années trente, au Portugal. La situation se présente avec quelque complexité du fait qu'il faut considérer l'enseignement public et l'enseignement privé, et que ce dernier présente une diversité de formes. Cette analyse s'éclaircit par référence aux années trente, avec la mise en place de l'*Estado Novo* (État Nouveau), incorporant tout un processus de changement de système politique, suivant un modèle autoritaire, avec des implications très précises sur les buts du secteur éducatif. C'est dans ce cadre de références qu'on peut découvrir toute la signification, pas seulement de l'éducation féminine, mais aussi de l'articulation de l'enseignement public avec le privé.

Notre travail s'articule à partir des données des élèves, qui au long des années trente faisaient sa matricule au lycée publique Carolina Michaelis à Porto, aussi bien que dans l'enseignement privé (Domestique, en Collège et Préceptural).